



Ramona Elizabeth Sánchez

**A CONSTRUÇÃO DO LAR NA
PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL:
O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL
SAN FRANCISCO, ASSUNÇÃO, PARAGUAI.**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Arquitetura pelo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, do
Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Maíra Machado Martins

Rio de Janeiro
Abril de 2023



Ramona Elizabeth Sánchez

**A CONSTRUÇÃO DO LAR NA
PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL:
O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL
SAN FRANCISCO, ASSUNÇÃO, PARAGUAI.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof.^a Maíra Machado Martins

Orientadora Programa de Pós-Graduação em Arquitetura
PUC-Rio

Prof. Fernando Esposito Galarce

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PUC-Rio

Prof. Wellington da Silva Conceição

Programa De Pós-Graduação em Sociologia – UFMA

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Ramona Elizabeth Sánchez

Graduou-se em Arquitetura na Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, Paraguai, em 2020.

Ficha Catalográfica

Elizabeth Sánchez, Ramona

A construção do lar na produção de habitação social: o caso do Conjunto Habitacional San Francisco, Assunção, Paraguai / Ramona Elizabeth Sánchez; orientadora: Maíra Machado Martins. – 2023.

147 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2023.

Inclui bibliografia

1. Arquitetura e Urbanismo – Teses. 2. Construção de lar. 3. Habitar. 4. Apropriação do espaço. 5. Habitação social. 6. San Francisco, Paraguai. I. Martins, Maíra Machado. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD: 720

*A minha mãe, por sempre confiar em mim.
A Ele, que nunca soltou minha mão.*

Agradecimentos

Ao meu namorado, por me acompanhar sempre, por não soltar minha mão quando mais precisei, por me dar segurança e apoio no meu crescimento profissional, pelas trocas de informações sobre nossas áreas e pela ajuda no discernimento de coisas que fogem do meu entendimento.

A minha mãe, por me fazer a pessoa corajosa quem sou hoje, porque sempre me espelhei nela e na sua coragem. Ao meu pai, porque esteve nos momentos decisivos e importantes. A minha família, que desde a distância sempre fez tudo o que podia para me ajudar e para me sentir em casa.

À família Salles, que foram como uma segunda família para mim nesse tempo. Obrigada por me acolher e me fazer sentir parte da sua família.

Aos colegas e amigos que fiz nesse percurso maravilhoso. Por estar sempre me ajudando em tudo e me guiando quando não tinha ideia de como continuar. Neste caso, quero agradecer especialmente aos colegas Clovis Nascimento Jr., Cynthia Urbano, João Brum e Poliane Latta. Sem eles, o mestrado seria tão dificultoso. Obrigada pelas trocas, pelos momentos bons, pelas sugestões e por sempre estarem quando mais precisei.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pelo apoio à pesquisa dado que “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

À PUC-Rio, por ter me dado a oportunidade de estar nesta grande e gloriosa casa de estudos. Ao Decanato do CTCH, por me dar a oportunidade de ser bolsista positivo, sem isso, para mim, seria muito difícil continuar no Brasil estudando.

Aos professores da PUC-Rio por ter a paciência que tiveram comigo, especialmente nos primeiros momentos do mestrado, dado que o domínio da língua sempre foi um obstáculo e insegurança para mim, todavia sempre me senti muito acolhida nesses primeiros momentos muito importantes. Quero agradecer especialmente aos professores, Fernando Espósito e a Rachel Coutinho, por terem

sido os professores que mais me ajudaram a superar a barreira do medo a errar no idioma.

A Máira, minha orientadora, que foi muito mais que minha orientadora neste tempo. Obrigada por ter sido a pessoa que me encaminhou até aqui, obrigada por cada convite de todos os eventos, porque isso me ajudou a crescer e a ampliar meus horizontes de conhecimento. Obrigada por ter segurado minha mão e minha pesquisa em momentos que eu quis abandonar tudo. Espero que esta parceria possa ser muito proveitosa e duradoura.

Aos professores da minha banca: Fernando Espósito, Wellington da Silva e Luciana Andrade que foi parte da qualificação; obrigada por esta ajuda, pela troca de conhecimentos. É uma honra poder contar com a presença de vocês.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer aos moradores do Conjunto San Francisco por ter acolhido esta pesquisa com muito entusiasmo e ter me ajudado ao longo de um ano, por ser tão solícitos e abertos. Aos que me ajudaram a chegar até o Conjunto: Graciela e Lucio, obrigada pela ajuda. A todos os envolvidos, obrigada, sem vocês esta pesquisa não seria possível.

Resumo

Sánchez, Ramona Elizabeth. Machado-Martins, Maíra. **A Construção do Lar na Produção de Habitação Social: O Caso do Conjunto Habitacional San Francisco, Assunção, Paraguai**. Rio de Janeiro, 2023. 147p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a construção do lar a partir das formas de apropriação de espaço, demonstrados pelos moradores do Conjunto Habitacional de interesse social, denominado *San Francisco*, em Assunção, Paraguai. Dito conjunto foi construído para remanejar a população de um assentamento informal denominado *La Chacarita*, localizado às margens do Rio Paraguai na zona do centro histórico de Assunção, que enfrenta enchentes cíclicas e que se viu afetada por intervenções de infraestruturas urbanas que agravaram essa situação.

Considerando que essa população sofreu um processo de remoção compulsória do assentamento de origem procura-se, nesta pesquisa, identificar as formas de apropriação em um espaço programado, fruto de um projeto de arquitetura, tornando-os espaços criados, ou seja, transformados a partir da produção de táticas de adequação pelos próprios habitantes (Machado-Martins; Trotta, 2020), e como a remoção influencia nesse processo de apropriação. Para isso, serão considerados fatos históricos que foram coletados de uma intensa pesquisa bibliográfica, as trajetórias e experiências das famílias até chegar ao lugar de moradia, observando e analisando os processos de adaptação e transformação no conjunto.

Já que a relação entre o ambiente vivido e as pessoas estabelece uma troca mútua – pois as pessoas transformam os lugares, mas os lugares também interferem nas práticas das pessoas e criam um hábito – nesta pesquisa, se mobiliza o conceito de habitar, não só como uso do espaço propriamente dito, mas como uma relação

básica entre o indivíduo e o mundo, de apropriação do lugar, de criação de vínculos, de sentido de pertencimento e identidade entre a pessoa e o lugar (Pallasmaa, 2016; Tuan, 1983). Também se considera o sentido de lar como uma construção demonstrada a partir da apropriação do espaço e a dotação de significados ao lugar.

Palavras-chave

Construção de Lar, Habitar; Apropriação do espaço; Habitação Social; San Francisco Paraguai.

Abstract

Sánchez, Ramona Elizabeth. Machado-Martins, Maíra (Advisor). **The Construction of the Home in Social Housing Production: The Case of the San Francisco Housing Complex, Asunción, Paraguay.** Rio de Janeiro, 2023. 147p. MSc. Dissertation – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research aims to investigate the construction of the home from the forms of appropriation of space, demonstrated by the residents of the social housing complex, called San Francisco, in Asunción, Paraguay. This complex was built to relocate the population from an informal settlement called *La Chacarita*, located on the banks of the Paraguay River in the historic center of *Asunción*, which faces cyclical flooding and was affected by urban infrastructure interventions that aggravated this situation.

Considering that this population has suffered a process of compulsory removal from their original settlement, this research seeks to identify the forms of appropriation in a programmed space, fruit of an architectural project making them created spaces, that is, transformed from the production of adaptation tactics by the inhabitants themselves (Machado-Martins; Trotta, 2020), and how the removal influences this appropriation process. For this, we will consider historical facts that were collected from intensive bibliographical research, and the trajectories and experiences of the families until arriving at their place of residence, observing and analyzing the processes of adaptation and transformation in the set.

Since the relationship between the lived environment and people establishes a mutual exchange - because people transform places, but places also interfere in people's practices and create a habit - this research mobilizes the concept of dwelling, not only as the use of space itself, but as a basic relationship between the individual and the world, of appropriation of the place, of creating bonds, of a sense of belonging and identity between the person and the place (Pallasmaa, 2016; Tuan,

1983). Sense of home is also considered as a construct demonstrated from the appropriation of space and the endowment of meanings to place.

Keywords

Home Construction; Inhabit; Appropriation of space; Social housing; San Francisco Paraguay.

Sumario

1 – Introdução	15
1.1 – Por que o Conjunto Habitacional San Francisco em Assunção?	18
1.2 – Objetivos	22
1.3 – Enquadramento teórico e proposta metodológica	22
2 – A intervenção do Estado Paraguaio na questão habitacional.....	30
2.1 – Contexto histórico e situação socioeconômica atual do país.	30
2.2 – Ocupação dos territórios vulneráveis de Assunção.	34
2.3 – Processos de remoção e narrativas sobre as moradias populares: convergências entre Brasil e Paraguai.	39
3 – A habitabilidade do espaço e a construção do lar	59
3.1 – Lugar, espaço, habitar e a construção do lar.	61
3.2 – Mais que usuários, <i>habitantes</i>	69
4 – A criação de espaços habitáveis no Conjunto Habitacional San Francisco.....	80
4.1 – O Conjunto Habitacional San Francisco	81
4.2 – As apropriações de espaços pelos moradores no conjunto.	90
4.2.1 – As praças: da demonstração de insegurança à reapropriação do espaço comum.	92
4.2.2 – As calçadas: da funcionalidade ao lugar dos rituais da sociabilidade	99
4.2.3 – Extensões, puxadinhos e jardins: da necessidade de se estabelecer à apropriação de espaço	106
4.2.4 – Halls de entrada e apartamentos: uma vitrine da individualidade.	118
Considerações Finais.....	126
Referências bibliográficas	133
Anexos.....	143
1- Lista de pessoas entrevistadas por ordem de aparição no texto	143
2- Planos do Conjunto Habitacional San Francisco	144

Lista de figuras

Fig. 1- Gravura a tinta do ano 1865 feita pelo Dr. A. Demersay. Acervo de Milda Rivarola. Fonte: Historiador Fabián Chamorro. Ano 2020	35
Fig. 2 - Primeiras casas no bairro La Chacarita, no fundo pode-se observar a torre de sino da Catedral Metropolitana de Nuestra Señora de la Asunción. Ano aproximado da fotografia: 1890. Não se tem registro de quem é o autor da imagem. Acervo de Milda Rivarola. Fonte: Historiador Fabián Chamorro. Ano 2020.....	36
Fig. 3 – Acima, Bairro <i>La Chacarita</i> ; na metade da imagem, <i>Barrio Obrero</i> , onde foram realocados os moradores da Chacarita no ano 1931. Base: Google Maps.	37
Fig. 4 – Bairro <i>La Chacarita</i> . Fonte: Diario La Nación. Foto: Carlos Juri. Ano 2017	38
Fig. 5 – Bairro La Chacarita, Sub-bairros. Fonte: SENAVIDAT. Ano 2015.....	38
Fig. 6– Mapa de Assunção com a localização da Avenida Costanera. Base: Google Maps.....	55
Fig. 7 – Esquerda: Bairro La Chacarita antes das obras da Avenida Costanera, ano 2009; Direita: Bairro La Chacarita depois das obras da Avenida Costanera, ano 2021. Fonte: Google Earth.	56
Fig. 8 – Localização do Bairro La Chacarita e do Conjunto Habitacional San Francisco. Distância entre o bairro e o conjunto: 11km. Base: mapscityes.edu. Ano 2021.....	57
Fig. 9 - Planta Geral do Projeto do Conjunto Habitacional San Francisco. O conjunto foi integralmente construído conforme ao projeto original, exceto os projetos adicionais. Fonte: SENAVIDAT atual MUVH. Ano 2016 -	82
Fig. 10 – Vista Conjunto Habitacional San Francisco. Fonte: Diario La Nación. Ano 2017	88
Fig. 11– Localização de praças e espaços verdes planejados no Conjunto Habitacional San Francisco. Plano base: SENAVIDAT. Ano 2015.....	93
Fig. 12 – Acessos ao Conjunto Habitacional San Francisco e localização de praças tomadas pelo micro tráfico. Elaboração própria. Fonte: Google Earth. Ano 2022	94
Fig. 13 – Reapropriação de praças. Esquerda: Fotografia tomada no mês de fevereiro, onde a praça se encontrava descuidada e abandonada. Direita: Fotografia tomada no mês de setembro, com a praça cheia de crianças e evidências do uso do lugar. Acervo pessoal.	98
Fig. 14 - Principais atividades observadas no Conjunto San Francisco. Elaboração própria. Fonte: Google Earth. Ano 2022	102
Fig. 15 - Equipamento fixo construído pelo dono do apartamento. Acervo próprio. Ano 2022.....	103
Fig. 16 – Uso e apropriação da calçada. Acervo próprio. Ano 2022	105
Fig. 17– Extensão das Unidades Unifamiliares e os jardins. Acervo próprio. Ano 2022	107
Fig. 18 – Plano esquemático da extensão da casa de Dona Maria. Produção própria. Ano 2022.....	109
Fig. 19 – Extensão das Unidades Unifamiliares e os jardins. Acervo próprio. Ano 2022	110

Fig. 20 – Extensão dos apartamentos térreos e dos jardins. Acervo próprio. Ano 2022	112
Fig. 21 – Modificação feita no quebra-sol de um bloco, abrindo uma porta para o exterior do prédio. Acervo próprio. Ano 2022	113
Fig. 22 – Extensão dos apartamentos térreos e os jardins. Ações que permeiam o público. Acervo próprio. Ano 2022	114
Fig. 23 – Extensão dos apartamentos térreos e a criação do bar. Acervo próprio. Ano 2022	115
Fig. 24 – Extensão dos apartamentos mediante a construção de laje na parte da frente. Acervo próprio. Ano 2022	116
Fig. 25 – Extensão dos apartamentos mediante a construção de laje e cobertura na parte dos fundos. Acervo próprio. Ano 2022	117
Fig. 26 – Uso do apartamento como área de trabalho. Acervo próprio. Ano 2022	120
Fig. 27 – Jardim em hall de acesso. Chamada feita pela moradora com uma folha de papel onde está escrito “Não jogar lixo entre as plantas”. Acervo próprio. Ano 2022	124
Fig. 28 - Hall de acesso utilizado como estacionamento de motos. Acervo próprio. Ano 2022	124

Lista de Tabelas

Tabela 1: Síntese do Trabalho.	26
Tabela 2: América Latina e o Caribe: população total (em milhares) porcentagem urbano por países de 1950 a 1995.	32
Tabela 3: Perfil demográfico do Conjunto San Francisco.	83

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Nível de pobreza	84
------------------------------	----

***Oga'i morotĩmi
avy'aitemi hague,
nde reka che rekove,
tyre'ỹma ndehogui
mombyrýma cheañomi
chemandu'a nderehe,
aheka nde tapere,
techaga'u cheaho'i.***

*Casita blanca
donde era tan feliz,
mi vida te busca,
huérfana de ti,
solo y lejos de ti
te recuerdo,
busco tu sendero,
la añoranza me invade.*

Casinha branca
onde eu era tão feliz,
minha vida te busca,
órfã de você,
sozinho e longe
eu me lembro de você,
procuro seu caminho,
a saudade me invade.

***Oga'i che vy'a hague (Oga'i morotĩmi)
Mauricio Cardozo Ocampo***

1 – Introdução

No último século, as discussões sobre a questão da habitação têm se reforçado intensamente, colocando em foco às pessoas economicamente vulneráveis, sua possibilidade de acesso à moradia e o direito à cidade (Rolnik, 2013; Lefebvre 2001; Harvey, 2014). Porém, a realidade sobre as condições das habitações populares e o acesso a estas não conseguiu ter o progresso esperado se comparada com a força dos debates, dado que não se percebem grandes melhorias sobre estas questões. Pode-se dizer que essa situação se deve ao modelo que se rege nas cidades, identificado como capitalismo (Engels, 1895), que fez com que o solo urbano e a moradia sejam tratados como mercadoria que visa simplesmente o lucro (Maricato, 1979). Desta forma, a cidade se torna um lugar de disputa, onde se cria segregação, fazendo com que essa população economicamente vulnerável seja excluída, dessa forma dificultando seu acesso a partes da cidade. Com isso, essas áreas se encontram na cidade, mas não fazem parte dela.

Contudo, a população vulnerável que se assenta em áreas de interesse econômico, por serem áreas com localização privilegiada dentro do território urbano, manifesta-se como uma ameaça para o setor capitalista imobiliário, que busca a todo custo, poder explorar qualquer possibilidade de lucro. Mas, o fato dessas áreas serem vulneráveis fisicamente, dado que podem apresentar deslizamentos ou alagamentos cíclicos, fazem com que esse setor busque outros tipos de oportunidades para cumprir sua pretensão. Assim, a disputa por uma parcela de terreno que apresenta diferentes características, se faz intensa entre quem a habita e quem quer se apropriar dela, incluindo as instituições públicas. Nesse sentido, elaboram-se planos e políticas públicas que, dependendo da situação, podem somar ou sabotar a luta de quem se assenta no lugar, criando leis e propostas

para remanejar as populações dessas áreas, expulsando-os do lugar onde vão criando um apego.

Quando as pessoas passam por uma situação de remanejamento, a busca da construção de um lar tem um significado diferente, dado que o processo de apropriação se volta mais conturbado pela forma em que as coisas foram se sucedendo. Nesse sentido, estas pessoas buscam um lugar que satisfaça as necessidades objetivas e subjetivas, considerando que um lar não é só a dimensão física, mas também a dimensão emocional que carrega memória, sentido de pertencimento. Como dito por Rybczynski (1996), a casa passa de ser um simples lugar de moradia a ser lar, enquanto que as necessidades de conforto, intimidade, sentidos de pertencimento, bem-estar físico, e outras particularidades individuais de cada pessoa se atendem.

O Paraguai tem histórico de ações governamentais que buscaram a desapareição completa de certas áreas da cidade – como são as zonas ribeirinhas de Assunção que são áreas alagáveis–, e de pouca promoção de políticas públicas que garantissem o acesso à moradia por parte dos setores mais vulneráveis da sociedade. Nesse sentido, o precário sistema de políticas habitacionais do país foi produto do desinteresse e pouca organização interinstitucional (Imas R., 2013), que produziu informação imprecisa e não previu projetos que acolhesse a população vulnerável da sociedade. Com relação à produção de projetos habitacionais destinadas a este segmento de população, sabe-se que elas não cumprem com os requisitos para satisfazer as necessidades dos seus futuros moradores.

Na expectativa de criar projetos de arquitetura que buscam atender as necessidades de lar das pessoas, a concepção arquitetônica se apresenta como um desafio de diversos caminhos. Tais necessidades somadas ao contexto de habitação social, obrigam ao projetista a realizar uma profunda análise da compreensão de valores objetivos e subjetivos do lar e habitar que essas pessoas possuem, posto que, na produção habitacional, a relação entre o ser humano e o ambiente construído deveria ter um alto impacto na elaboração do projeto de arquitetura.

Se a produção de habitação social em contextos menos conturbados¹ já representa um desafio para a elaboração de projetos que possam satisfazer as necessidades de lar, o cenário se vê ainda mais desafiador quando se trata de uma situação associada a processos de remanejamento e reassentamento habitacional de uma população vulnerável e marginalizada que se assentava em uma área de risco natural.

A construção do lar se inicia desde o momento da “lugarização”, isto é, atribuir de sentidos a determinado espaço por meio das vivências e ações estabelecidas nele (Souza, 2013). Mas esse sentido de lar pode ser representado de formas um pouco evidentes e isso muda de pessoa a pessoa, dado que a relação com o espaço é única, e isso também pode ser influenciado pela bagagem emocional, as experiências pessoais e o processo de chegada até esse lugar. Assim, a construção do sentido de lar, por ser tão subjetiva, nesse trabalho, se delimita na demonstração da apropriação do espaço e nas ações realizadas pelos moradores para satisfazer as necessidades objetivas e subjetivas.

Nesse sentido, nesta pesquisa se analisa o processo de adaptação da população assentada no Conjunto Habitacional San Francisco, cujo origem pertence às áreas ribeirinhas da cidade de Assunção, denominadas *Bañados*², e que se viu afetada por diferentes problemáticas, desde enchentes cíclicas do Rio Paraguai, até projetos de infraestruturas urbanas que levaram à remoção compulsória. Considerando que a forma em que as pessoas chegam até a moradia analisada influencia no processo de apropriação de espaço, se mobilizam os fatos históricos pelas quais esse segmento da população teve que atravessar, para assim poder compreender a relação destes com o espaço.

¹ Se entende por “menos conturbados” quando se trata de criação de assentamentos sociais por situações de déficit habitacional e não de reassentamento por perda da moradia por motivos externos.

² Denominado assim justamente por ser uma área que alaga ciclicamente e o Rio Paraguai dá um “banho” nessas áreas.

1.1 – Por que o Conjunto Habitacional San Francisco em Assunção?

O debate que se cria entorno à habitação de interesse social é fundamental para poder aproximar às pessoas do setor vulnerável a uma moradia que seja capaz de satisfazer as necessidades objetivas e subjetivas. Acrescentar a discussão sobre a questão a nível regional é ainda mais necessário visando o crescimento da população e o subdesenvolvimento de nossas nações. Por isso, observar as experiências do Brasil e fazer ter uma perspectiva comparada com os acontecimentos no Paraguai, também se faz fundamental, dado que a troca de conhecimentos é frutífera para ambos.

Nesse sentido o Paraguai ainda se encontra longe do Brasil em certos parâmetros, como por exemplo a urbanização, que em muitos aspectos se encontra estacionária e pouco desenvolvida. E isso se deve que no Paraguai o processo foi caracterizado por instabilidades políticas e sociais ao longo dos séculos XIX e XX, além disso, nenhum planejamento urbano foi capaz de conduzir de maneira eficaz o desenvolvimento urbano do país. Dita situação acontece até hoje, pois existe uma lacuna nesse quesito: a expansão urbana não possui um acompanhamento em planejamento ideal para a instalação de infraestruturas urbanas e de transportes necessários que possibilitem condições boas e sustentáveis para o uso do espaço urbano da sua população. Nas palavras de Vázquez, (2013, p. 240). “a expansão desorganizada e mal planejada do Paraguai não permitiu o surgimento de modelos urbanos sustentáveis”. Isso se expressa no território da Região Metropolitana de Assunção (REMA) com:

“A expansão descontrolada do crescimento periférico da área urbana, as formas irregulares de assentamentos, a proliferação de assentamentos precários ou arrendamentos, a pressão sobre os serviços básicos, a precariedade e aumento do tempo de transporte urbano, a insuficiência de equipamentos sociais e comunitários, e o aumento da insegurança e da violência urbana” (Imas R., 2013, p. 203).

Mas o problema do Paraguai não é só no ambiente urbano, pois na área rural as condições se veem ainda mais precárias, dado que o modelo de modernização para o setor agrícola, que começou na ditadura entre os anos 1954 e 1989, foi orientado para a produção de soja, o que monopolizou a terra (Souchaud, 2007, p. 87) e obrigou os camponeses a abandonarem o campo para migrar à cidade. Assim,

com o forte êxodo rural ocasionado por políticas públicas insuficientes e práticas econômicas impossíveis de atingir, famílias de escassos recursos iniciaram a migração em direção à capital e à região metropolitana de Assunção, buscando melhores condições de vida. Com isso, e da mesma forma que aconteceu em várias cidades latino-americanas, começaram a surgir nas cidades paraguaias os assentamentos precários, ocupando predominantemente áreas de risco, vulneráveis ou inundáveis. Estas áreas correspondem principalmente às várzeas do Rio Paraguai, na cidade de Assunção, e enfrentam aumentos cíclicos do nível do rio, consequência do fenômeno *El Niño*, ficando alagadas de forma periódica e, às vezes, até por meses.

Deste modo, estas áreas foram consolidando-se em bairros ao longo do tempo, assentando-se em áreas de alto valor econômico e urbanístico, pela localização dos mesmos, já que se encontram em áreas que podem se considerar privilegiadas. Esses territórios são chamados de *Bañados* e o Bairro Ricardo Brugada, mais conhecido popularmente como *La Chacarita*³, que faz parte dessas áreas, é um dos bairros marginalizados mais conhecidos e de mais alto valor urbanístico e econômico, já que o mesmo se encontra dentro do Centro Histórico de Assunção.

Além dos problemas já mencionados, o Paraguai também possui um sistema totalmente deficitário de arquivo e acesso à informação, tanto pública quanto de trabalhos realizados, dado que tudo tenta-se ficar no secretismo e ocultismo, fato herdado do longo período ditatorial pelo qual o país atravessou e ainda não tem superado completamente. Assim, o acesso a arquivos ou trabalhos que contenham evidências de fatos históricos de uma área da cidade que sempre foi disputada, como neste caso é *La Chacarita* e os *Bañados*, no Paraguai se volta uma tarefa difícil e com muitos obstáculos.

Nesse sentido, é sabido, tanto pelos relatos de moradores que se assentam no lugar há muito tempo como pelos poucos registros existentes, que *La Chacarita* teve que enfrentar vários planos de tentativas de remoção completa, proibição de ocupação e projetos urbanos que afetavam o seu espaço. Dentre os projetos que se

³ Palavra derivada do diminutivo de chácara pequena “*chacrita*” em espanhol.

concretizaram, o que mais impactou o bairro de *La Chacarita*, foi a construção da *Avenida Costanera José Asunción Flores* na sua primeira fase entre os anos 2011 a 2013, dirigido pelo Ministério de Obras Públicas e Comunicações (MOPC) que faz parte do Plano Diretor da Faixa Costeira (PFC), cujo projeto contemplou uma avenida costeira de 3,8 quilômetros de extensão que serviria de proteção contra futuras inundações.

Como consequência da construção da *Avenida Costanera*, iniciou-se a execução do projeto do Conjunto Habitacional San Francisco, em 2016, pela SENAVIDAT (Secretaria Nacional de Vivienda y Habitat pelas siglas em espanhol) em parceria com a Hidrelétrica Itaipu Binacional⁴, um projeto que propôs a construção de 1.000 moradias com equipamento urbano necessário (escola, praça, unidade médica entre outros) que implicou o reassentamento de famílias localizadas no bairro *La Chacarita* que se viram afetadas diretamente e indiretamente pela construção da obra de infraestrutura vial. O conjunto foi terminado e ocupado entre o final do ano 2017 e começo do 2018.

O projeto leva oficialmente o nome de *Bairro San Francisco*, já que foi construído para abrigar uma população específica, produto de um remanejamento compulsório, e, em termos de escala, o número de famílias e habitantes no lugar já representa um bairro de pequeno porte no país. Mas, neste trabalho será denominado Conjunto Habitacional San Francisco, dado que apresenta todas as características de um conjunto habitacional, e, para os parâmetros do Brasil, não constituiria um bairro.

Pode-se dizer que a história se constrói com a memória e as práticas, mas também se desenvolve com presenças e ausências, com os usos e desvios das práticas. Assim, para que as famílias consideradas para o reassentamento pudessem acessar à cidade formal, certas práticas e costumes tiveram que ser abandonados, como, por exemplo, cozinhar com braseiro, com lenha, ter pátio com animais soltos, deixar de ter porcos, cavalos, vacas, galinhas, galos e outros. Assim, o processo de realocação impõe uma situação em que estas práticas só ficam na memória pois,

⁴ Usina Hidrelétrica de Itaipu (em espanhol Itaipú, em guarani: Itaipu) é uma hidrelétrica binacional localizada no Rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. A barragem foi construída pelos dois países entre 1975 e 1982.

nas palavras Wellington da Silva Conceição (2014), “esse novo modelo de habitar a cidade, apesar de apresentar suas particularidades, se insere em uma tradição quase secular de disciplinarização e controle dos pobres por meio das formas de habitação, que tem o Estado como agente executor”, pois é necessário reeducar as pessoas, com práticas higienistas e civilidade, inseri-las na cidade, torná-las urbanas.

A partir do observado no caso até aqui apresentado de forma sucinta, surge o questionamento acerca da percepção e o processo de adaptação que as famílias removidas ou remanejadas de um lugar precarizado e em situação de risco devem enfrentar. Com isso, busca-se refletir sobre a relação que existe entre moradores e o espaço ocupado, a ideia de lar, lugar e habitat que essas pessoas criam perante uma situação que envolve uma questão de vulnerabilidade tanto social como natural – no caso das enchentes do Rio Paraguai – e, também, como esse componente menos tangível e mais subjetivo da ideia de moradia afeta no sentimento de pertencimento do lugar e por conseguinte, a qualidade de vida das pessoas.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o lar se constrói desde o momento em que o espaço ocupado é modificado e adaptado às necessidades dos novos moradores. Enquanto acontece a apropriação do lugar, também se cria e constrói o lar, dado que o espaço vai se dotando de significados e personalidade. Assim, a construção do lar se interpreta na dotação de personalidade do lugar, na apropriação onde a pessoa sente que pertence ao lugar e, de forma inversa, sente que o lugar o pertence. Dito isso, teve-se a seguinte questão: Como se manifesta o processo de construção de lar em um conjunto habitacional cujos moradores sofreram uma remoção compulsiva? A hipótese levantada é de que o lar se constrói desde a “lugarização” e se demonstra através das adaptações e modificações que os moradores realizam na moradia que lhes foi entregue, através da apropriação do espaço e a demonstração do sentido de pertencimento.

Dado que um conjunto habitacional se caracteriza por ser um projeto rígido e cujos usos e apropriações se limitam, analisa-se também o processo criativo dos moradores, refletidos nos espaços criados, que são aqueles onde estes realizam atividades e práticas que não foram previstas em projeto, dotando de significado diferente ao espaço programado, que são aqueles que foram pensados para usos

específicos e funções determinadas (Machado-Martins e Trotta, 2020). Estes dois conceitos, espaço criado e espaço programado, ajudam a compreender a relação existente entre os moradores e o lugar, dado que se analisam os espaços partindo da premissa de serem lugares já projetados ou criados pelos moradores.

Deste modo, a apropriação do espaço se constitui como o eixo desta pesquisa, dado que é um processo de construção de identidade tanto individual quanto social, que pode ser usada como uma ferramenta para a compreensão do complexo cenário urbano composto por um programa habitacional que tem grande importância no Paraguai.

1.2 – Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é discutir sobre o processo de construção do lar em situações de reassentamento habitacional.

Como objetivos específicos se busca: i) identificar a percepção dos moradores no contexto remanejamento e reassentamento habitacional, quanto à adaptação habitacional, levando em consideração as experiências passadas dos moradores; ii) explorar o modo de habitar dos moradores em relação ao espaço em que reside, sendo que as novas residências se afastam dos antigos costumes de moradias que as famílias possuíam, enquanto que as anteriores casas possuíam pátios e as atuais são prédios de apartamentos; iii) verificar o processo de construção do lar a partir das relações que se estabelecem com o espaço da moradia, e impressas nas transformações, nos usos e na qualificação destes espaços através dos discursos e práticas.

1.3 – Enquadramento teórico e proposta metodológica

As pessoas têm direito não só a uma moradia particular, mas também a um espaço urbano que seja capaz de satisfazer suas necessidades tanto materiais quanto imateriais. Já nos anos 1970, Lefebvre analisou o fenômeno urbano a partir da interferência da industrialização na produção do espaço e a relação entre a primeira e os processos de urbanização. Segundo suas críticas, o urbanismo funcionalista concebe a cidade de modo frio e racionalista. Mas nas suas análises demonstrou interesse em refletir sobre as relações espaciais do vivido nas esferas “menores”,

valorizando as relações de produção do campo menor do cotidiano e distanciando-se das teorias marxistas na qual as cidades são só os espaços onde desenvolvem a reprodução social ou servem só de suporte para tal fato (Lefebvre, 1991).

Lefebvre, também aporta que o urbano não é só uma questão de solo propriamente dito, mas envolve a produção de centralidades, diferenças e segregações (Lefebvre, 2008). Ele também considera que os espaços são, mais que sítios, atividades, e que são produzidos a partir de práticas e afetos que transpassam as dimensões físicas, onde o ser humano não só ocupa um lugar, mas habita o espaço, constrói seus desejos e suas necessidades (Lefebvre, 2008).

Neste trabalho, pretende-se usar o aporte de diferentes autores que se debruçam sobre a questão da habitação e o direito à cidade, tais como o de Henri Lefebvre, Vogel e Mello, Maricato, Conceição, Andrade, entre outros, considerando o conjunto habitacional em questão como um espaço e não apenas como lugar de moradia, concebendo-o como uma prática social e espacial que é produzida pelos habitantes desse lugar. Também, busca-se fazer uma reflexão teórica tanto da necessidade de habitação quanto de desejos, imaginários, e o conceito de lar que se gera a partir das histórias do lugar e o remanejamento das pessoas.

Como proposta metodológica desta pesquisa, tem-se a pesquisa qualitativa, mas especificamente a etnografia. O método etnográfico encontra sua especificidade em ser desenvolvido no âmbito da disciplina antropológica, sendo composto de técnicas e de procedimentos de coletas de dados associados a uma prática do trabalho de campo a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do(a) pesquisador(a) junto ao grupo social a ser estudada. A prática da pesquisa de campo etnográfica responde a uma demanda científica de produção de dados de conhecimento dos grupos sociais a partir de uma inter-relação entre o(a) pesquisador(a) e o(s) sujeito(s) pesquisados que interagem no contexto recorrendo primordialmente às técnicas de pesquisa da observação direta, às conversas informais e formais, às entrevistas não-diretivas, etc. (Eckert e Rocha, 2008)

A pesquisa etnográfica, constituindo-se no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir), impõe ao pesquisador ou à pesquisadora um deslocamento de sua

própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta. (Eckert e Rocha, 2008)

Nesse sentido, o Lefebvre levanta a questão sobre os dados obtidos ao utilizar métodos quantitativos para a investigação: “Parece-nos que os métodos quantitativos (a matemática da quantidade, claramente distinta daquela da qualidade) não apreendem senão realidades estáticas, fixas ou consideradas como fixas” (Lefebvre, 1971, p. 13). Assim, os dados que podemos adquirir neste método não corrobora a fluidez e mudanças que o método qualitativo é capaz de demonstrar.

Nesse trabalho busca-se também compreender as idiosincrasias do contexto paraguaio, e para isso se faz uma perspectiva comparada com o apoio de análises de trabalhos e processos semelhantes ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, busca-se entender a forma em que as pessoas qualificam o espaço até chegar a ser um lar, surgindo assim questionamentos tais como: Como se caracteriza o processo de construção do lar? Como se manifesta a criação do lar? Em que medida a construção de lar se encontra presente nos conjuntos habitacionais? Como influencia o fato de serem pessoas reassentadas para a construção do lar?

Para poder responder a esta última pergunta se faz uma análise profunda de fatos históricos acontecidos no Paraguai e se toma alguns casos de remoções e políticas públicas aplicadas na cidade de Rio de Janeiro para poder utilizá-las como dentro de uma contextualização na qual se busca semelhanças ou diferenças entre ambos os países. Assim também se toma o caso do Conjunto Ismael Silva – Zé Kéti, como exemplo, para a perspectiva comparada sobre formas de apropriação de espaço e a construção de lar.

Desta forma, para atingir a pesquisa qualitativa, o presente trabalho fez primeiramente uma pesquisa teórica, documental e empírica, tentando resgatar dados e fatos históricos em diferentes lugares e instituições no Paraguai. Dita tarefa apresentou-se com certas dificuldades, dado que, como já foi mencionado, no Paraguai se tem muitos impedimentos para conseguir informações que deveriam ser públicas. As instituições estatais do país não possuem de um correto arquivo ou

não estão dispostas para o público geral. Assim, se tem acesso a algumas informações só no caso de ter relação com influência ou pessoas conhecidas dentro dos locais que estejam dispostos a colaborar. Também, trabalhos acadêmicos realizados por outros profissionais se encontram muito restritos, dado que na maioria dos casos são publicados só em formato físico e não estão disponibilizados em formato digital.

Além da pesquisa teórica, realizou-se também observações no campo e entrevistas semiestruturadas que foram analisadas e sistematizadas. A opção da entrevista semiestruturada foi considerada a mais apta para este trabalho, já que isso permitiria uma maior liberdade de fala dos entrevistados e, possivelmente, uma maior pessoalidade que poderia oferecer maior riqueza de informações. Como falado por Alves e Silva (1992, p. 64) “roteiros altamente estruturados e de questões fechadas truncam o discurso do sujeito e ainda que permitindo, às vezes, uma análise quantitativo-interpretativa, a tornam difícil e podem mesmo enviesá-la.” Nesse sentido, buscou-se dar só tópicos para direcionar as entrevistas, deixando o entrevistado poder aportar sua visão e dados que possam contribuir na pesquisa, abrindo caminho para outros temas que podam ser de interesse. Segundo André (1983) esta postura busca apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, assim como captar os diferentes significados e perspectivas de uma experiência vivida, o que contribui para a compreensão do indivíduo no seu contexto. Desta forma, foram escolhidas as entrevistas abertas e semiestruturadas, assim como a observação de campo como principais métodos de pesquisa.

O processo de levantamento de dados foi dividido em duas etapas: um primeiro conjunto de visitas ao campo realizado entre janeiro e fevereiro de 2022 e um segundo conjunto realizado entre agosto e setembro do mesmo ano. O primeiro conjunto se realizou principalmente a obtenção de contatos e possíveis entrevistados, assim como um primeiro levantamento fotográfico e as primeiras entrevistas, com anotações em caderno de campo; no segundo conjunto de visitas, se realizou as entrevistas com os contatos já obtidos anteriormente e outros novos candidatos para as entrevistas, no total, foram entrevistadas 21 famílias. Realizou-se também o segundo levantamento fotográfico e anotações em caderno, que, ao ser

contrastadas com os obtidos no primeiro conjunto, foram encontradas algumas mudanças que são analisadas no trabalho.

Tabela 1: Síntese do Trabalho.

A CONSTRUÇÃO DO LAR NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL: O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL SAN FRANCISCO, ASSUNÇÃO, PARAGUAI.					
Objetivo geral	Objetivos específicos	Método			
		Principais conceitos utilizados na pesquisa	Principais referências (autores)	Categorias de análise	Técnicas de pesquisa
Discutir sobre o processo de construção do lar em situações de reassentamento habitacional	Identificar a percepção dos moradores no contexto remanejamento, quanto à adaptação habitacional	- Lugar - Espaço - Percepção	- Juhani Pallasmaa - Yi-Fu Tuan - Bruno Zevi - Richard Sennett - Norberg-Schulz	- Percepção na moradia de interesse social	- Pesquisa documental - Pesquisa bibliográfica - Pesquisa de campo
	Explorar o modo de habitar dos moradores em relação ao espaço em que reside, sendo que as novas residências se afastam dos antigos costumes de moradias	- Espaço habitado - Apropriação do espaço - Processos Civilizatórios - Políticas Públicas	- Gaston Bachelard - Mello e Voguel - Enric Pol - Maitê Clavel - Wellington Conceição	- Relação com o espaço construído	
	Verificar o processo de construção do lar a partir das relações que se estabelecem com o espaço da moradia, e impressas nas transformações, nos usos e na qualificação destes espaços através dos discursos e práticas.	- Lar - Espaço programado - Espaço criado - Transformações	- Edward Relph - Maíra Machado Martins e Carolina Trotta - Gerônimo Leitão e Luciana Andrade - Mello e Vogel	- Construção de habitabilidade	

Pelo que foi mencionado, a pesquisa adota natureza qualitativa, onde trata-se de pesquisas difíceis de quantificar, como por exemplo, sentimentos, crenças, motivações e atitudes individuais (Goldenberg, 2004). Essa forma de pesquisa centra-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (Fonseca, 2002). Assim, Pires (2008) complementa: “Uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória possibilita familiarizar-se com as pessoas e suas preocupações”.

Como estruturação do trabalho, a mesma se segmenta em capítulos, onde, a partir do Capítulo II busca-se compreender a influência que das políticas públicas sobre a questão habitacional do país, analisando quais foram as estratégias implementadas até chegar no caso de estudo, e como tais políticas e estratégias

beneficiou só a um setor da sociedade paraguaia, marginalizando e segregando ainda mais o território urbano. Apresenta-se também o contexto histórico, econômico e social do Paraguai, desenvolvendo o processo de urbanização de Assunção e as zonas ribeirinhas, que compõem os bairros marginalizados e vulneráveis de onde provêm as famílias moradoras do Conjunto Habitacional San Francisco. Também se relata os casos de remoção acontecidos nessas áreas da cidade e se faz uma perspectiva comparada e de exemplificação com casos acontecidos no Rio de Janeiro. Tais comparações são na esfera de tempo, formas, situações e motivações de ditas ações.

No Capítulo III se mobilizam os principais conceitos e teorias nas quais se baseiam a pesquisa, tais como espaço, lugar, habitar e lar. Nesse sentido, busca-se expor e articular a leitura dos dois conceitos principais deste estudo, o habitar e o lar, assim como outros conceitos que possam ajudar à compreensão do tema. A partir de autores tais como Norberg-Schulz, Clavel, Pallasmaa, Relph, Bachelard, Fullilove, Mello e Vogel, entre outros, buscou-se fazer uma aproximação sobre os conceitos para utilizá-los no campo, a fim de fazer uma observação crítica baseados na teoria analisada para desenvolver a discussão e reflexão.

O Capítulo IV está destinado a fazer uma análise do caso de estudo. Por um lado, se apresenta o Conjunto Habitacional San Francisco, com suas características gerais e dados quantitativos; por outro lado, se expõe e desenvolve o trabalho etnográfico feito em campo, sob a análise dos conceitos estudados no Capítulo III, contrastando-os com a realidade achada, para fazer uma reflexão entre a realidade e a teoria. Para isso, o mesmo foi separado em subcapítulos onde se analisam os relatos dos moradores e o observado no campo, classificando-o por níveis de uso, sendo estes coletivos, semipúblicos e privados, dado que cada nível representa uma forma de apropriação diferente. Nesse sentido, se analisa também que, para a construção do lar, a apropriação de todos os níveis os espaços que compõem o conjunto, se faz fundamental, dado que enquanto mais a pessoa se apropria de diferentes lugares e níveis, mais forte se faz a construção de lar. Assim, os espaços públicos abarcam as praças e as calçadas, que apresentam uma forma de apropriação menos pessoal; enquanto os espaços semipúblicos são os halls de acesso aos apartamentos; e as moradias propriamente ditas, que representam os

lugares mais privados e íntimos, sendo que no conjunto, existem dois tipos de moradia, os apartamentos e as unidades térreas unifamiliares. Assim, esse capítulo busca extrair aprendizados mediante a observação e comparação com os casos brasileiros, para assim criar debates e reflexões sobre a forma de projetar as habitações de interesse social e como estas podem mudar (ou não) perante o contexto em que se desenvolve.

Quanto ao estado da arte, atualmente, existe uma vasta compilação de pesquisas sobre os conceitos a serem trabalhados, como lugar, espaço, habitat e lar. Também, na literatura, achamos diferentes trabalhos referindo-se à apropriação de espaço, identificação com o lugar e modificação do espaço habitado. Da mesma forma, existem muitos trabalhos que abordam a questão das remoções, segregação socioespacial e moradia social no Brasil. Em contrapartida, foi achado só um trabalho de caráter qualitativo cujo objeto de estudo foi o Conjunto Habitacional San Francisco. O mesmo foi realizado por alunos de Ciências Sociais de uma faculdade do Paraguai, e nele tratam-se temas tais como a trajetória de vida das pessoas moradoras do conjunto, as políticas públicas implementadas no processo de remoção, exclusão social e identidade coletiva. Tais conceitos são tratados também nesse trabalho, mas sem ser o foco da pesquisa. Nesse sentido, trabalhos onde tratam-se conceitos abordados nesta pesquisa, ou que tenham perspectivas antropológicas e etnográficas no que se refere ao estudo e apropriação do espaço, não foram achados.

Considerando isso, se ressalta a importância deste trabalho para a contribuição no debate a nível regional sobre a habitação social, sobre a influência das políticas públicas na questão da moradia e direito à cidade, e a apropriação de espaço em situações específicas, dado que o estudo se foca em dois países cuja cooperação e troca de conhecimentos pode ser muito benéfica para os dois. Assim, a falta de trabalhos que correspondam a este campo dá lugar a muitos outros possíveis estudos que possam contribuir à quebra do desinteresse e à falta de pesquisas no Paraguai, tanto de pesquisadores quanto do governo. Nesse sentido, o acompanhamento do desenvolvimento do Conjunto Habitacional San Francisco, com relação à apropriação dos espaços, junto com uma pesquisa, pode ser de grande

contribuição para entender o processo de modificação, e mudanças de dinâmicas do conjunto com o passar do tempo.

2 – A intervenção do Estado Paraguaio na questão habitacional.

2.1 – Contexto histórico e situação socioeconômica atual do país.

O Paraguai viu a sua primeira possibilidade de industrialização, urbanização e desenvolvimento entre os anos 1840 e 1870⁵, quando começou a abertura de relações externas, particularmente com a Europa, a qual trouxe crescimento econômico e permitiu um intercâmbio cultural, comercial e tecnológico que foi capaz de instalar uma indústria pesada no país, como foi a primeira fundição de ferro em toda a América Latina (Yampey, 1959).

Porém, esta possibilidade de crescimento foi negada devido à Guerra do Paraguai (1864 – 1870)⁶, que dizimou a população paraguaia (Galeano, 1978). Vários anos tiveram que passar para que pudesse se observar algum sinal de recuperação no país. Assim, até começo dos 1900, 30 anos depois da guerra, o Paraguai ainda se encontrava em pleno processo de reconstrução, tanto identitária (Capdevila, 2009) como urbanístico, social e econômico, tendo como consequência direta um lento processo de reconstrução humana e institucional e de reocupação de territórios abandonados e afetados pelo evento bélico. Depois desse momento, o

⁵ Período conhecido como “Era dos López” por ser uma etapa onde Carlos Antonio López e o filho, Francisco Solano López, governaram o país.

⁶ A Guerra do Paraguai (também chamada “Guerra da Tríplice Aliança”, na Argentina e no Uruguai; e de “Guerra Grande”, “Guerra Contra a Tríplice Aliança” e “Guerra-Guaçu”, no Paraguai), foi um conflito bélico ocorrido na América do Sul entre os anos de 1864 e 1870, envolvendo quatro nações: Brasil, Argentina e Uruguai de um lado, e o Paraguai de outro. Os motivos do conflito se deveriam aos interesses comerciais e de território que os países envolvidos tinham em particular. A guerra provocou a morte de aproximadamente 440.000 mortos no total, sendo 100.000 do Brasil, 30.000 da Argentina, 10.000 do Uruguai (entre militares e civis) e 300.000 do Paraguai (entre militares e civis). O Paraguai foi o mais prejudicado, pois além das perdas materiais, perdeu praticamente a metade da população total. Fonte: Pedro Fuini. USP. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/43329>

país começa a presenciar novamente um processo de repovoamento e aumento da população em todo seu território, mas ainda caracterizado por uma grande instabilidade econômica e institucional, como golpes de estado, instabilidade política, etc., afetando diretamente o desenvolvimento urbano no país.

Tal oportunidade de reconstrução e recuperação também foi impossibilitado pela eclosão Guerra do Chaco⁷ em 1932, afetando severamente, de novo, o crescimento populacional do Paraguai. Já entre 1950 e 1970, desenvolveu-se uma fase radicalmente diferente: as primeiras tentativas foram feitas para abrir o interior do país para uma comunicação eficaz. Isto estimulou o fenômeno da migração: emigração maciça para o exterior (Argentina e Brasil), e emigração interna, para Assunção e para o leste do país.

Segundo Souchaud (2007, p. 87), a imigração estrangeira, a maioria vinda do Brasil, como consequência da implementação da política governamental contraditória e pró-estrangeira do Presidente Ditador Alfredo Stroessner⁸, afetou duramente o campesinato paraguaio. Isto levou à imposição de um modelo de modernização para o setor agrícola orientado para a soja, que monopolizou a terra e levou ao declínio das áreas aonde sua introdução veio tarde. Este modelo implicou uma ocupação espacial caracterizada pela formação de um centro-periferia interdependente⁹ (Souchaud, 2007, p. 128), com a diminuição das taxas de crescimento urbano do Paraguai.

Entre os anos 1950 e 1980, a urbanização no Paraguai permaneceu estacionária, em termos de porcentagem de população urbana e em relação a outros países da América Latina, como se demonstra na Tabela 1. Após 1980, a tendência é progressiva, mas dentro do país a rede de cidades tende a se transformar de um

⁷ A Guerra do Chaco foi um conflito travado entre Bolívia e Paraguai nos anos de 1932 a 1935. Esse foi o maior conflito que aconteceu na América do Sul durante o século XX e colocou em disputa uma grande região conhecida como Gran Chaco ou Chaco Boreal. Ao longo dos três anos de conflito, cerca de 90 mil pessoas morreram. Fonte: Guido Rodríguez Alcalá. Secretaria da Cultura do Paraguai. Disponível em: <http://www.cultura.gov.py/2011/05/la-guerra-del-chaco-1932-1935/>

⁸ Alfredo Stroessner Matiauda foi um militar, político e ditador como Presidente do Paraguai sob um governo autoritário desde 15 de agosto de 1954, até que uma insurreição militar o tirou em 3 de fevereiro de 1989.

⁹ Entendendo como uma relação onde ambos se beneficiam e/ou desfavorecem em virtude das situações. Assim, se a periferia ou campo está em grande parte ao serviço do centro, este também extrai sua expansão da vitalidade dos campos, uma relação da qual se beneficia, quando ocorre uma colheita ruim, quando os preços caem e há uma crise dos campos, a área urbana cai em apatia.

período para outro, dado que aparecem centros urbanos muito densificados e desmedidos – como a cidade de Fernando de la Mora, na Região Metropolitana de Assunção, e Hernandarias, no leste do país – e colônias pouco densificadas e sem estrutura urbana, em diferentes momentos (Ratinoff, 1995).

Tabela 2: América Latina e o Caribe: população total (em milhares) porcentagem urbano por países de 1950 a 1995

	1950	1970		1980		1990		1995	
Países e territórios	População total	População total	% urbano	População total	% urbano	População total	% urbano	População total	% urbano
América Latina e o Caribe:	159.312	283.345	57,2	358.922	65,0	438.150	70,9	478.736	734,0
América Latina	145.891	274.696	574,0	349.194	653,0	427.312	71,1	467.363	73,6
Argentina	17.085	23.962	78,4	28.114	83,0	32.547	86,9	34.587	88,3
Bolívia	3.013	4.212	362,0	5.355	45,4	6.573	556,0	7.414	60,4
Brasil	52.326	95.847	55,6	121.286	67,30	148.477	74,7	161.790	77,8
Chile	6.058	9.496	730,0	11.147	79,0	13.100	828,0	14.210	84,4
México	26.640	50.596	58,9	7.570	65,5	83.226	71,4	91.145	74,1
Paraguai	1.337	2.350	37,1	3.114	41,6	4.219	48,6	4.828	52,4
Peru	7.968	13.193	58,1	17.324	64,2	21.569	68,7	23.532	71,2
Uruguai	2.198	2.808	82,0	2.914	85,1	3.094	88,8	3.186	90,1
Venezuela	5.330	10.721	718,0	15.091	78,9	19.502	83,9	21.844	858,0
População média	6.950		13.080		16.630		20.350		22.255
Fuente: CELADE, serie Boletín demográfico, Nro. 56, 1995.									

Segundo o Informe de Habitat (2016), o Paraguai está em uma fase incipiente de organização e planejamento regional, mas, a partir dos anos 90, novas infraestruturas e crescimento de cidades como: *Ciudad del Este*, *Pedro Juan Caballero*, *Encarnación* e outras cidades ressurgem ao longo das rodovias nacionais denominados PY N° 2 e 7, evidenciando a atração de cidades fronteiriças.

Mas, até começo do século XXI, o Paraguai não tinha conseguido gerar políticas públicas capazes de organizar e planejar o território para um crescimento seguro e sustentável. Tanto que as cidades formais quanto as informais nasceram e se desenvolveram sem considerar nenhum tipo de diretrizes urbanísticas, econômicas, sociais e ambientais, devido à escassa articulação da política habitacional com outras que deveriam complementá-las para promover o desenvolvimento integral.

Atualmente, segundo dados da DGEEC o Paraguai conta com uma população total de 7.453.695 pessoas, distribuída em 406.752 km² de área total, onde 50,3% são homens e 49,7% mulheres. A estrutura etária da população mostra que 28,2% da população tem menos de 15 anos, 64,7% estão entre 15 e 64 anos e

pouco mais de 7,1% têm 65 anos ou mais. Existe um declínio na população de crianças e adolescentes, enquanto há um aumento da população adulta jovem. A proporção da população idosa está crescendo, quase na mesma proporção que a população infanto-juvenil. Está na 103ª posição na tabela da Lista de População de 196 países feita pela ONU (ONU, 2021) e tem uma densidade populacional muito baixa, sendo só de 18 habitantes por quilômetro quadrado. E a população urbana (63,3%) é maior que a população rural (36,7%) e as projeções indicam que continuará a aumentar. Se estima que o crescimento seja de 4,68% anual até 2030. E segundo estimativas da ONU¹⁰, se espera um crescimento regional de 1,48%.

O Paraguai, em 2020, se encontrava na posição 97ª na tabela de Lista de economias por PIB realizado pelo Banco Mundial¹¹, onde analisa o PIB de 196 países, sendo de US \$4.530 per capita, de modo que seus cidadãos têm, segundo este parâmetro, um nível de vida muito baixo em relação ao resto dos países no ranking. Em 2021, sua dívida pública em 2021 era de US \$12.652 milhões, com uma dívida de 37,02% do PIB. Sua dívida per capita é de US \$1.720 por habitante. A última taxa de variação anual publicada do IPC no Paraguai é de março de 2022 e foi de 10,1%.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano ou IDH, que é preparado pelas Nações Unidas para medir o progresso de um país e que, em última análise, nos mostra o padrão de vida de seus habitantes, indica que os paraguaios estão em 103º lugar. O Índice de Percepções de Corrupção¹² do Paraguai para o setor público, em 2022, foi de 28 pontos, portanto, seus habitantes acreditam que há muita corrupção no setor público. Enquanto na questão de moradias, o déficit habitacional no Paraguai é de cerca de 800.000 casas e 3 milhões de pessoas são afetadas por esta situação.

¹⁰ Dados obtidos da ONU – CEPAL . <https://www.cepal.org/es/comunicados/se-profundiza-la-desaceleracion-america-latina-caribe-2022-se-espera-un-crecimiento>

¹¹ Esses dados podem ser encontrados em https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?most_recent_value_desc=true

¹² Índice de Percepção de Corrupção (IPC) é um relatório publicado pela organização Transparência Internacional, e é publicado anualmente desde 1995. Tal relatório ordena os países do mundo de acordo com "o grau em que a corrupção é percebida a existir entre os funcionários públicos e políticos". A organização define a corrupção como "o abuso do poder confiado para fins privados".

Comparado a outros países da América Latina, o Paraguai está abaixo em muitos parâmetros, por exemplo, no PIB, o Brasil triplica os valores do Paraguai. E se comparamos com um país semelhante em população, o PIB do Uruguai quase duplica os valores do Paraguai.

Na esfera político-econômica, o Paraguai aplica políticas neoliberais favorecendo as pessoas com capacidade aquisitiva ou capital monetário e que lhes permite conseguir extensas terras “sob a gestão conservadora do Governo, a total abertura comercial e desregulamentação financeira, a concentração e estrangeirização dos meios de produção” (Villagra, 2015, p. 13). Acentuando as condições de precariedade, pobreza, desigualdade e deterioração ambiental da população que não possui a capacidade ou não tem conseguido se aderir à lógica do mercado livre (Zavattiero, 2016). Por tanto, o estado não tem uma política que ampare às pessoas de escassos recursos econômicos dando-se assim oportunidade a uma maior brecha na desigualdade social.

2.2 – Ocupação dos territórios vulneráveis de Assunção.

Como dito anteriormente, o Paraguai sofreu o conhecido êxodo rural de forma mais severa entre as décadas de 1950 e 1970, originando-se assim faixas de assentamentos de pessoas de escassos recursos, mas antes de serem as áreas que como se conhecem hoje, o lugar era diferente. Segundo Canese (2016), os primeiros a se assentarem na zona hoje conhecida como *La Chacarita*, foram os indígenas da tribo pajaguá. (Fig. 01) cujos primeiros registros conhecidos da ocupação datam de 1873, quando uma lei especial declarou estas terras como propriedade municipal (Municipalidade de Assunção, 2014) (Fig. 02).

Posteriormente, uma lei sobre a imprescritibilidade das terras fiscais, que entrou em vigor em 1906, mais uma vez excluiu a possibilidade de legalizar a ocupação das terras baixas de Assunção, especialmente em *La Chacarita*, que nessa época já contava com um número significativo de pessoas vivendo nas áreas localizadas nas ravinas da cidade.

"Uma avenida pitoresca com vista para a baía", disse o presidente liberal Manuel Gondra em seu discurso quando, em 1921, anunciou a execução de um projeto de "saneamento e urbanização" dos bairros localizados entre a atual Rua 14 de Mayo e o Parque Caballero. Este foi o primeiro projeto sério, cujo objetivo era intervir na estrutura urbana de *La Chacarita* e construir uma avenida costeira, mas não foi realizado (Imas R, 1993). Foi a primeira vez que se falava de uma avenida costeira que afetaria o bairro.

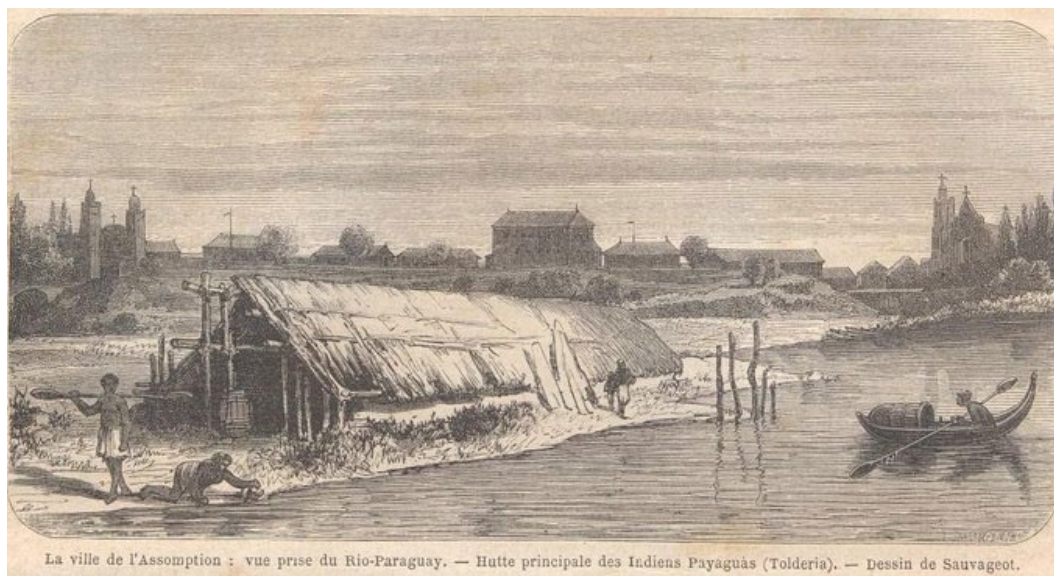


Fig. 1- Gravura a tinta do ano 1865 feita pelo Dr. A. Demersay. Acervo de Milda Rivarola. Fonte: Historiador Fabián Chamorro. Ano 2020

Em 1925, a ocupação de 12.323 m² de terreno de *La Chacarita* foi autorizada para a construção de um campo e uma escola de futebol nomeado Clube Resistencia, de acordo com a Portaria No. 1603, emitida pela Municipalidade. Esta ocupação é real até hoje e tem sido muito importante, tanto para a definição da identidade do bairro, quanto para sua conformação física, pois o clube faz parte do arraigo da população às terras onde moram. Em 1931, depois de uma grande enchente cíclica do Rio Paraguai, o então governador da cidade de Assunção, Pedro Bruno Guggiari, ofereceu 1.130 lotes e 250 casas para que as famílias afetadas pelas enchentes fossem realocadas em um bairro perto do centro da cidade (Fig. 03). Este bairro hoje é conhecido como *Barrio Obrero*¹³ Intendente B. Guggiari em homenagem ao ex-governador da cidade.

¹³ Porque a classe obreira morava na zona de *La Chacarita*, e foram reassentados para o novo bairro.



Fig. 2 - Primeiras casas no bairro *La Chacarita*, no fundo pode-se observar a torre de sino da *Catedral Metropolitana de Nuestra Señora de la Asunción*. Ano aproximado da fotografia: 1890. Não se tem registro de quem é o autor da imagem. Acervo de Milda Rivarola. Fonte: Historiador Fabián Chamorro. Ano 2020.

Após uma grande inundação em 1942, o Município tentou novamente parar a ocupação dessas áreas baixas, emitindo um regulamento proibindo a ocupação de casas que já haviam sido inundadas. Em 1954, novamente, pelo Decreto-Lei No. 6.793, as áreas de *La Chacarita* inferior, o térreo do Palácio do Governo e outros setores dos pântanos foram declaradas insalubres. Naquela época, já existiam numerosos assentamentos nos bairros propensos a enchentes de Assunção.

Os habitantes desses bairros foram os principais protagonistas do fenômeno social conhecido como êxodo rural. Os camponeses vieram de todo o interior do país a fim de melhorar sua qualidade de vida. Desta forma, ocuparam precariamente as terras baixas de domínio municipal ou privado de Assunção, sendo, portanto, pouco proprietários das melhorias que construíram ou adquiriram.

Os *Bañados* e *La Chacarita* se povoaram ainda mais rapidamente nos últimos vinte anos, segundo estimativas da Municipalidade da cidade. Isto acontece em decorrência da crescente migração do campo para as cidades, da expansão demográfica urbana e da falta de políticas públicas adequadas de acesso à terra, à moradia e a outros direitos fundamentais.

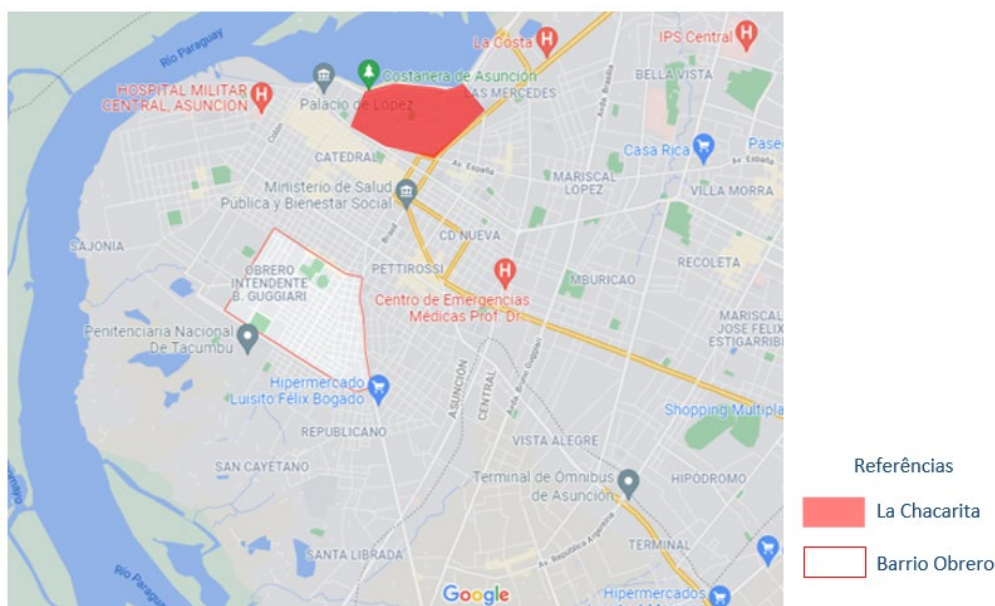


Fig. 3 – Acima, Bairro *La Chacarita*; na metade da imagem, *Barrio Obrero*, onde foram realocados os moradores da Chacarita no ano 1931. Base: Google Maps.

Desta forma, gerações inteiras se instalaram nesses bairros onde, apesar da indiferença dos governos nacional e municipal, construíam pacientemente suas vidas, suas casas, suas comunidades, seus bairros, com trabalho, família e vizinhos, e com os poucos recursos que obtinham, em geral, de empregos mal pagos e pouco seguros. Além das casas, iam abrindo ruas, exigindo e conquistando a habilitação de escolas, postos de saúde, espaços comunitários, acesso à água e eletricidade, entre outros serviços e infraestruturas essenciais para a vida em qualquer comunidade humana.

Na realidade, o Município de Assunção só iniciou algumas intervenções após uma grande enchente de 1983. Até então, a administração municipal, assim como o governo central, só atuava através da promulgação de decretos, leis e portarias que não eram cumpridas. Estas só representavam proibições quase impraticáveis, devido à ausência de metodologias que considerassem a complexidade da realidade.



Fig. 4 – Baïrro *La Chacarita*. Fonte: Diario La Nación. Foto: Carlos Juri. Ano 2017

As mais de 120.000 pessoas que habitam hoje os *Bañados* e *La Chacarita* foram participantes, em maior ou menor grau, no processo de sacrificio de raízes, sobrevivência e conquistas, não isento de inúmeros problemas e lutas, mas que significaram para eles a conquista de um espaço de vida familiar e comunitária.



Fig. 5 – Baïrro *La Chacarita*, Sub-bairros. Fonte: SENAVITAT. Ano 2015.

2.3 – Processos de remoção e narrativas sobre as moradias populares: convergências entre Brasil e Paraguai.

O Brasil possui um histórico de políticas públicas que fazem promoção de mecanismos de controle por parte do poder público para remover as pessoas dos seus assentamentos e levá-los a habitações com tipologias que não se adaptam à cultura e o estilo de vida destes (Conceição, 2018), mas as modificam e criam práticas civilizatórias com o fim de discipliná-las para morar na cidade, esquecendo seus valores e culturas próprias. Da mesma forma, as políticas públicas do Paraguai buscam criar estratégias que se enquadram nessa perspectiva, tentando modificar as culturas das famílias por meio de construções que se afastam dos antigos estilos de vida das pessoas usuárias, esquecendo seus costumes e identidade e obrigando-os a se adaptar à forma de viver na cidade.

Mesmo assim, segundo Flores (2010), a política habitacional no Paraguai tem sido construída em processos desiguais e tem gerado ações que promovem a expropriação de bens dos mais pobres, buscando favorecer a concentração de terras em poucas mãos, a mesma estratégia repetida do Brasil. E, como resultado de vários fatores, incluindo o rápido crescimento demográfico da Área Metropolitana de Assunção, o aprofundamento do modelo econômico agroexportador de grandes propriedades e monoculturas, políticas neoliberais, especulação imobiliária e dívida de obras públicas, grupos empresariais começaram a olhar essas áreas e vê-las como oportunidades de negócio, espaços adequados para fazer investimentos de várias naturezas, desde que cumpridas certas condições: que os governos nacional e municipal realizem as várias infraestruturas necessárias e que a população desse lugar deixe de habitar os referidos territórios, liberando espaço para possíveis investimentos. Mas os discursos não eram capazes de demonstrar essa realidade.

Em 1926, o então presidente Eligio Ayala¹⁴ do partido liberal¹⁵, fez uma manifestação onde levanta o problema urbanístico e higiênico que representava *La*

¹⁴ Foi um político e advogado paraguaio. Presidente do Paraguai em dois mandatos, como provisório de 12 de abril de 1923 a 18 de março de 1924; e como constitucional, de 15 de agosto de 1924 a 15 de agosto de 1928

¹⁵ O Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), da doutrina liberal, é um dos principais partidos políticos do Paraguai, herdeiro do antigo Partido Liberal, fundado como centro democrático em 10 de julho de 1887, o que o torna o partido político mais antigo do país.

Chacarita, com o qual se deram os primeiros discursos de remoção e proibição de ocupação dessa área da cidade:

“Em uma nova cidade, cheia de vida como essa, parece fácil garantir boas condições de saúde. E assim teria sido, se não fosse estabelecido em seu flanco, um bairro abandonado e insalubre, que desafia os maiores recursos e os esforços mais determinados da polícia de saúde. (...).

Lá vivem, em promiscuidade densa e infecciosa, uma população mergulhada na maior pobreza, e nas condições higiênicas mais rudimentares. A conformação e a própria situação da terra impossibilitam qualquer higienização. Não foi possível implantar nele, nem os elementos primários da campanha contra a ancilostomíase¹⁶.

Para criar e preservar as condições básicas de habitação lá, serão necessários gastos muito grandes e desproporcionais ao volume de sua população. Pode ser preferível removê-los para outra parte da cidade, e proibir completamente esses lugares de serem habitados.

O problema de saúde mais gigantesco da nossa capital, então, está em La Chacarita. Uma multidão, de nível cultural muito mais baixo, sobe dela todas as manhãs, como uma maré alta turva, infiltra-se na parte alta da cidade, e traz para as casas os germes da infecção incubada nas pocilgas dos barrancos. E todas as tardes, velada pela escuridão, ela volta para se refugiar em seus currais escuros, em uma triste caravana de vidas mutiladas e macilentas. Em um ritmo trágico, e incessante, em ação e reação quase mecânica, todos os dias levam as infecções de La Chacarita para o centro da cidade, e do centro da cidade até La Chacarita.

Esses fatos constituem uma afirmação retumbante de que todo o saneamento, localizado na parte alta da cidade, será um trabalho contraproducente e estéril, desde que o estado atual de La Chacarita subsista, desde que esteja lá como uma ferida aberta que se secreta dia após dia na cidade, suas excrescências infecciosas.” (Imas R. 1993, p. 66)

E é interessante observar que para se referir aos cortiços do Rio de Janeiro, foram utilizados discursos e conceitos parecidos, referindo-se à moral do bom cidadão, a higiene da cidade, à saúde da população e o conceito que as pessoas de fora pudessem ter da cidade, por culpa desses “indesejados”, com a petição de serem desaparecidos:

Alimenta-os a lubricidade do vício, que se ostenta impudonorosa (sic), ferindo os olhos e os ouvidos da sociedade séria que deles se aproxima, e a miséria andrajosa e repugnante, que faz da ociosidade um trono, e por um contraste filho das circunstâncias peculiares à vida das grandes cidades, ao lado [...] do vício e do lodaçal impuro do aviltamento moral, está também o leito do trabalhador honesto, que respira à noite a atmosfera deletéria deste esterquilínio de fezes!

No cortiço acha-se de tudo: o mendigo que atravessa as ruas como um monturo ambulante; a meretriz impudica, que se compraz em degradar

¹⁶ Infecção causada pelos parasitas *Nematode necator americanus* e *Ancylostoma duodenale*, e é transmitida pelo contato com solo contaminado. É uma das infecções crônicas mais frequentes.

corpo e alma, os tipos de todos os vícios e até [...] o representante do trabalho [...]

Compreende-se desde logo o papel que representam na insalubridade da cidade estas habitações, quando nos lembrarmos que além de todas as funções orgânicas dos seres que o povoam, no cortiço lava-se, engoma-se, cozinha-se, criam-se aves, etc.

Só vemos um conselho a dar a respeito dos cortiços: a demolição de todos eles (grifo meu), de modo que não fique nenhum para atestar aos vindouros e ao estrangeiro, onde existiam as nossas sentinas sociais, e a sua substituição por casas em boas condições higiênicas. (Ribeiro apud Gonçalves, 2013, p. 39)

É notório que em ambos os casos, o discurso se remonta na tese e preocupação higienista, mesmo que sejam em momentos diferentes, com a intenção de estigmatizar e segregar essa população pobre e trabalhadora, criando uma imagem de inferioridade frente aos moradores de outras áreas da cidade. O chamativo do caso é que os discursos se assemelham bastante e tais temas, no Rio de Janeiro já eram tratados no final do século XIX, enquanto no Paraguai, essa preocupação se deu só quase na terceira década do século XX.

Antes da sua desapareição quase completa, entre o final do século XIX e começos do XX, os cortiços representavam a moradia do trabalhador, que buscava satisfazer suas necessidades de moradia, tentando permanecer próximo a seu local de trabalho. Mas ao mesmo tempo que essa necessidade era cumprida de alguma forma, também se criavam estratégias para que essas pessoas não façam parte da cidade, excluindo-os de reformas urbanas e distanciando-os de algumas áreas da cidade.

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Realizavam-se obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade. (Maricato, 2000, p. 22)

As obras de urbanização no Brasil, não contemplavam as áreas onde se assentava a população de baixa renda, pelo contrário, os segregavam ou buscavam formas de expulsá-los para as áreas mais afastadas das consideradas nobres, dando lugar ao sistema capitalista para a comercialização do solo urbano.

Com a indústria, a moradia do trabalhador teve outra perspectiva, dado que as pessoas de baixa renda também representavam um ganho para estas, por serem mão de obra barata. Neste ponto, Rodrigues (2001) aponta que as indústrias tiveram especial interesse na criação de vilas operárias posto que, além de aproximar a mão de obra das unidades fabris, também obtinham incentivos fiscais. Nesse sentido, as vilas operárias representavam um estímulo para o Estado, dado que não se exigia a sua intervenção no assunto, e graças a elas se garantiam as condições dignas para a moradia, eliminando a insalubridade existente nos cortiços e controlando os pensamentos ideológicos, políticos e morais dos trabalhadores, dado que sempre se temia a revolta dos operários. (Bonduki, 1994, p. 715)

No Paraguai, o processo de industrialização não teve tão grande impacto na questão da moradia, dado que a o crescimento urbano não acompanhou dito processo. Mas as tentativas de remanejar a população da área considerada nobre, começaram desde 1931, 5 anos depois do discurso de Ayala, tentando reassentar a população de *La Chacarita* para o *Barrio Obrero*, fato que não conseguiu seu cometido já que novas famílias que migraram do campo reocupavam as áreas liberadas.

Enquanto no Rio de Janeiro, na mesma época, as favelas foram reconhecidas pela primeira vez em um documento legal no Código de Obras de 1937 ou decreto Nº 6.000 onde se condenava a favela pela insalubridade e proibia de realizar algumas melhoras dentro delas. Assim, com ele “se prescreveu uma política uniforme a ser aplicada em todas as favelas, a qual retomava a perspectiva erradicadora, porém matizada pelo dispositivo que previa a entrega de novas casas, erigidas pelo próprio poder público, para os favelados”, posição diferente ao cenário do governo anterior, de Pedro Ernesto, que abordava a favela de forma discricionária e assistemática (Pestana, 2022, p. 259).

Em Assunção, as áreas vulneráveis também eram condenadas pela insalubridade e se proibiam melhoras dentro delas. Nesse sentido, se proibiu a ocupação das terras de *La Chacarita*, mediante os decretos em 1942, mencionadas anteriormente, que proibiam a ocupação do solo vulnerável a inundação; e em 1954, antes da instalação da ditadura, foi publicado outro decreto que declarava a área de

La Chacarita insalubre e não apta para a moradia, mas os ditos decretos não foram obedecidos.

No Paraguai, com a instauração da ditadura militar de Alfredo Stroessner, em 1954, e que perdurou até 1989, se instaurou também uma política clientelista nas áreas ribeirinhas de Assunção, já que o ditador utilizava estas terras como um recurso para a adesão e permanência no partido de pessoas que faziam parte da sua rede de apoio¹⁷, imprescindíveis para conservar-se no poder. Isso afetou diretamente à organização territorial do solo das áreas ribeirinhas de Assunção, dado que os governos locais se viam obrigados a obedecer às ordens do ditador e dificultavam a possibilidade de executar algum tipo de plano ou ação para regular o uso do solo no lugar.

Nesse sentido, o solo urbano no Rio de Janeiro também era utilizado por políticas clientelistas, dado que as estratégias utilizadas para evitar o crescimento das favelas eram acionadas só em momentos específicos, dado que o status jurídico imposto às favelas legitimava a sua erradicação pelos poderes públicos, mas paradoxalmente se reconhecia alguns direitos dos moradores da favela, que se diferenciavam de moradores de outros lugares (Gonçalves, 2013, p. 12)

Na perspectiva clientelista, no Paraguai, além da dificuldade de criar planos para o uso do solo, no que respeita à questão habitacional, as políticas públicas da ditadura ignoravam e não contemplavam as necessidades dos setores mais vulneráveis, concentrando-se nos níveis socioeconômicos médio e médio-alto da sociedade. Assim, com a ausência de opções formais, os sectores vulneráveis procuraram resolver suas necessidades de habitação por seus próprios meios. Isto levou à formação de assentamentos informais, que começou timidamente devido à dureza das repressões no período ditatorial. Mas com o retorno da democracia, em 1989, a geração de assentamentos populares incrementou massivamente, seja pela ocupação organizada de terras públicas e/ou privadas, seja pelo parcelamento irregular por promotores informais, herança da ditadura.

¹⁷ O governo começou como democrático, dado que Stroessner foi eleito como presidente, uma vez no poder, ele governou como ditador.

Semelhante ao Brasil, que em 1964 o governo militar criou o Banco Nacional de Habitação (BNH) para ser responsável e financiar os programas habitacionais no Brasil (Lei 4380 21/08/1964), na ditadura militar do Paraguai criou-se o Instituto Paraguaio de Moradia e Urbanismo (Instituto Paraguayo de Vivienda y Urbanismo – IPVU, pelas siglas em espanhol), para “facilitar às famílias de forma direta ou por meio de outras entidades estatais, comunitárias ou privadas, a satisfação de suas necessidades habitacionais, também, planejar, orientar e promover o crescimento das cidades e centros urbanos” (Lei Nro. 970, 1964, p. 1), mas centrando-se em atender as necessidades dos níveis socioeconômicos médio e médio-alto e com o intuito de não favorecer e, se for possível, remover as famílias que não eram da rede de apoio do ditador, dos bairros que se assentavam em áreas inundáveis.

Com o intuito de desaparecer os bairros vulneráveis da ribeira de Assunção e converter essas áreas em projetos imobiliários, em 1965, o governo do ditador assinou um contrato com a empresa britânica “Ian Fraser”, onde se concedia a tal empresa os terrenos que correspondiam ao bairro *La Chacarita*, livre de qualquer tipo de custo ou pagamento, com o fim de recuperar as terras e construir nelas e assim poder cumprir com a “recuperação e desenvolvimento da Baía de Assunção e das terras baixas circundantes” (Canese e Canese, 2016).

Segundo o acordo, a empresa era livre para decidir o programa que seria construído no lugar, mas estava obrigada a cumprir algumas condições: a empresa era responsável de qualquer tipo de compensação a pessoas proprietárias e ocupantes das terras – dado que o 64% das terras concedidas eram já ocupadas (Equipo Arquidiocesano de Pastoral Social, 1986, p. 219) – baseados nas leis vigentes; o projeto deveria contemplar a renovação do Porto de Assunção mantendo o mesmo lugar; a canalização de um curso d'água da zona; a entrada da baía de Assunção não podia ser fechada para a navegação e devia manter sua forma natural, entre outros requisitos (Imas R, 1993, p. 67).

O contrato não foi cumprido, e se presume que os motivos foram o alto custo que as condicionantes do governo podiam gerar para a empresa, a pouca retribuição econômica que podia derivar o empreendimento, e as problemáticas que acarretavam ter que reassentar, realocar ou compensar as pessoas que já moravam

no lugar, dado que, uma vez que a população foi ciente desta situação, começou a se mobilizar para impedir ser despojados dos seus domicílios (Imas R, 1993, p. 68).

É interessante perceber que nos anos 60, enquanto no Paraguai as áreas vulneráveis eram utilizadas pelo governo ditatorial como armas ou recursos para conseguir se manter no poder, sem noção de planos nem controle do uso do solo, no Rio de Janeiro se reforçava a política de segregação espacial, removendo mais de 100.000 pessoas e destruindo cerca de 60 favelas principalmente nos bairros de classe média e alta da zona sul da cidade, entre os anos de 1968 e 1975 (Burgos, 1998) transferindo-os para as áreas mais afastadas da cidade (Brum, 2013). Dado que após o golpe militar de 1964 e com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), se construíram conjuntos habitacionais nos subúrbios, tais como a Cidade de Deus (o maior da época, com 6.658 unidades habitacionais), Vila Esperança, Vila Kennedy e Vila Aliança.

Tanto no Paraguai quanto no Brasil é notório que foram utilizadas estratégias ambíguas onde, por um lado, se buscava a remoção desses assentamentos, mas sem bater de frente com a população, e por outro se utilizavam essas áreas da cidade como recurso para algum benefício. No Paraguai, essa situação ficou evidente em 1977, quando uma Portaria da prefeitura de Assunção (No. 9.979) proibiu a ocupação, locação e venda de terrenos em toda a várzea de Assunção, bem como a construção de melhorias e a transferência delas, sem intervenção pública prévia, sob pena de nulidade (SERPAJ, 2009).

O poder público também estava aberto a propostas e projetos para as áreas alagáveis da cidade de Assunção, especialmente na área de *La Chacarita*, pela importância urbanística que possui. Assim, em 1979, o Consórcio de Empresas Paraguias (CONEMPA) propôs a “recuperação” de 200 hectares, praticamente a área total de *La Chacarita*, com a condição de que, como recompensa, 120 deles sejam entregues à empresa para projetos de urbanização e outros de interesses próprios. Esta proposta foi aceite pelas autoridades e existiu uma tentativa de remoção completa das famílias da área. Foi a segunda grande tentativa de remoção sem sucesso. (Vuyk, 2013)

Além de que as terras inundáveis foram usadas como recurso para manter o poder, o governo ditatorial de Stroessner adotou uma estratégia que, – segundo eles – visava resolver dois problemas de uma vez só, pois as terras inundáveis foram usadas como forma de pagamento de obras públicas realizadas por empresas construtoras privadas. Assim, pode-se constatar que essa estratégia foi levada a cabo quando, em 1979, a municipalidade de Assunção entregou à construtora Barrail e Hijos uma parcela de terreno das áreas do *Bañado*, como pagamento da construção da Sede Geral da Polícia Municipal de Trânsito. Nesse sentido, a empresa tomou posse da terra concedida e compensou aos ocupantes antes de expulsá-las. (SERPAJ, 2009).

Outro acontecimento de remoção se deu no mesmo ano, 1979, quando 70 famílias foram pressionadas a abandonarem suas casas localizadas em um dos sub-bairros do *Bañado Sur* denominado *Cerro Guy*¹⁸, por uma empresa construtora denominada Rosi S.A, que adquiriu essas terras do Município como parte do pagamento pelos trabalhos realizados na urbanização do *Cerro Lambaré*¹⁹. O objetivo de desapropriar as famílias desse território foi cumprido só no ano 1983, quando aconteceu a maior subida do Rio Paraguai, atingindo níveis históricos nunca antes vistos²⁰ (Foro Ambiental, 2016). Deste modo, aproveitando que as famílias abandonaram suas moradias para fugir da enchente, o governo do município proibiu o retorno aos seus antigos locais, e a construtora tomou posse das terras que foram concedidas, isto sem nenhum tipo de compensação ou retribuição pelos espaços antes ocupados (SERPAJ, 2009). Depois de várias mobilizações, as famílias conseguiram ir para uma cidade chamada Villa Elisa, localizada a 11 km de Assunção, na sua Região Metropolitana, em terrenos de 10m por 20m, sem títulos nem nada que garantisse a propriedade da parcela de terra.

A grande enchente de 1983 foi também pretexto para outros tipos de expulsões e proibições de reapropriação dos espaços abandonados, como as

¹⁸ Nome na língua guarani, que significa “embaixo do morro” ou “pé de morro”

¹⁹ Urbanização que se localiza no pé de um morro denominado Cerro Lambaré, nas várzeas do Rio Paraguai, ao sul de Assunção.

²⁰ Foi a máxima crecida do Rio Paraguai, subindo até 9m por encima do nível normal do rio em Assunção, chegando a inundar até as ruas Palma e Colón, principais ruas do centro histórico da cidade. Em 2016, ano da segunda maior crecida, a cota máxima foi de 7,56m, chegando a deixar alagado todo o bairro de *La Chacarita*, mas as águas não chegaram até a cidade.

acontecidas nas imediações do Palácio de Governo, em Assunção, área circundante de *La Chacarita*, quando 120 famílias foram impedidas de reocupar os terrenos onde estavam se assentando antes da inundação com a escusa de que o Palácio sofreria uma reforma e se construiria uma expansão do mesmo, então, se impossibilitaria a permanência no lugar (Imas R, 1993, p. 72).

Logo após a grande inundação de 1983 os debates sobre as alternativas para acabar ou combater futuras enchentes, começaram a surgir. As propostas giravam sobre duas alternativas: 1- aterrar as áreas baixas com areia extraída do fundo do curso d'água próximo; 2- a construção de uma defesa costeira, ou seja, um muro de contenção das águas que margeiam as áreas ribeirinhas para que a inundação do nível do rio não as alague. Chegou-se à conclusão de que o aterro era a melhor opção, tanto para as pessoas que moravam no lugar como a questão ambiental, mas isso supunha um custo muito maior, por tanto, a defesa costeira foi considerada a alternativa mais adequada (RIMA – ABN Associates, 2004).

Após a queda da ditadura de Alfredo Stroessner, em 3 de fevereiro de 1989, com a reinstalação da democracia no Paraguai, formaram-se organizações sociais que defendiam sua inserção, aceitação e respeito no espaço urbano na cidade de Assunção, como a *Coordinadora de Pobladores de Zonas Inundables* – COPZI (Coordenação de habitantes de áreas Inundáveis), a *Coordinación de Familias sin Vivienda* – COFASIVI (Coordenação de Famílias sem Moradias) (Pereira, 2018) e outras que permitiam dar um conteúdo mais programático às demandas sociais (Morínigo, 1991) e reafirmaram a luta pela permanência na cidade.

A consolidação de associações de moradores de áreas vulneráveis foi tão importante no Paraguai quanto no Brasil, dado que graças a eles se conseguiram a visibilidade das necessidades destas pessoas e a possibilidade de poder negociar com o poder público para as melhorias desses lugares. Nesse sentido, no Rio de Janeiro as associações de moradores eram frequentemente, influenciadas por diferentes grupos de poder, que utilizavam meios clientelistas para criar esses laços, mas para eles era a única forma de enfrentar a estrutura jurídico-política, dito por Gonçalves:

vários grupos de poder surgiram nas favelas, a partir dos anos 1940 [...] funcionando, muitas vezes como mediadora entre os favelados e a classe

política [...], constituindo o meio fundamental d que dispõem os favelados para enfrentar uma estrutura jurídico-política que sempre buscou de modo sistemático restringir a integração socioespacial dessa população ao resto da cidade (Gonçalves, 2013, p. 134)

No Paraguai, essas redes de poder eram mais notórias na ditadura, com os chamados dirigentes políticos, mas, uma vez que a democracia foi reinstaurada no país, começou-se a se olhar para as necessidades da população mais pobre e vulnerável, tentando deixar para trás as políticas praticadas no regime ditatorial, que só se centravam nos níveis médio e alto da população, e faziam caso omissos aos que realmente precisavam. Assim, em 1991, foi criado o Conselho Nacional de Habitação (*Consejo Nacional de Vivienda* – CONAVI pelas siglas em espanhol) como órgão encarregado de atender aos problemas habitacionais da população mais carente, sendo a primeira de uma série de estruturas e instrumentos gerados, a nível nacional e municipal, para atender à demanda habitacional dos setores médio e médio-baixo. Mesmo assim, houve dificuldades na execução da tarefa e a instituição não conseguiu atingir os objetivos nem garantir a satisfação das necessidades da população.

Em relação à ajuda e financiamento para a habitação da população mais vulnerável, no final da década de 1990, ficou mais evidente que participação do poder público nos problemas sociais reduziu-se drasticamente, abandonando novamente o acompanhamento do desenvolvimento desta parte da população. Além disso, das instituições de Washington, depois do consenso²¹, tiveram grande influência nas políticas públicas aplicadas no país, como por exemplo com o empréstimo para instalação do Sistema de Subsídio para Habitação Direto²² (SHD), que condicionava tanto ao país quanto às pessoas que se viam interessadas em conseguir dito subsídio. Deste modo, o país começava uma dependência e adequação para poder acessar à globalização e às políticas internacionais. Com isto, o poder público passou por uma reestruturação das dependências e provocou o

²¹ Consenso de Washington foi a forma como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando o desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. No consenso se trataram três temas principais para a concessão de novos empréstimos e cooperação econômica: abertura econômica e comercial, aplicação da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico.

²² Auxílio público sem cobrança de restituição, explícito e de valor conhecido, concedidos a pessoas que se beneficiam de programas de desenvolvimento social.

quase desaparecimento do CONAVI, fato que levou a sua fragilização na atuação da administração de empréstimos e subsídios internacionais para a habitação, falhando no papel de mediador para facilitar o acesso à moradia dos setores vulneráveis e necessitados da população.

Nesse sentido, o Brasil ficou muito adiante na situação da habitação social, dado que já na década de 40, o governo Vargas aprovou a modificação da Lei do Inquilinato, que possibilitou ao trabalhador acessar à moradia por meio de financiamentos, dado que dita lei contemplava o congelamento dos valores do aluguel e a criação de instituições de financiamento para a moradia, como as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadorias (IAPs) e a Fundação da Casa Popular (FCP) (Bonduki, 2008). O Paraguai só teve essa oportunidade quase 50 anos depois.

Já no período democrático, depois de 35 anos de ditadura, desde 1989, as instituições públicas do Paraguai tiveram que passar por um processo de grandes mudanças e reorganizações, dado que deviam adequar-se às exigências internacionais para poder acessar às políticas externas e empréstimos estrangeiros. Assim, as instituições do país também tiveram que criar planos e estratégias tanto econômicas quanto urbanísticas para ordenar a ocupação de solo no país, especialmente em Assunção, uma vez que já se teve um panorama mais claro sobre como proceder na utilização e tratamento de áreas da cidade que o ditador utilizava como recursos. Nesse sentido, em 1993, se elabora o Plano Regulado de Assunção, mediante a Ordenança No.19/93, onde se planeja o uso e tipo de construções que serão levadas à cabo na cidade de Assunção, assim também, criou-se o Plano Diretor da Faixa Costeira de Assunção (Plano Faixa Costeira - PFC), que foi desenvolvido por uma equipe técnica local e pelo Fórum Latino-Americano de Ciências Ambientais. O PFC abrange toda a área da margem do rio Paraguai, no centro de Assunção, onde se previu a construção de avenidas e complexos imobiliários (Pereira, 2018) e incluiu entre seus objetivos a reintegração da cidade e o rio; promoção de melhores valores socioeconômicos e ambientais; recuperação dos espaços para que os cidadãos da cidade e do país tenham locais de expansão; melhorar a paisagem recuperando interfaces naturais e culturais; além de integrar a proposta do plano aos demais existentes, especialmente em termos de malha

rodoviária e de transporte, e ampliação da infraestrutura (Vuyk, 2014). Mas também contemplava subprojetos como: 1) Defesa contra enchentes e passeios costeiros; 2) Desenvolvimento de bairros e parques residenciais; 3) Realocação das famílias afetadas pelas enchentes e outros (Vuyk, 2014). Dito projeto foi aceito pelas autoridades locais e do país no ano 1996.

Em 1993, no Rio de Janeiro se cria a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) junto com Programa Favela-Bairro, que visava a recuperação de equipamentos públicos, a construção de infraestrutura urbana básica, a ampliação dos acessos e vias de circulação e a mínima remoção das famílias, ou a remoção para áreas próximas às favelas de origem (Burgos, 1998). Para este programa, foram selecionadas 40 favelas que passaram por essas melhorias, e, para 1995, o projeto foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que garantiu o desenvolvimento das melhorias. O desenvolvimento do Programa se viu afetado pelas acusações que responsabilizavam aos moradores da favela pela degradação ambiental e a violência urbana (Nunes, 2010), motivos pelo qual, a partir de 2000 as remoções apareceram com força novamente, dado que usavam a questão ambiental como motivo para realizar os remanejamentos.

Por outro lado, o planejamento do uso de solo na cidade foi também um marco de grandes mudanças para Assunção, já que isso permitiu a previsão do crescimento da cidade e organização que ela devia possuir, uma vez que não existia mais as ordens de um ditador que não levava em consideração as leis e que se preocupava mais por se manter no poder antes que o ordenamento da capital do país. Nesse sentido, a capital foi crescendo timidamente, mas sua área metropolitana continuava a receber a população que migrava do interior do país para se assentar perto do centro, assim, o AMA (área metropolitana de Assunção) e Ciudad del Este junto com sua área metropolitana se converteram nos polos de maior população no Paraguai.

No que diz respeito às políticas públicas para o acesso à moradia por parte da população mais necessitada, no Paraguai, só no governo do período 2003-2008 se teve um enfoque mais social, se diferenciando dos governos anteriores, e teve uma postura mais firme frente ao combate à pobreza, desigualdade e exclusão social. Nesse ponto, o governo promoveu distintas ações sociais, e fortaleceu a

Secretaria de Ação Social²³ (SAS), dotando-a com recursos que seriam destinados para a regularização de ocupações e construção de moradias sociais. Assim também foram promulgadas as Leis nº 2329/2003 e a Lei nº 2640/2005, que criaram o Fundo para a Habitação Cooperativa (FONCOOP) e a Agência de Financiamento do Desenvolvimento (AFD), respetivamente, fundos estes que serviriam para a financiamento de moradias, tanto em sistema de empréstimo cooperativo como de subsídio parcial ou total para o beneficiário. A situação de ter outras entidades mediadoras para a obtenção de fundos para a habitação só continuava enfraquecendo a instituição que deveria fazer esse papel, o CONAVI.

Já em 2008, um governo progressista foi instalado no país e, em vista de que a instituição encarregada da área de habitação, o CONAVI, estava passando por grandes crises, decidiu substituí-lo pela Secretaria Nacional de Habitação e Habitat (Secretaria Nacional de Vivienda y Hábitat – SENA VITAT pelas siglas em espanhol) como órgão regulador da política habitacional. A secretaria passou a coordenar as ações e regulamentações junto aos governos departamentais e municipais; visando combater a pobreza por meio de seus programas, e criar um desenvolvimento social sustentável; além de reativar a economia e criar empregos e fortalecer a população mais vulnerável (Lei nº 3909, 2010). Assim também, foi criado Fundo Nacional para a Moradia (Fondo Nacional para la Vivienda – FONAVIS por suas siglas em espanhol) por meio da Lei nº 3637/2009, com o objetivo de promover a implantação de projetos de construção de habitação de interesse social (HIS), com uma gestão habitacional voltada para o mercado, tendo o sistema de Subsídio para Habitação Direto (SHD) como elemento básico. Nesse sentido, o governo buscou fortalecer as políticas e instituições públicas voltadas para a habitação dos setores mais vulneráveis.

Na mesma linha de ação, em 2009 o governo visou criar uma relação com as políticas de habitação do Chile, para criar um sistema de ajuda mútua para conter o problema habitacional no país. Tal relação começou formalmente “*através do acordo de cooperação com o Ministério da Habitação e Urbanismo* (MINVU pelas

²³ Órgão responsável de articular ações do Governo, dos partidos políticos e da sociedade civil, em torno de uma política social voltada principalmente para o combate à pobreza e à promoção de maior equidade social.

siglas em espanhol)” (CONAVI, DGEEC, MINVU, & AGCI, 2009, p. 7), para a elaboração do primeiro cálculo do déficit habitacional no Paraguai, com a “*adaptação da metodologia utilizada no MINVU*” (SENAVITAT et al., 2011, p. 13). Em 2011, a SENAVITAT solicitou o apoio do MINVU para a elaboração do Plano Nacional de Habitação e Habitat (Plan Nacional de Habitat y Vivienda – PLANHAVI pelas siglas em espanhol) e de um modelo de intervenção intersetorial articulado no âmbito da habitação e urbanismo. Delegações da SENAVITAT viajaram a Santiago do Chile para conhecer a política de habitação do país e definir áreas de cooperação, know-how e transferência de produtos (Siclari, 2015). Assim, um processo que alguns autores chamam de “mobilização de políticas”, neste caso habitacional, se desenvolve entre os órgãos institucionais desses dois países. O PLANHAVI não conseguiu alcançar sua implementação completa devido à instabilidade política no Paraguai atravessou desde junho de 2012.

As dificuldades para enfrentar a questão habitacional no país foram muitas, os cálculos para conhecer os números reais de déficit habitacional no país se deram só a partir de 2010. Isto denota que as razões de resolver os problemas de habitação e urbanismo no país se devem ao desinteresse e a má coordenação interinstitucional, o que causa falta de dados e informações tanto sobre assentamentos informais, como sobre condições de moradia, situação de aluguel, imobiliárias, entre outros (Imas R., 2013). Isso dificulta a avaliação e a geração de políticas, causando uma ação ineficiente do governo frente aos problemas dos setores mais vulneráveis.

Mesmo que sejam criados planos e políticas que visassem o alcance aos setores mais vulneráveis, até então, nenhum governo previu ou propiciou alguma ação ou projeto que buscasse a urbanização e melhoramento das áreas vulneráveis da cidade de Assunção. Nesse sentido, muitas famílias ainda buscavam se assentar em zonas alagáveis da cidade, áreas que constituem parte de *La Chacarita*, e que circunda o centro histórico da cidade. Com isso, as autoridades aproveitavam diferentes oportunidades para poder remover as pessoas dessas áreas, como foi o caso do Bicentenário Pátrio, em 2011.

Ao igual que aconteceu no Rio de Janeiro, onde tomaram os megaeventos como um motivo para remover as favelas, no Paraguai se usou o Bicentenário de Independência para remover as pessoas que se encontravam assentadas nos terrenos

em volta ao palácio de governo, com um projeto denominado “Despeje”²⁴ onde removeram 490 famílias em menos de 3 meses, sendo 250 do denominado – e extinto – Bairro Chino (ABC, 2011). A promessa era de dar uma moradia na cidade de Villa Elisa para aqueles que tinham mais de 20 anos morando no bairro e 15 milhões de guaranis (aproximadamente 10mil reais) para aqueles que estivessem há menos tempo. Os removidos alegaram que com esse dinheiro não é possível comprar um terreno, mas que não tiveram opção de escolha.

Os megaeventos do Brasil, a Copa Mundial de Futebol e as Olimpíadas, repercutiram fortemente nas favelas do Rio de Janeiro, dado que o plano da prefeitura foi reduzir 3,5% das áreas das favelas e remover integralmente 119 favelas por assentar-se em áreas de risco de deslizamento, inundação, proteção ambiental ou destinadas a logradouros públicos (Nunes, 2012). Hoje, considera-se a Vila Autódromo como símbolo dessas remoções, pela luta contrária, dado que se localizava no epicentro da principal área destinada aos eventos olímpico (Brum, 2013).

Outra remoção compulsória levada a cabo pelas autoridades de Assunção, foi em 2014, quando a cidade passou por uma outra crescida de níveis históricos do Rio Paraguai, obrigando as famílias a abandonarem suas moradias para fugir da enchente. Assim, ao redor de 1000 habitantes se manifestaram na frente da Sede de Governo do município de Assunção, no dia 09 de setembro desse ano, dado que, aproveitando que grande parte dos bairros estavam inundados pela subida do rio, os vereadores do município estavam estudando aprovar uma Portaria Municipal (No. 390/14) denominada “Registro de Ocupação”. Tal projeto visava a concessão de parcelas de terras dos *bañados* em razão de pagamentos por obras de infraestrutura realizadas por empresas privadas (ABC, 2014), mesma estratégia utilizada no governo ditatorial. A situação levou a uma mobilização violenta que acabou com uma forte repressão dos manifestantes.

Em consequência, tentaram criar outras estratégias para retificar e acalmar a situação. Junto com o governo municipal de Assunção, o Governo Nacional

²⁴ O significado dessa palavra é liberar, limpar ou desocupar um local ou espaço, segundo a Real Academia Espanhola.

construiu 222 unidades de moradias destinadas às famílias dos *Bañados*. Mas, além de ser uma quantidade ínfima frente ao número real de famílias que precisava uma moradia, o lugar de destino se encontrava a 30 quilômetros da origem, uma cidade chamada Itauguá, no interior do departamento Central de Paraguai, em uma urbanização denominada “*Las Colinas*” (ABC, 2016), onde as pessoas se enfrentariam em um desastroso sistema de transporte público, falta de oportunidade laboral e infraestrutura urbana afastadas e/ou de má qualidade. Contudo, as casas foram ocupadas em sua totalidade., mas, para 2016, 40 dessas famílias voltaram para os *bañados* (Pereira, 2018), alegando que não existiam condições mínimas de morar no lugar, dado que não tinham oportunidades laborais e a qualidade de vida era péssima.

É notório que o governo paraguaio, nesta ocasião, voltou a utilizar estratégias que o governo ditatorial de Stroessner utilizava: aproveitar que as famílias fogem das águas e abandonam suas casas por conta das enchentes para tomar essas áreas e dar como forma de pagamento para empresas privadas, sem prever nenhum tipo de plano ou ajuda para as pessoas que moram nesses terrenos, excluindo-os da cidade. Neste caso, a proposta de solução só se deu depois de repressões e grandes manifestações, e ainda propondo afastar as pessoas dos seus lugares de origens e sem prever o mínimo de qualidade de vida.

Em 2011, o governo implementou também planos e projetos de infraestrutura urbana que visavam o ordenamento territorial do país, concentrando-se mais na cidade de Assunção. Nesse sentido, um dos projetos que se materializou foi o Plano Diretor da Faixa Costeira de Assunção que fora aprovada em 1996, com a construção da primeira etapa da *Avenida Costanera José Asunción Flores*, entre os anos 2011 e 2013. Uma vez mais, os projetos realizados afetavam uma área de *La Chacarita*, já que a *Costanera* passaria por uma parte do bairro (Fig. 7) e as autoridades asseguraram que as pessoas afetadas seriam realocadas em lugares seguros e fora de perigo de futuras enchentes. Menos de 6% das famílias da área foram realocadas para um conjunto habitacional construído em uma área aterrada, ao lado da *Avenida Costanera*, em casas duplex cuja construção foi concluída em 2015, dois anos após a conclusão da construção da avenida (Pereira, 2018).

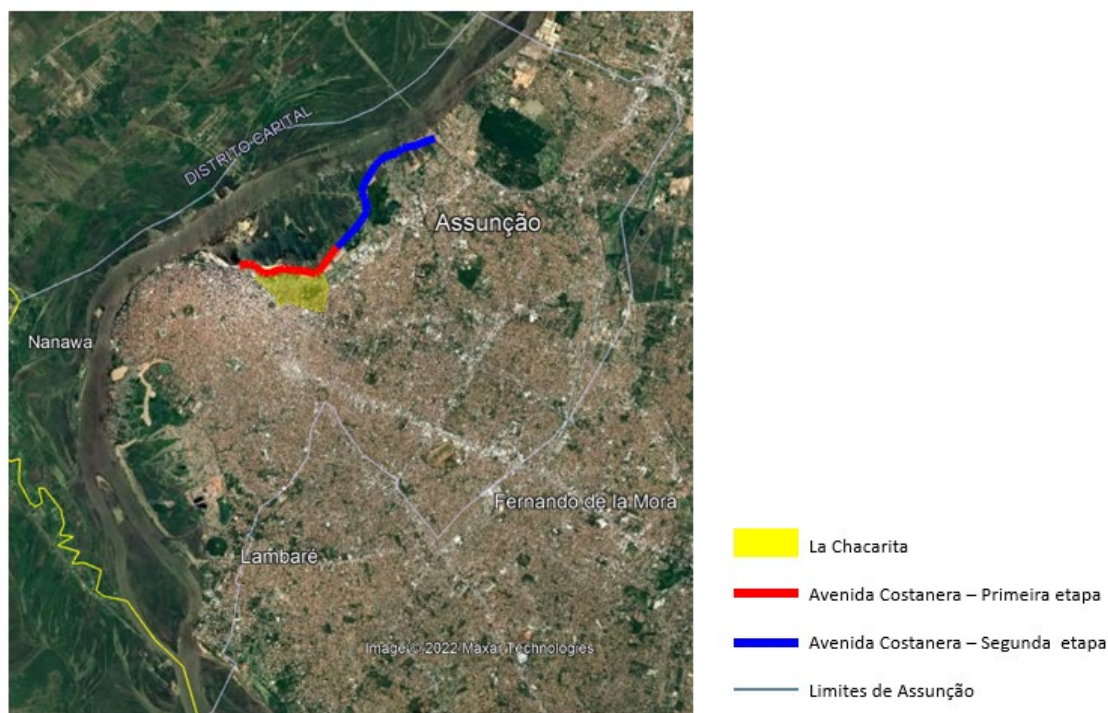


Fig. 6– Mapa de Assunção com a localização da *Avenida Costanera*. Base: Google Maps.

A situação da enchente piorou em *La Chacarita* depois da construção da *Avenida Costanera*, dado que obra afetou, não só diretamente no espaço físico onde se implantou, – que foi o lugar de onde as primeiras famílias tiveram que se realocar – mas também indiretamente, pois modificou o espaço físico do *Bañado Norte*, dado que o projeto não contemplou a canalização de riachos e córregos de águas de chuva, de modo que a população que não foi realocada sofre os efeitos das enchentes, não só no tempo de alagamento do rio, mas a cada chuva de consideração, uma vez que a *Avenida Costanera* se tornou uma barreira que impede a saída da água, gerando assim uma espécie de bacia entre a cidade e avenida.

Fazendo uma análise da situação, os fatos tendem a presumir que a construção da *Avenida Costanera*, em efeito foi uma construção de defesa, mas não foi projetada com o intuito de defender a população que se assentava na área vulnerável a inundação, mas sim a cidade alta, o centro histórico de Assunção, área que, historicamente, as águas do rio chegaram só no ano 1983, dado que a construção da avenida piorou a situação de alagamento, que agora eram mais frequentes por causa das chuvas e a falta de infraestruturas adequadas.



Fig. 7 – Esquerda: Bairro *La Chacarita* antes das obras da *Avenida Costanera*, ano 2009; Direita: Bairro *La Chacarita* depois das obras da *Avenida Costanera*, ano 2021. Fonte: Google Earth.

Se poderia falar de uma estratégia compulsória de remoção por parte dos membros do governo, com o fim de forçar uma situação de necessidade de remanejamento, visto que, historicamente, as políticas do país e do governo municipal tenderam a realizar manobras indiretas de expulsão dos habitantes desses terrenos, com o fim de evitar densas revoltas e enfrentar diretamente os moradores desses bairros.

Em 2016 foi concretizada a construção do Conjunto Habitacional São Francisco, que foi erguido com o discurso de abrigar as pessoas que ainda sofriam com as enchentes e inundações em *La Chacarita* além de dar às famílias o que precisavam e queriam, uma casa própria. Este último discurso foi também utilizado na defesa por parte de autoridades de programas de remoção não Rio de Janeiro onde os governos Federal e Estadual investiam maciçamente na propaganda da casa própria e das vantagens em serviços de urbanização que os conjuntos apresentavam (Brum, 2013).

Mil famílias foram remanejadas ao novo conjunto, muitas com a promessa da possibilidade de ficar no lugar só momentaneamente, como uma espécie de adaptação, e, caso não conseguissem se adaptar, poderiam voltar à moradia no antigo bairro. Mas a realidade foi outra, segundo relatos de alguns moradores, dado que, o poder público se aproveitou, novamente, de uma enchente para praticamente coagir as famílias a irem para o novo conjunto e assim que eles saíram das moradias, maquinarias pesadas demoliram as casas, a fim de evitar que sejam ocupados novamente.

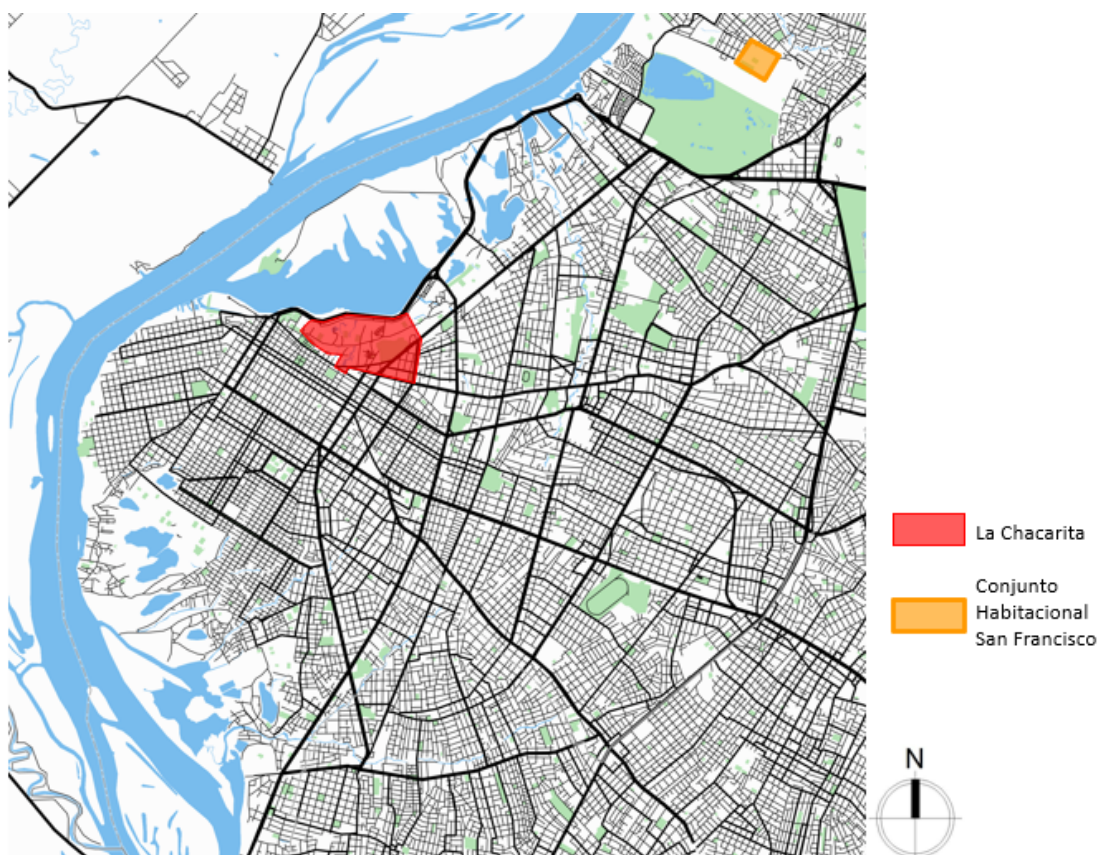


Fig. 8 – Localização do Bairro *La Chacarita* e do Conjunto Habitacional San Francisco. Distância entre o bairro e o conjunto: 11km. Base: mapscityes.edu. Ano 2021

Esta situação de remanejamento na zona ribeirinha de Assunção se dá desde as primeiras famílias que se assentaram no lugar, mas sem sucesso, já que com o tempo, essas áreas foram densificando-se ainda mais e foram criando sua própria identidade e arraigo com o lugar. Levando em consideração toda a história, os sentimentos e as situações que foram se engendrando no lugar, é importante analisar a visão e percepção que as famílias têm sobre os remanejamentos que eles sofreram, as dificuldades de adaptação ao novo ambiente e o sentimento que tem sobre o novo lugar.

San Francisco é o primeiro projeto do tipo no Paraguai, em relação à capacidade de acolher uma alta quantidade de famílias, a infraestrutura e a tipologia que possui, dado que misturar moradias unifamiliares com prédios multifamiliares é algo inédito no país, inclusive, o emprego da tipologia de prédios multifamiliares é uma ferramenta nova, dado que, na maioria dos casos, as HIS se distribuem em casas unifamiliares com terreno. Por outro lado, San Francisco nasce também como um empreendimento social que se constitui sob o discurso de acolher as famílias em situação de vulnerabilidade climática e social, que não tiveram a oportunidade

de escolha e tiveram que se adaptar a uma nova forma de morar e vivenciar um lugar. Assim, esta pesquisa busca entender o processo, não só de adaptação das famílias, mas também a experiência geral que faz com que essas famílias se sintam em casa, sintam que esse lugar poderia ser um lar.

3 – A habitabilidade do espaço e a construção do lar

A relação de um indivíduo com o espaço é única, dado que cada pessoa tem uma percepção diferente com o lugar. Essa diferença de relação entre as pessoas com os espaços pode ser vista de maneiras tão cotidianas que, para alguns as vezes, até passam despercebido, pois nossa atenção nem sempre se foca nos espaços que percorremos. Nesse sentido, podemos mencionar alguns exemplos que vivenciamos diariamente, como são as saídas de estações, tanto de metrô como de trem. Para os usuários dos transportes mencionados, esses espaços são lugares de transição, de passagem, um meio para chegar a um fim, para se movimentar e fazer um percurso. Normalmente, as pessoas não habitam esse espaço, mas o usam diariamente. Mas para os vendedores que aproveitam essa situação bastante de trânsito de pessoas, a visão que tem do lugar já muda, não é mais aquela de passagem como é a dos usuários de transporte, provavelmente também não é um lugar que eles consideram como o lugar onde habitam, mas a relação com o espaço é muito diferente ao de uma pessoa que só transita pelo lugar para chegar a outro.

Nesse sentido, é interessante mencionar dois trabalhos feitos onde pode-se observar como a relação das pessoas com o espaço se dá, não só de pessoa a pessoa, mas também em relação ao tempo – seja em anos ou mesmo durante o dia – e à forma do uso desses lugares. O primeiro trabalho é da arq. Karoline Azeredo (2019), quem investiga os baixos dos viadutos Negrão de Lima e o novo viaduto construído para servir ao BRT, localizados no bairro de Madureira. Assim, na visão da autora, ambos lugares são gerados como espaços residuais produto da implantação de sistemas viários que não previram a relação entre a obra construída e os pedestres que transitavam pelos lugares com o fim de chegar a um ponto. Deste modo, com algumas características que oferecem conforto, como ser que o espaço se torna coberto em virtude das obras, o entorno se torna interessante e convidativo para a criação de espaços diferentes ao que foi programado. Desta maneira, o que era um

espaço residual se torna em um espaço atrativo para diferentes tipos de comércio, lugares para vivenciar a cultura, ter áreas de lazer e criar momentos que possam ficar na memória coletiva e a representatividade do espaço. Tudo isso, acontecendo em diferentes momentos do dia, já que o caráter do lugar pode mudar ao longo do transcorrer do dia.

O segundo trabalho é a pesquisa feita pela arq. Carolina Trotta (2019) sobre os conjuntos Ismael Silva – Zé Ketti, trabalho que, como foi mencionado anteriormente, será também a base teórica para realizar algumas comparações com o caso analisado nesta pesquisa. Nesse trabalho, a autora traz uma discussão baseada em outras pesquisas, onde faz uma diferença entre lugar e espaço, sendo que o espaço diz respeito a um local fisicamente delimitado, e o lugar trata-se de um espaço qualificado pelos seus utentes, carregado de afetividades, memórias e sentido. Mas nesta ocasião, a intenção é se valer do levantamento feito pela autora da praça central localizada entre os dois condomínios. Nesse sentido, ela aponta que o espaço, em um primeiro momento, pode ser visto como um *lugar-sem-lugaridade* (Trotta, 2019, p. 81), já que aparentemente é só um espaço de passagem para os moradores e usuários da Clínica da Família que se encontram no lugar, além disso, o lugar não é visto como responsabilidade de nenhum dos condomínios mencionados, no que se refere ao cuidado.

A autora aponta que depois de outras visitas, descobriu que o lugar não é simplesmente uma passagem, mas sim um lugar de esparecimento e lazer durante os finais de semana, tanto dos moradores dos conjuntos analisados, quanto dos vizinhos do lugar. Nesse sentido, a praça passa a ser um cenário onde se montam barracas para a venda de comes e bebes, com música, criando um lugar onde pode-se festejar. Assim, a praça muda o caráter em momentos específicos, de ser um *lugar-sem-lugaridade* passa a ser um espaço criado e apropriado pelas pessoas, mesmo que de forma temporária, mas que essa ação permite que as pessoas também possam criar vínculos e memórias relativas a esse espaço.

Em todos os casos mencionados antes, podemos perceber que a relação entre o espaço e as pessoas se dão de maneiras que não foram programadas ou pensadas, que as pessoas criam os espaços aproveitando as oportunidades que as características dos lugares apresentam e que os usuários destes locais são capazes

de transformar o espaço a fim de torná-los habitáveis, inclusive sem mudar o espaço físico.

Assim, neste capítulo se movimentaram os conceitos que tem a ver com a apropriação do espaço, com o habitar no lugar e como se chega ao sentido de lar, isto através das bases teóricas que diferentes autores foram mobilizando, e na análise dos conceitos abordados.

3.1 – Lugar, espaço, habitar e a construção do lar.

Quando buscamos a definição da palavra espaço, no dicionário de Ferreira²⁵ (2010) se define como a “*distância entre dois pontos; área ou o volume entre limites determinados*” (p. 309). Enquanto a definição de lugar é o “*Espaço ocupado; sítio*” (p. 475). Por conseguinte, o espaço passa a ser lugar só quando aparece um elemento que o dá valor, o homem. Uma vez que o homem habita o espaço, seja para morar, para realizar suas atividades diariamente ou para ser simplesmente organizado fisicamente, o mesmo ganha valor e significado de lugar, tem uma definição diferente.

Para entender o significado da palavra habitar, segundo o mesmo dicionário de Ferreira (2010), significa “*1. Ocupar como residência; residir. 2. Tornar habitado. 3. Ter hábitat em. T.c. 4. Habitar (1). T.i. 5. Morar (com alguém)*” (Ferreira, 2010, p. 392). Mas, o que significa residir? “*1. Fixar residência, morar, habitar 2. Acontecer; estar presente; [...] 3. Achar-se; ser; estar*” (Ferreira, 2010, p. 661). Ditos conceitos se referem à capacidade que o indivíduo tem de habitar, de “*achar-se; ser; estar*” em um lugar que o pertence, que ele mesmo constrói e o habita, é a própria condição em que a pessoa se acha no mundo.

Mesmo que tenhamos visto a definição da palavra habitar, é fundamental entender a que relação entre um indivíduo e o ambiente onde o mesmo se desenvolve, é uma experiência que cada indivíduo apresenta de maneira diferente, já que se relacionar com o espaço é uma sensação particular, tanto em forma como em tempo, onde muitos fatores devem ser considerados. Habitar não é

²⁵ Lexicógrafo, professor, tradutor, ensaísta e crítico literário brasileiro. Nasceu em Passo de Camaragibe no dia 3 de maio de 1910 e morreu no Rio de Janeiro no dia 28 de fevereiro de 1989.

simplesmente o ato de se assentar em um espaço físico. Dito por Yi- Fu Tuan²⁶, as etapas da vida de uma pessoa, devem ser consideradas nessa experiência, posto que a percepção das coisas também muda com os ciclos da vida: “as experiências em diferentes etapas da vida não são comensuráveis” porque “um adulto não pode conhecer um lugar como uma criança o conhece, [...] porque seus sentimentos pelo tempo pouco têm em comum” (Tuan, 2015, p.199 – 200).

A interação entre indivíduo e o ambiente vivenciado é essencial para a construção da identidade sendo de grande importância entender como o sujeito ocupa o espaço e como isso influi no comportamento da pessoa, pensando em uma arquitetura de qualidade, que seja capaz de responder às expectativas dos usuários. Bruno Zevi²⁷ (1996) considera o espaço e o vazio como sinônimos, mas argumenta que o espaço construído atua tanto na percepção das pessoas, como também sobre o espírito delas. Para ele, a arquitetura não provém de um conjunto de medidas dos elementos construtivos que fazem parte para encerrar um espaço, mais precisamente deste vazio, do espaço encerrado, do espaço interior em que os homens andam e vivem.

Richard Sennett²⁸ (2018, p. 48) faz distinção entre lugar e espaço onde, para ele, a diferença se encontra justamente na relação que o indivíduo estabelece com o ambiente construído. Segundo ele, espaço é onde nos movimentamos, em tanto que o lugar é habitado, vivido. Poder-se-ia dizer que a diferença está implícita no tempo de permanência no local, já que quando a pessoa se desloca, não conhece ou não é consciente das particularidades do ambiente. Assim, pode-se resumir que os indivíduos se movimentam no espaço, mas habitam o lugar, sendo que o pouco tempo de permanência reduz a sensação de habitar, de conhecer particularidades, de ter uma intimidade com o ambiente, sendo apenas uma transição.

Voltando a Yi-Fu Tuan (1983), as considerações que ele faz sobre lugar reforçam a relação com o tempo, movimento ou fluxo. Para o geógrafo “leva tempo

²⁶ Geógrafo sino-americano. Nasceu em 5 de dezembro de 1930. Suas obras se baseiam na geografia humana.

²⁷ Foi um crítico, escritor, ensaísta, arquiteto e urbanista italiano, conhecido sobretudo como historiador e crítico da arquitetura modernista. Roma, 22 de janeiro de 1918 — 9 de janeiro de 2000.

²⁸ Nasceu em Chicago em 1 de janeiro de 1943. Sociólogo e historiador norte-americano, professor da London School of Economics, do Massachusetts Institute of Technology e da New York University.

para conhecer um lugar” (p.193). Por isso, quanto mais tempo uma pessoa permanece em um lugar, mais afeição existe. É improvável que um sentimento de familiarização aconteça em um lugar de passagem. À medida que o indivíduo se familiariza com o lugar, mais o considera conhecido, mais cria memórias e, por consequência, cria afeto. Um exemplo desta situação é quando uma pessoa se muda para uma nova residência; em um princípio se sente desconfortável e estranha, mas com o tempo a pessoa adapta a casa à sua própria rotina, à sua personalidade, vai conhecendo as especificidades da casa, criando lembranças dentro dela, dotando-a de identidade e conquistando a afeição do novo morador.

O geógrafo explica também que esse processo leva um tempo e não se representa só no visual, mas é um tipo de conhecimento subconsciente, experiências que poderiam se qualificar como efêmeras, que se repetem no dia a dia, ao longo de tempos, anos inclusive. É a mistura entre sons, imagens, cheiros, experiências, costumes, todo em consonância rítmica que depois de um tempo volta-se familiar.

Então, o lugar estabelece uma relação afetiva com o passado, é o tempo se voltando tangível e visível, “é um mundo de significado organizado” (Tuan, 1983, p. 198). Segundo Tuan, o lugar também é uma meta futura, um objetivo desejado, que, para chegar até ele, a pessoa percorre um caminho que possui pausas, momentos que servem para refletir e organizar, e tudo isso constitui algo maior, constitui o lar. Assim, na opinião dele, o próprio caminho já faz parte desse objetivo, já estabelece um lugar, devido à importância e significado dos acontecimentos para chegar até o objetivo final, o lar.

Enquanto ao espaço, Yi-Fu Tuan (1983), faz uma aproximação ao significado de habitar dado por Ferreira, vista anteriormente, afirmando que frequentemente o significado de espaço se funde com o de lugar, já que as duas categorias não podem ser compreendidas sozinhas. Segundo ele, o que começa sendo um espaço como qualquer outro, que não se diferencia de nada, termina sendo um lugar à medida que os indivíduos o conhecem melhor e o dotam de valor. “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (Tuan, 1983, p. 151). “Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar” (Ibidem, p. 83). Tuan define os lugares como “centros aos quais atribuímos valor e

onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação” (Ibidem, p. 04).

Mas Norberg-Schulz²⁹ (1998) afirma que os lugares não são só uma localização geográfica, “O lugar é a concreta manifestação do habitar humano” (Ibidem, 1998, p. 04) e são nos lugares que se experimentam os acontecimentos mais significativos da existência. Para ele, o lugar não é só onde se satisfaz as necessidades biológicas das pessoas, mas é resultado da interação recíproca entre homem e contexto. Possuir um lugar próprio é também uma necessidade que é inerente ao ser humano, já que está ligada à noção de proteção, segurança e acolhimento, ou, em alguns casos, também faz referência à sua posição dentro da sociedade.

Mesmo que uma casa seja simples, falando arquitetonicamente, é e deve ser considerado lugar, pois a noção de lugar nada tem a ver com complexidade ou notoriedade construtiva e visual (Tuan, 1983). Ao falar de lugar, se refere a vivência, sentimentos, memória e atividades praticadas no local. Pontos que estão ligados à questão simbólica, subjetiva e pessoal. Por esse motivo, um mesmo lugar pode significar muito para algumas pessoas e para outras pode não ter relevância, pois os lugares são reconhecidos pela emoção e não pelo visual. Além disso, o conceito não se refere só ao espaço físico como tal, mas também às experiências e contato vivenciados com outros indivíduos nesse espaço físico, evocando à particularidade e a identidade que se relaciona com ele.

Um espaço habitável, significativo para as pessoas, necessita como ponto de partida de que esteja imerso e fundamentado pela dimensão simbólica. Esse aspecto simbólico diz respeito às possíveis conexões conceituais existentes entre o espaço – concreto e visível – e as ideias, conceitos, valores ou significados – invisíveis e intangíveis – que o originaram (Ribeiro, 2003, p. 17). Ribeiro³⁰ (2003), complementa que é importante conhecer esses valores, conceitos, relacionados a aspectos não-físicos, para a compreensão do fundamento do espaço.

²⁹ Foi um arquiteto, autor, educador e teórico da arquitetura norueguesa. Nasceu em 23 de maio de 1926 e viveu até 28 de março de 2000. Fez parte do Movimento Modernista na arquitetura e associado à fenomenologia arquitetônica.

³⁰ Doutora em Geografia - PUC-Minas (2006).

Segundo Norberg-Schulz (1971), existe não só uma forma de habitar, mas quatro: o habitar natural, o habitar coletivo, o habitar público e o modo de habitar privado que é o que de fato se trata da casa, onde tem por definição:

O habitar privado é o modo de habitar que ocorre no nosso “pequeno mundo”, quando nos encontramos afastados do convívio social e da intrusão de estranhos. O cenário onde esse habitar público privado tem lugar é a casa – ou o lar –, onde experimentamos a chamada “paz doméstica”, e onde reunimos e expressamos as memórias que constituem nosso “mundo pessoal”. (Norberg-Schulz, 1971, p.10).

Pode-se considerar que, mesmo que as pessoas vivam em um espaço determinado, não significa que esses lugares sejam habitados, mas, quando habitados, esses lugares contribuem positivamente para o crescimento e bem-estar do homem (Ribeiro, 2003). Além do aspecto imaterial, o espaço se comunica com o homem, comunica a personalidade da pessoa, os objetos demonstram quem são os que habitam e usam o lugar. A casa passa de ser um simples lugar de moradia a ser lar, enquanto se atende o conforto, intimidade, sentidos, bem-estar físico, e outras particularidades individuais (Rybczynski³¹, 1996).

Dito por Clavel³² (2015), habitar é tanto inventar, criar o seu espaço cotidiano e ser inserido num amplo círculo de relações, de paisagens familiares e, no entanto, sempre a descobrir. No lugar da moradia, dia após dia são cultivados hábitos, gestos, costumes, o que tem influência direta nos indivíduos, sendo, inclusive, uma ação que acompanha para o resto de sua vida, já que tais vivências e criações permanecem no inconsciente, mesmo que algumas coisas possam mudar.

Mesmo que no dia a dia se crie essas vivências, é importante destacar que durante a infância, as pessoas tendem a desenvolver relações fortes com objetos caracterizados no ambiente e até se identificam com eles. Tal é o caso do arquiteto chamado Gerhard Kallman, que foi visitar a casa onde morou na infância, em Berlim, após muitos anos. Quando chegou, a casa já não existia, o que fez ele se sentir desorientado e perdido no lugar, mas ele conseguiu reconhecer o desenho

³¹Arquiteto, professor e escritor canadense-americano. Professor Emérito de Urbanismo na Universidade da Pensilvânia. Nascido em 1 de março de 1943.

³² Socióloga, professora e pesquisadora aposentada da Universidade de Paris X-Nanterre.

típico das calçadas onde brincava, o qual devolveu nele a sensação de ter voltado para a morada. (Norberg-Schulz, 2006).

Tais situações demonstram como as antigas lembranças que acompanham a pessoa e que têm valor emocional, permanecem no reconhecimento pessoal e tem total relevância na experiência individual (Pallasmaa³³, 2006). O lar é onde a vida começa e termina; é o principal referencial de existência da espécie humana na medida em que este é a forma concreta do abrigo, da proteção contra as intempéries e outros perigos potenciais. O lar é o pivô de uma rotina diária. O lar não é só um fragmento de terra que ocupa um espaço geográfico, mas está associado à memória e ao sentido de crescimento e vivência que o indivíduo dota, é uma relação intrínseca, única e inexplicável de cada pessoa. Como Relph³⁴ (2012, p. 31) sentenciou, “lugar não é meramente aquilo que possui raízes, conhecer e ser conhecido no bairro; não é apenas a distinção e apreciação de fragmentos de geografia”. A base do significado de lugar não se encontra em uma suposta essência locacional, mas sim, “se estende em suas ligações inextricáveis com o ser, com a nossa própria existência” (Relph, 2012, p. 31). Nesse contexto, Relph destaca:

O lar, e na verdade todo lugar, não é delimitado por limites precisamente definidos, mas no sentido de ser o foco de intensas experiências, é ao mesmo tempo sem limites. Lugar é onde conflui a experiência cotidiana, e também como essa experiência se abre para o mundo (Ibidem, 2012, p. 29)

Em seus deslocamentos, sejam eles rotineiros ou esporádicos, cada indivíduo carrega consigo um pouco de seu lar, levando parte de seu mundo circundante, seu mundo vivido, em seus trajetos (Marandola Jr.³⁵, 2014). Essa experiência é capaz de tornar o todo indistinto percorrido, em outras palavras, um espaço qualquer, em lugar, recortado emocionalmente e dotado de intimidade. Dessa maneira, mais do que produtora de “lugares-sem-lugaridade” ou de “não lugares”, a mobilidade tem o potencial agregador na criação dos lugares.

Para Relph, a associação entre a existência e a identidade pessoal está amarrada ao senso de lugar e à sua constituição já que, segundo ele, o lar é o

³³ Arquiteto finlandês nascido em 1936. Autor de vários artigos sobre filosofia, psicologia, e teoria da arquitetura e da arte.

³⁴ Geógrafo canadense nascido em 1944.

³⁵ Doutorado em Geografia pelo Instituto de Geociências da Unicamp.

fundamento da nossa identidade, tanto como indivíduos quanto membros de uma comunidade, é onde o *ser* mora. Neste sentido, ele aponta também que a casa, entendida como lar, não é só o espaço que se utiliza como lugar para viver, não é um lugar qualquer ou que pode ser trocado, o lar representa um centro insubstituível de significados pessoais (Relph, 2012, p. 32).

Bachelard (1993) afirma que um lar constitui um corpo de imagens que promove a sensação e ilusão de estabilidade e segurança. Em uma situação de vulnerabilidade social e natural, como essa ideia de estabilidade e segurança se constitui? E sendo um fato de reassentamento e remanejamento, como conseguir esse corpo de imagens para relacionar um novo lugar com a ideia de lar?

Segundo Pallasmaa (2017), habitar se relaciona com o modo em que as pessoas se relacionam com o mundo. E segundo Norberg-Schulz (1980) “Usamos a palavra ‘Habitar’ para nos referirmos às relações entre o homem e o lugar. [...] Quando o homem habita, está simultaneamente localizado no espaço e exposto a um determinado caráter ambiental”.

Fullilove³⁶ (1997) aborda a relação entre o ser humano e ambiente construído, cujos estudos psiquiátricos, revelam que processos psicológicos relacionados ao vínculo, à familiaridade e à identidade, são ameaçados por deslocamentos espaciais quando há ruptura com o sentido de lugar pela falta de conexões emocionais, conduzindo a problemas de nostalgia, desorientação e alienação, respectivamente. São pontos de vista que asseguram pertinência às pesquisas em projeto que levantam a consideração da subjetividade como um conhecimento importante a ser considerado como aparato técnico em toda natureza físico-espacial que envolve o trabalho do arquiteto.

Para Camargo³⁷ (2010), o lar não é apenas um espaço que atende às necessidades físicas de um indivíduo, ele também atende às necessidades emocionais. A autora complementa que quando habitamos um espaço, projetamos significados pessoais, e esse espaço, ao ser habitado e vivido, traz os valores

³⁶ Psiquiatra e professora de política urbana e saúde na Escola de Assuntos Internacionais de Milão na The New School.

³⁷ Arquiteta pela UFBA (1988), Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUSP (2003) e doutorado em Hábitat pela FAUSP (2007)

peçoais do morador. Como explica Bachelard (1993), além do ambiente físico, encontra-se a subjetividade que a casa representa, quando a casa natal está inserida no homem, e não se tem como exprimir através da palavra hábito, a ligação apaixonada do corpo que não esquece a casa inolvidável. Este último dialoga com a ideia do Pallasmaa (2016), que fala que um lar é um estado difuso e complexo que integra memórias e imagens, desejos e medos, passados e presentes, é também um palco de rituais, de ritmos pessoais e rotinas do dia a dia, sendo um conceito que vai se formando pela história, pela acumulação de experiências.

Uma vez que o lugar é dotado de significado, é considerado um espaço, e, conseqüentemente acontece a apropriação do espaço, que pode manifestar-se de diversas formas, incluindo na “criação dos espaços”, termo utilizado por Machado-Martins³⁸ e Trotta³⁹ (2020), se referindo à capacidade que as pessoas tem de transformar o uso do espaço – e às vezes, também, a transformação do mesmo espaço físico – perante ao que foi programado, para dar lugar a habitabilidade do espaço, isto é, que a pessoa encontre, imprima significado ao lugar demonstrando-o fisicamente no espaço. Nesse sentido, a procura e a demonstração por “se sentir em casa”, se referindo ao sentido de lar, pode ser observado através da análise da utilização e habitabilidade do lugar ocupado, sendo estes mais ou menos apropriados segundo o nível de afeição que as pessoas podem gerar com o espaço, uma vez que o espaço físico seja capaz de satisfazer as necessidades, tanto físicas quanto emocionais, dos que residem e usam o lugar.

³⁸ Arquiteta Urbanista pela UFRJ, Mestrado (Diplôme d'Études Approfondies) em Urbanisme et ses Territoires pelo Institut d'Urbanisme de Paris (IUP), Université Paris XII (2005), Doutorado em Aménagement de l'Espace et Urbanisme pelo Institut Français d'Urbanisme (IFU), Université Paris-Est Marne-la-Vallée (2011) e Pós-Doutorado em Antropologia Urbana na Universidade Federal Fluminense (2015).

³⁹ Arquiteta formada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ). Mestrado em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio).

3.2 – Mais que usuários, *habitantes*.

Quando nos referimos ao lugar de moradia se faz uma diferenciação entre casa e lar, onde a casa, muitas vezes, se refere mais ao sentido funcional e doméstico que a construção cumpre, e lar representa um valor simbólico e sentimental. Assim, o lar é o lugar habitado, e, como foi analisado, o conceito de habitar vai além do simples ato de ocupar um espaço geográfico, mas significa criar um vínculo que possa representar a afeição da pessoa pelo lugar, se bem, esta ação começa com a ocupação do espaço geográfico. Deste modo, esse vínculo pode ser observado através das pequenas ou grandes ações que podem ser percebidas no espaço e que demonstra o sentimento de pertence.

Perante a constatação da realidade doméstica da casa, tanto no uso como no labor de refúgio físico, é preciso enfatizar que ela não é estática nem inerte, mas se encontra em constantes mudanças e transformações, já que a dinâmica familiar também passa por diversas modificações, tanto ao longo da vida, quanto de uma família para outra, e isso cria uma nova demanda de tipo de moradia. E, ultimamente, a moradia também se vê afetada pelas tecnologias e consumo de mídias, que, nas palavras de Manuel Castells⁴⁰ (2000; p. 358-359), a interação com o mundo audiovisual (e por conseguinte digital) cria um ambiente de constante interdependência automática que funciona como um “tecido de nossas vidas”. Deste modo, as formas de morar também vão se transformando.

Mas, sem entrar nos detalhes que a era digital possa influenciar nas formas de morar na casa, a casa, por função, continua sendo o lugar de refúgio físico e onde se cumprem as necessidades básicas para viver, mas tais necessidades podem também mudar de família para família, já que a forma de viver também tem uma influência cultural. Dito por Rapoport⁴¹ (1969, p. 65), a construção de uma casa é um fenômeno cultural e as decisões e escolhas de como usar e construir os espaços da casa passam por questões de valores, tabus, costumes e caminhos tradicionais da cultura. Nesse sentido, é possível observar que cada cultura escolhe dar um valor ou destaque diferente aos espaços, seja religioso, de utilidade, conforto, etc., para

⁴⁰ Sociólogo espanhol e professor universitário, nascido em 1942, é formado também em Direito e Ciências Económicas.

⁴¹ Arquiteto, nascido em Varsóvia, em 1929, professor e um dos fundadores dos Estudos de Comportamento Ambiental.

demonstrar sua visão do mundo e a busca das sensações que remetem a dita visão (Rapoport, 1969, p. 90 - 92).

Continuando com a análise que Rapoport realiza sobre a casa, ele aponta que é a cultura que direciona as escolhas ou as formas de soluções particulares para atender as diferentes necessidades que os moradores têm, mas o autor analisa que as pessoas podem atribuir como necessidades básicas, questionando que o fato de que a casa possa demonstrar-se como um lugar de abrigo ou proteção, já que a forma que a habitação assume depende de como o grupo define "proteção", "moradia" e "necessidade". Esta definição será refletida nas diferentes interpretações dadas a conceitos como "lar", privacidade e territorialidade. Da mesma forma, se aceitarmos a proteção contra o vento e os inimigos humanos e animais como necessidades básicas, a forma como essa proteção é obtida está aberta a uma ampla escolha, mesmo que ela sempre tenha limites físicos, psicológicos e culturais. O que é característico e significativo de uma cultura é esta escolha, a solução específica para certas necessidades que, embora dependentes de interpretação, tendem a ser muito gerais: a expressão da fé e da filosofia de vida, a comunicação e a proteção contra as intempéries e os inimigos. (Rapoport, 1969, p.83-84).

Podemos falar então que cada habitar doméstico tem caráter específico e particular, já que é o resultado – tanto físico quanto de representação simbólica – de valores e escolhas que tem a ver com a visão do mundo e as culturas dos usuários, e tais variáveis influenciam diretamente sobre o comportamento tanto do espaço quanto da pessoa com o lugar onde habita, criando uma relação mútua, pessoa com o espaço e pessoa no espaço. Assim, com essas especificidades e relação, o habitar doméstico, que começa como mero utilitarismo, passa a possibilitar a identificação com o lugar e propiciar outras formas de habitar esse espaço, já com uma afeição e sentimento de pertencimento.

Segundo Mello e Vogel (2015), a casa representa muito mais que a simples construção. São as pessoas que estão e conformam essa casa, o parentesco familiar estruturado e a criação de laços de afinidade entre essas pessoas faz com que exista um valor de intimidade que se preserva pelo recato e gera um lugar onde reina a informalidade respeitosa no qual os participantes tem um descanso geral e de não se preocupar de estar “apresentável” ou arrumado ou mostrando o melhor lado de

si mesmo, onde a pessoa pode demonstra seu lado natural e se submergir na tranquilidade do convívio harmônico (Mello e Vogel⁴², 2015).

Assim, uma casa, um lar, deve satisfazer tanto com as necessidades objetivas e subjetivas, pois as pessoas devem ter uma motivação para criar laços com os lugares onde se assentam, mas também devem sentir um conforto físico. Isto é, sem bem-estar físico a criação de laços ou afeição pelo lugar se torna dificultosa e não existe plena harmonia.

Se bem que a casa é o lugar mais privado e informal onde a pessoa pode demonstrar a habitabilidade de forma mais evidente e simples, não é o único lugar que habita dentro do espaço urbano. Isto foi descrito também por Mello e Vogel (1980) no livro *Quando a rua vira casa*. Nele, os autores fazem uma descrição e análise das diferentes formas de apropriação de diferentes lugares, desde os espaços públicos, semipúblicos até a casa. A observação feita por eles se centrou no uso da rua e da influência dela nos outros espaços como parques infantis, calçadas, soleiras e janelas, e a transição com o lugar privado, a casa. Mas o ponto focal desta obra são os locais que são usados como lazer em diferentes tipos de ambientes (rua, praças, bares, quintais) levando em consideração o caráter público e/ou privado que o lugar possui. Assim, eles comprovam, através da observação da apropriação dos espaços, a habitabilidade dos lugares.

Eles comprovam também, dialogando com alguns autores mencionados anteriormente, que, para que o lugar possua o caráter de habitado, deve ser um lugar apropriado, e por conseguinte, é preciso que tenha algum significado ou faça sentido para as pessoas que ocupam esse espaço:

(...) o que não faz sentido não é passível de apropriação. (...) É preciso que as pessoas atribuam signos às coisas para que possam servir-se delas. Espaços construídos são capazes de sustentar um modo de vida desde que lhe sejam outorgados certos valores (Mello e Vogel, 2015).

⁴² Arno Vogel: Bacharel em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ (1970). Recebeu o grau de Mestre em Antropologia Social (1981) e de Doutor em Ciências Humanas (Antropologia Social) (1991), no PPGAS do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ.

Marco Antonio da Silva Mello: Pós-Doutorado no Département de Sociologie da Université de Paris X-Nanterre (2000-2001). Doutor em Antropologia (Ciências Sociais) pela Universidade de São Paulo (USP, 1995). Especialização em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN-UFRJ, 1980). Bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF, 1975).

Uma vez dotada de significação, Pol⁴³ (1996) afirma que a apropriação acontece através de duas formas: *ação/transformação* e *identidade simbólica*, mas estas ações não acontecem de forma separada e independente, senão de forma circular e interdependentes. A *ação/transformação* se define pela conduta que se manifesta no território ou espaço, é aquilo que é observável e perceptível. Isto se detecta desde as marcações da propriedade até as formas mais complexas de ocupação territorial. Enquanto a identidade simbólica compreende os processos simbólicos, cognitivos, afetivos e interativos, tanto evolutivos quanto estruturais, através dos quais um espaço se torna um lugar e se produz a identificação do sujeito ou grupo social com o meio ambiente (Pol, 1996)

Mas uma terceira variável aparece nos estudos do Pol, que é a *sequencialização* que é a existência de uma certa sequencialidade na apropriação entre o que chamamos de componente comportamental (ação-transformação) e o componente simbólico (identificação). Em uma primeira fase (especialmente na infância), o comportamento de imprimir, modificar e adaptar o espaço tende a prevalecer, dando-lhe um significado para o sujeito (seja ele compartilhado ou não com a comunidade). Numa segunda fase, o sujeito, a comunidade, tende a se identificar com o significado criado, para preservá-lo. Ela tende a resistir a sua transformação, na medida em que lhe confere uma identidade, uma referência social e espacial ou pelo menos uma habituação confortável. Este processo é acentuado em momentos de conflito com outros, situações pessoais difíceis ou momentos particularmente críticos de desenvolvimento (Pol, 1996).

Desta forma, Vidal⁴⁴ e Pol (2005) apontam que através da apropriação, a pessoa se faz a si mesma por meio de suas próprias ações, em um contexto sociocultural e histórico. Ele destaca que dito processo se aproxima ao da socialização e que é também o domínio das significações do objeto ou do espaço que é apropriado, sem se referir à questão legal. Segundo o escritor, não se trata sobre uma simples adaptação, mas sim do domínio e demonstração de uma aptidão da capacidade de adaptação. Pol, ao igual que Tuan, aponta que o fenómeno da

⁴³ Doutor em Psicologia e Professor de Psicologia Social e Ambiental na Universidade de Barcelona (UB).

⁴⁴ Doutor em Psicologia e Professor de Psicologia Social e Ambiental na Universidade de Barcelona (UB).

apropriação é temporal, o que significa que devem ser consideradas as mudanças na pessoa ao longo do tempo (Pol, 1996).

A apropriação de espaço mediante a ação/transformação do espaço está dividida em três componentes: a ação cotidiana no lugar, ações voltadas para o lugar e as ações sobre o futuro local de projetos. Estas três dimensões apontam as interações sociais recorrentes, as práticas e as atividades realizadas habitualmente e até as menos habituais, inclusive os rituais. A ação cotidiana no lugar refere-se aos usos comuns de um espaço: pelas práticas sociais, que podem ser representados por atos habituais das pessoas (como se sentar, andar), ou atos coletivos (atividades, intervenções artísticas, etc.). No que se refere às ações voltadas para o lugar e as ações sobre o futuro local de projetos são intervenções ativas sobre os espaços (como intervenções urbanas realizadas por mutirão, pelo poder público ou a própria população, ou manifestações políticas, etc.), que são situações mais concretas e perceptíveis no espaço (Vidal e Pol, 2005).

O que se refere à apropriação por identificação simbólica, estas podem ser processos afetivos, processos cognitivos, interativos, atividades taxonômicas e personalização. Os processos afetivos são aqueles onde se realiza um investimento emocional no espaço, onde se impregnam as memórias e laços com o lugar. Os processos cognitivos se referem à forma como a pessoa se relaciona com o entorno e a conduta espacial com a pessoa. Estas ações derivam à atividade taxonômica, onde as pessoas buscam a criação de paisagens linguísticas como uma forma de enraizamento no ambiente receptor. O processo interativo refere-se à personalização como a adaptação de um espaço ao sujeito ou grupo, à privacidade como o controle das interações, e ao espaço como a encenação na qual desenvolvemos um (uns) papel(es). A personalização como transformação-adaptação-organização espacial confere ao ambiente um significado para os outros e para si mesmo, com um certo nível de intencionalidade que no processo interativo com os outros reforçará o eu ou o modificará, alterando o próprio significado do lugar (Vidal e Pol, 2005).

Como foi dito antes, estas formas de demonstração de apropriação do espaço não se dão de forma única nem independente, mas sim de forma circular e inter-

relacionadas entre si, já que se pode ver na apropriação mais de uma forma ou ação, às vezes, até pode ser difícil de caracterizar qual tipo de forma de demonstração é.

Desta forma, podemos ver que tanto Vidal e Pol como Mello e Vogel convergem na questão de que para que a apropriação aconteça, deve existir uma significação do lugar, um vínculo que dê identidade e que a pessoa possa se sentir como parte desse espaço e vice-versa. Mello e Vogel ainda descrevem a apropriação fazendo um paralelo com a gramática, expondo os elementos principais de uma oração: o substantivo, adjetivo e verbo, onde o ambiente construído representa o substantivo, dado que nele acontece a vida, é o médio físico; os sistemas de valores constitui o adjetivo, por serem quem moldam essa relação, e as atividades cotidianas equivalem ao verbo, por ser a ação que leva à demonstração (Mello e Vogel, 2015).

Voltando ao trabalho de Mello e Vogel, *Quando a rua vira casa*, vemos que os autores realizam análises sobre as diferentes formas de apropriação dos espaços que se demonstram nos lugares analisados. Nesse sentido, estes autores narram de forma explicada as ações cotidianas das pessoas nestes lugares, ressaltando a forma da utilização dos espaços, o comportamento das pessoas perante certas situações, o controle dos lugares, entre outros, para assim poder explicar a relação e a ligação das pessoas com o espaço, para convertê-lo em um lugar habitável.

Estes autores também chamam a atenção ao fato de que os lugares podem ter significações diferentes, dado que as convenções e valores dos “códigos próprios de leitura” de cada cultura ou sociedade “determinariam o aproveitamento dos lugares, definindo pertinências e impertinências” (Mello e Vogel, 2015). Nesse sentido, estes autores convergem na mesma ideia que Rapoport, que aponta que a cultura e a visão de vida de cada sociedade influenciam em como o espaço é dotado, dado que a leitura do lugar passa pelo filtro da individualidade e/ou coletividade.

Seguindo com a lógica de que os lugares possuem um significado atribuído pelas pessoas que utilizam o espaço, um ponto considerável é que essa situação pode-se observar não só nas ações de apropriação, mas também como um ato de abandono do espaço, dado que, por um espaço estar sendo atribuído com um significado que pode remeter a lembranças ou situações desagradáveis, as pessoas podem evitar se apropriar de dito lugar.

Sobre isto, um exemplo claro, recentemente acontecido e vivenciado de forma pessoal, é o caso do Parque Ecológico da Rocinha⁴⁵, cujos moradores da comunidade não percebem o espaço como um lugar de lazer, mas o associam como um lugar que carrega uma memória trágica, por ter sido cenário da desaparecimento de um morador da área.

O Parque foi projetado no Programa de Aceleração do Crescimento 1 (PAC 1 – 2010), e visava ser o pulmão e uma extensão do Complexo Esportivo da Rocinha, cuja gestão estava a cargo da Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude do Rio de Janeiro. As obras do parque foram construídas em uma grande porcentagem, mas não foram acabadas integralmente e não foi feito conforme ao projeto original, isto por falta de recursos. Segundo o site favelarocinha.com o espaço aguarda as obras do PAC – 2 para a conclusão e a manutenção do lugar.

A comunidade da Rocinha sofre a falta de áreas verdes e espaços de lazer, cultura e esportes, mas mesmo assim, este lugar era praticamente abandonado e inutilizado pelos moradores, dado que as pessoas ligam esse lugar com uma tragédia. Nesse sentido, em 2022 foi criada a organização Amigos do Parque Ecológico da Rocinha (APER), que busca a divulgação do espaço para seu reconhecimento e a reapropriação por parte dos moradores da favela, e assim poder lograr que o parque tenha vida. Assim, graças às atividades organizadas pela organização e pela divulgação da utilização do lugar, desde então, muitas atividades vêm se realizando no espaço.

Muitas pessoas atribuem o abandono e falta de uso do lugar por questões físicas, isto é, o difícil acesso ao lugar, já que a rua é de terra e deve-se subir uma pequena ladeira; a falta de sinalização para chegar ao lugar, a pouca iluminação das ruas, etc. Mas, através das atividades realizadas, teve-se contato com vários vizinhos do parque, e, em conversas com estes, foi possível perceber que o lugar não é frequentado pela lembrança e o significado que representa esse lugar.

Além da situação da memória, o fato de que dentro do parque se encontra implantada a sede a Unidade de Polícia Pacificadora – UPP, de certo modo, já gera

⁴⁵ A análise é possível por fazer parte de um projeto de extensão universitária que trabalha na revitalização do Parque que, ao longo de 2022, foi realizando atividades no lugar das quais fui partícipe, me proporcionando a experiência para levantar a questão.

desconforto para frequentar o lugar, dado que os moradores não se sentem à vontade com a presença policial e não podem usufruir o lugar livremente. Mas o maior desconforto gera-se pelo conhecido *Caso Amarildo*. Este caso se trata de um ajudante de pedreiro que foi detido em uma operação batizada de Paz Armada, entre os dias 13 e 14 de julho de 2013, e foi levado desde a porta da sua casa até a unidade, onde desapareceu. Segundo alguns relatos, Amarildo Dias de Souza teria sido torturado, assassinado e desaparecido pela polícia militar que opera na unidade. Até agora, o corpo do cidadão não foi encontrado.

Levando em consideração o apontado pelos autores estudados até agora, é compreensível entender que na memória coletiva, o lugar simboliza uma situação de medo, insegurança e dor para as pessoas que habitam na Rocinha, e, dado que a presença e visibilidade da polícia são muito fortes, os moradores tendem a rejeitar o lugar por considerar que aqueles são responsáveis dessa dor causada na comunidade.

O lugar foi projetado para lazer, ócio, momentos de alegria, partilha e paz, já que no lugar foram construídos churrasqueiras, banheiros, quadras de futebol e tênis, redário, entre outros. Mas, na perspectiva perante o acontecido com uma pessoa que os vizinhos consideram inocente, como utilizar o lugar da forma que foi projetada? sendo que para eles representa um lugar onde a vida de um morador da comunidade foi tirada.

Assim, pode-se entender que a falta de uso e o abandono do lugar por parte dos moradores da favela se deve a que, no imaginário coletivo, o espaço representa a repressão e o abuso de poder que a comunidade sente por parte das autoridades, e nada tem a ver com a questão de conforto ou estrutura que o parque possa oferecer, já que, em um princípio, os equipamentos funcionavam de forma correta. Atualmente, com as ações do APER, está tentando-se mudar essa visão.

Para o caso analisado nesta pesquisa, o Conjunto San Francisco, com relação à visão que se tem sobre o lugar de assentamento, para alguns moradores pode não diferir muito da experiência narrada antes, já que se trata de um conjunto habitacional cujos residentes tiveram que passar por vários episódios desagradáveis, desde perseguição política na ditadura militar, problemas ambientais por conta das enchentes, até o reassentamento que, para alguns, foi compulsório.

Assim, a identificação simbólica pode estar sendo influenciada por essas experiências negativas, provocando que no imaginário das pessoas o lugar represente algo negativo.

Cabe ressaltar a questão simbólica é tão importante quanto questão física, dado que a forma de morar em um conjunto habitacional diverge das formas em que as famílias moravam antigamente, e isso também influencia na construção da significação do espaço. Ao respeito, os ocupantes das unidades do conjunto não foram participes de nenhum tipo de processo de planejamento e elaboração do projeto do lugar previsto para serem suas residências. A construção do lugar se deu com parâmetros meramente técnicos, sem levar em consideração a cultura, a visão de vida e as necessidades que a população reassentada poderia ter. Nesse quesito, Andrade e Leitão (2006) apontam que a participação comunitária atualmente é considerada um fator imprescindível no desenvolvimento e a implantação de programas habitacionais, especialmente aquelas para pessoas de menor renda. Segundo os autores, para alguns, isto é necessário para promover a troca entre saber popular e saber técnico, com o fim de a construção de uma moradia seja a mais adequada para os usuários, e ainda consiga possibilitar a expressão das singularidades das pessoas.

Nesta perspectiva, considerando que as construções de interesse social, em muitas ocasiões são projetos e formas rigorosas que não permitem muitas mudanças, já que, na maioria das vezes são fechamentos e paredes estruturais, impossibilita a oportunidade de que os moradores consigam se expressar plenamente no lugar. E é essa falta de expressão plena que pode levar a que as pessoas não consigam criar a significação do lugar que permita a apropriação, a habitabilidade do espaço, e, por conseguinte, o sentido de lar.

Habitar, não é só ocupar um local específico. É inscrever-se num espaço de entornos maiores, feitos de paisagens, mas sobretudo de relações, práticas, sonhos, projetos (Clavel, 2015). E para que em um espaço possa-se cumprir essas condições, deve-se dotá-lo de neutralidade e possibilidade de que o novo usuário será efetivamente um habitante. Usuário é aquele que não cria vínculos com o lugar, que só loca o espaço por um tempo indefinido, onde a pessoa não conhece as particularidades do espaço, não tem uma intimidade com o lugar e não se sente parte

dele. O usuário não se incomoda em deixar uma marca no lugar, nem se incomoda em que esse lugar possa ter um significado para ele.

Para criar *habitantes* precisa-se que se os espaços para eles outorgados sejam capazes de satisfazer as necessidades básicas das pessoas, tanto físicas quanto simbólicas, dentro e fora do espaço privativo e íntimo, é dar a oportunidade a que as pessoas, mesmo que dentro de um limite, como é o caso das habitações de interesse social que apresenta um caráter más rígido enquanto a forma e função, possam inscrever as suas particularidades e singularidades, expressar sua visão do mundo, sua cultura, suas ligações com o espaço.

A habitabilidade do espaço se cria entendendo que, mesmo que uma população que aparentemente tem um perfil parecido, tem necessidades básicas que eles classificam de forma diferente uns com respeito aos outros, mas que da mesma forma, o lugar onde as pessoas se instalam e onde existem espaços programados, podem dar as ferramentas necessárias para que os mesmos tenham a capacidade de criar os espaços e poder deixar uma marca no lugar, assim como o lugar deixar uma marca neles.

Nessa linha de pensamento, ao falar de prover as ferramentas para a criação de espaços não se refere a não esclarecer os limites que as pessoas devem ter na hora de poder deixar suas marcas, poder criar seus espaços e demonstrar suas apropriações. O fato de que existam modificações e que isso represente a apropriação e criação de espaços não significa que isso contribua necessariamente para uma melhora da qualidade do ambiente construído (Andrade e Leitão, 2006), nem a qualidade de vida dos moradores, dado que as construções sem planejamento e controle podem acarretar outros tipos de problemas como a saturação das tubulações de esgoto, as condições de ventilação das moradias, a qualidade das ruas e calçadas que possam permitir e garantir o andar do pedestre (Ibidem, 2006), o estado dos espaços públicos para serem aproveitados pelos moradores, etc.

Assim, a busca de evitar que as pessoas sejam só usuários e sim habitantes, deve partir desde o momento da concepção do projeto de habitação, criando soluções que sejam feitas para as pessoas, para os futuros moradores, criando uma linguagem de fácil entendimento para todas as partes envolvidas e dando lugar a um

trabalho em conjunto que vise a troca de saberes e oportunidades, considerando que todas as partes são importantes.

4 – A criação de espaços habitáveis no Conjunto Habitacional San Francisco

Neste capítulo se analisa o Conjunto San Francisco, tentando abarcar suas dimensões quantitativas e qualitativas, para depois fazer uma perspectiva comparada com casos específicos do Rio de Janeiro. Nesse sentido, primeiramente se faz a análise quantitativa do Conjunto San Francisco, a fim de entender seu contexto físico, económico e social, dado que isso influencia diretamente na percepção que os moradores possam ter do espaço. Logo se faz a análise qualitativa do lugar, sob os dados obtidos in situ, mediante o trabalho de campo, fazendo observações e entrevistas dos moradores do conjunto e a vizinhança.

Partindo dessa premissa, é importante ressaltar que, para a análise dos dados qualitativos obtidos em campo, primeiramente se fez um estudo profundo sobre teorias e conceitos que possam se aplicar neste estudo, a fim de entender a relação entre o espaço vivenciado e os indivíduos que nele se desenvolvem. Nesse sentido, foi fundamental entender o conceito do habitar, que são os lugares onde a vida acontece (Norberg-Schulz, 1980, p. 05), para realizar essa análise.

Assim, quando se trata de uma construção rígida como é um conjunto Habitacional, o habitar se desenvolve de uma forma diferente, por se apresentar situações que podem obstaculizar o processo natural de se assentar em um lugar. Sendo assim, a criação de espaços habitáveis refere-se à capacidade que o indivíduo possui para poder transformar o lugar onde se desenvolve a fim de dotá-lo de qualidades que possam satisfazer as suas necessidades. Neste contexto, este capítulo tem como foco no habitar e na capacidade que os moradores do Conjunto San Francisco tem sobre a criação de espaços habitáveis, mobilizando conceitos tais como espaço programado e espaço criado (Machado-Martins e Trotta, 2020), para entender como a dinâmica das transformações dos espaços geram diversos

usos não projetados ou planejados, e como estes espaços se impregnam com a personalidade das pessoas, demonstrando que o espaço pode ser entendido de formas diferentes, respeito a seus usuários.

Portanto, verificou-se in situ que os moradores do conjunto San Francisco demonstram várias formas de criação de espaços habitáveis, com as modificações espaciais e os usos que os moradores dão aos diferentes lugares. Assim, neste capítulo analisaremos os como isto é demonstrado e sua influência sobre a construção do lar no lugar.

4.1 – O Conjunto Habitacional San Francisco

No Conjunto Habitacional San Francisco foram construídas 112 moradias unifamiliares de 55 m² cada uma e 888 apartamentos de 65 m² distribuídos em 78 prédios de 3 andares. O projeto contemplou também equipamentos públicos e comunitários, como escola primária e colégio técnico, delegacia, jardim de infância e creche, unidade de saúde da família, edifício comunitário-centro cívico, uma igreja católica que leva o mesmo nome, e equipamentos recreativos como praças internas com parques para crianças no meio de cada quarteirão de blocos de edifícios.

O projeto do Conjunto Habitacional San Francisco foi construído no governo de Horacio Cartes com o discurso de melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de risco e vulnerabilidade ambiental, causadas pelas enchentes das subidas do Rio Paraguai, das enchentes por chuvas, e de algumas famílias em situação de vulnerabilidade econômica do bairro *Zeballos Cué*. Este último ponto foi uma condicionante do Município de Assunção. Assim, o projeto previa beneficiar 880 famílias de *La Chacarita* e dos sub-bairros que estavam sendo afetadas pelas enchentes em cada chuva, e 120 famílias de escassos recursos do bairro *Zeballos Cué* (MUVH, 2018).

No que diz respeito à localização do Conjunto San Francisco, o mesmo se assenta em *Zeballos Cué*, bairro que se situa atrás do Jardim Botânico da cidade de Assunção – o que pode ser o grande motivo de que no bairro existiam poucas áreas de lazer – a quase 11 km do bairro *La Chacarita*, é relativamente consolidado por ser pequeno, já que só tem 1,07 km² de área total, mas ainda tem algumas áreas

livres para construção; de caráter residencial por um lado, e por outro industrial, já que por encontrar-se nas margens do Rio Paraguai é usado como porto e depósito de várias empresas privadas de navio. No bairro também se encontram dois estádios de pequeno porte, que correspondem a dois clubes de futebol do bairro, um deles compete na primeira divisão do campeonato paraguaio.



Fig. 9 - Planta Geral do Projeto do Conjunto Habitacional San Francisco. O conjunto foi integralmente construído conforme ao projeto original, exceto os projetos adicionais. Fonte: SENAVIDAT atual MUVH. Ano 2016 -

Dentro do bairro *Zeballos Cué*, o conjunto San Francisco se encontra em um terreno doado pelo Ministério de Defesa Nacional (MDN), que fazia parte do Regimento de Cavalaria Nro. 4 (RC4). Segundo as fontes oficiais consultadas (Representante de Itaipu dentro do Conjunto e representante do Ministério de Urbanismo, Moradia e Habitat, – MUVH pelas siglas em espanhol – em entrevista feita em setembro de 2022), o terreno se encontra em processo de transferência e titulação para o MUVH e assim, este deve fazer as diligências necessárias para poder titular os imóveis do conjunto a fim de passá-los para os moradores de cada

unidade correspondente. Nesse ponto, os residentes do conjunto manifestam insegurança do lugar onde moram, já que por não possuírem o título da propriedade, não tem nenhuma garantia e sentem que podem ser despejados novamente do lugar.

Zeballos Cué conta hoje com 18.553 habitantes (DGEEC, 2019), dos quais quase 4.500 são moradores do Conjunto San Francisco (MUVH, 2022). Enquanto o perfil econômico do bairro, o mesmo se encontra na faixa de classe média-baixa a baixa⁴⁶, dado que a renda familiar total fica em torno de menos de um a dois salários-mínimos (DGEEC, 2019). Já no Conjunto San Francisco são 4.487 habitantes, divididos em 1.109 famílias, dos quais 41% são do gênero masculino e 59% feminino. Dessa quantidade de pessoas, 47% são jovens e crianças de 0 a 17 anos, 49% correspondem a pessoas de 18 a 59 anos, e 4% a pessoas maiores de 60 anos. No que diz respeito ao perfil econômico das famílias moradoras do conjunto, segundo o censo realizado por um conjunto de organismos⁴⁷, 19,36% das famílias se encontram em pobreza extrema (isto significa que as famílias não contam com ingressos suficientes para custear uma cesta básica de alimentos), 47,95% das famílias se encontram no nível de pobreza (possuem capacidade de custear uma cesta básica de alimentos, mas não outros bens relacionados à higiene, vestimentas, etc.) e 32,69% estão acima da linha de pobreza (tem capacidade de comprar a cesta básica familiar completa).

Tabela 3: Perfil demográfico do Conjunto San Francisco.

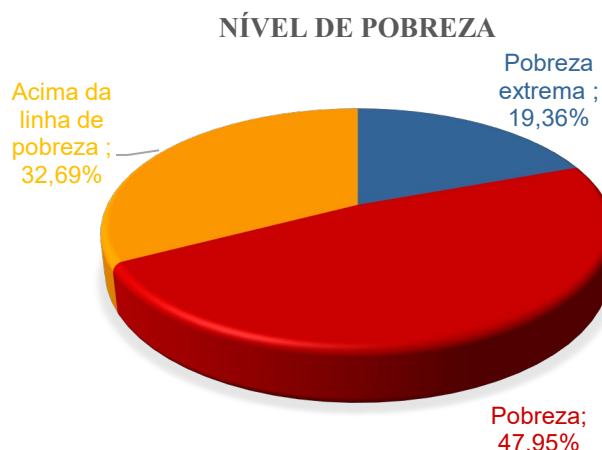
Quantidade de Habitantes	4.487
Quantidade de famílias	1.109
Gênero	
Feminino	41%
Masculino	59%
Franja etária	
Jovens e crianças de 0 a 17	47%
Pessoas de 18 a 59 anos	49%
Acima de 60 anos	4%

Fonte: MUVH. Ano 2022

⁴⁶ Na denominação no Brasil, segundo o IBGE, pertenceriam à Classe E já que a renda familiar não passa de 2 salários mínimos.

⁴⁷ Os organismos responsáveis pelo acompanhamento e seguimento da população reassentada foram o Ministério de Urbanismo, Moradia e Habitat (MUVH pelas siglas em espanhol), Habitat para a Humanidade Paraguai, Fundação Paraguaia e Fundação Moisés Bertoni.

Gráfico 1 - Nível de pobreza



Fonte: MUVH. Ano 2022

Enquanto à ocupação e profissão das pessoas moradoras do conjunto, a maioria dos que se encontram na linha de pobreza extrema se dedicam à coleta e separação de lixo para a venda, outros são “cuida-carros” (ou flanelinhas) no centro da cidade de Assunção. Em relação às pessoas no nível de pobreza, muitos trabalham como limpadores, repositores, seguranças, entre outros. Já as pessoas acima da linha de pobreza, a maioria possui ofícios como construtor, artesão, costureira, cabeleireiros (Habitat, 2019) e outros se dedicam ao comércio, inclusive dentro do conjunto, modificando os espaços da moradia para adaptá-los.

A construção do Conjunto foi uma aliança entre o MUVH, o MDN e a Hidrelétrica Itaipu, onde, segundo o Acordo de Cooperação Interinstitucional N° JEC.JE-124-2016, o MUVH se comprometeu a desenvolver o projeto executivo do conjunto e a fiscalização da obra integralmente, o MDN outorgou as terras; e a Itaipu custeou os gastos referente às obras até a finalização e total funcionamento do conjunto, isto é, que todos os projetos, tanto de construção como sociais, incluindo os projetos adicionais posteriores, estejam implementados e funcionando plenamente. Isto se deve a que, além de todas as edificações previstas no projeto original, a posteriori foram anexando-se programas adicionais com o objetivo de ajudar às famílias do conjunto, visando a independência econômica e laboral e a motivação aos esportes.

Os programas adicionais ao projeto original visavam a assistência e independência econômica, áreas de esporte e proteção aos idosos, por tanto, foram previstas a construção de uma planta recicladora e separadora de lixo, dado que muitos moradores se dedicavam à venda de material reciclável; uma fábrica têxtil e de costura, para capacitar às pessoas interessadas no rubro, especialmente e mães solo; um ginásio poliesportivo onde funciona uma escola de futebol e basquete, para as crianças e jovens; e um lar de repouso para idosos, prevendo o bem-estar das pessoas maiores. Assim, estes programas buscam satisfazer as possíveis demandas e necessidades dos moradores, alheias ao que concerne à moradia.

Nesse sentido, as obras do projeto original do conjunto, sem os adicionais, já foram totalmente finalizadas e se encontram plenamente em funcionamento, desde março de 2018 aproximadamente (as moradias, parques, escolas, igreja e edificações de serviços públicos), mas as obras do projeto adicional, (lar de repouso, ginásio poliesportivo, planta separadora e fábrica têxtil), ainda estão em fase de buscar formas de pôr em funcionamento, já que para cada um desses equipamentos, no planejamento inicial, um órgão público tomaria a responsabilidade de acordo com a função e programa da edificação. Por exemplo, o lar de repouso concerne ao Ministério de Saúde, quem alega não ter fundos para montar e manter um lugar dessa magnitude, por conseguinte não podem fazê-lo funcionar; a fábrica têxtil e a planta separadora foram projetadas para trabalhar em parceria com empresas privadas, mas nenhuma empresa quer formar parte do projeto, já que, segundo o representante de Itaipu que foi entrevistado, os requisitos são muito fechados e poderiam acarretar perdas para as mesmas.

Como foi firmado um acordo e como as obras adicionais não estão totalmente finalizadas e em pleno funcionamento, a Hidrelétrica Itaipu ainda é responsável por inúmeras questões dentro do Conjunto, como da manutenção das calçadas, áreas verdes, praças e ruas do conjunto, iluminação pública, a coleta de lixo, – dado que a coleta de gestão municipal não alcança o bairro – pequenos incidentes do tipo elétrico dentro dos apartamentos, manutenção de reservatórios d'água e das estruturas dos prédios. Mas, como não existe uma boa organização dentro do conjunto para eleger um síndico e vem como autoridade as pessoas que

representam a Itaipu, este escritório terminou, muitas vezes, cumprindo o papel de síndico, já que começaram a resolver problemas cotidianos dos blocos.

Deste modo, os representantes da Hidrelétrica que ficam trabalhando dentro do conjunto, comentam que se viram obrigados a cumprir o papel de síndico, já que no lugar não existia uma forma de organização e os problemas apresentados precisavam de soluções rápidas para o bom uso e funcionamento das áreas. Comentaram, também, que os problemas eram desde os mais simples, como uma torneira quebrada por mau uso, até intervenções em problemas e brigas familiares e entre vizinhos. Mas com o tempo foram tentando buscar estratégias para dar mais autonomia para os moradores e hoje só tentam fazer o papel de mediadores entre os mesmos e as instituições encarregadas para solucionar os diferentes problemas. Em relação às responsabilidades da entidade, eles alegam que hoje tentam só se encarregar da manutenção geral de áreas públicas e coisas conjuntas, como os reservatórios d'água.

Em relação ao uso e manutenção das outras áreas comuns, cada lugar tem um tratamento diferente. Por exemplo, o conjunto possui um salão de festas, mas o uso hoje é exclusivo para instituições e organizações sociais com personalidade jurídica, quer dizer, as pessoas moradoras não podem utilizar o lugar de forma independente, o lugar não pode ser alugado para festas ou atividades restritas ou exclusivas. O salão é alugado só para eventos protocolares ou de instituições, e deve ser solicitado mediante nota no escritório do Centro Comunitário do conjunto, cuja responsabilidade atualmente é da Itaipu. Isto se deve a que a área está equipada com objetos de alto valor que podem ser danificados e causar grandes prejuízos, como portas e fechamentos de vidro temperado, equipamentos de som, luzes, etc. Assim, para evitar perdas e prejuízos, o uso é exclusivo para eventos protocolares, fazendo pedido através de nota e explicando o uso que se dará, no edifício do centro comunitário.

Enquanto aos espaços verdes e áreas comuns dentro e ao redor dos prédios, os moradores de cada bloco devem se organizar e planejar formas de poder cobrir alguns custos de manutenção dos espaços, coordenar maneiras de criar e cuidar dos jardins comunitários, escolher uma pessoa que faça o papel de síndico e possa representar à vizinhança nas reuniões e encontros para poder demandar e

necessidades e defender os pedidos dos mesmos. Nesse sentido, o conjunto tem uma grande carência, já que não conseguem se organizar para trabalhar juntos.

No que se refere aos serviços básicos como água, eletricidade e coleta de lixo, os moradores do conjunto ainda não custeiam os serviços, já que para poder cobrar, é preciso os dados dos imóveis, e neste caso, os mesmos ainda não possuem título e não podem ser cadastrados no sistema dos serviços. Nesse sentido, segundo o representante da Itaipu, a Hidrelétrica fez um acordo diferente com cada órgão correspondente para poder prestar os serviços sem serem pagos pelos usuários por um tempo. Mediante averiguações feitas nos organismos responsáveis pelo Conjunto (MUVH, Itaipu, MDS), uma vez que a situação legal das unidades seja regularizada, os custos dos serviços prestados até o momento da entrega do imóvel serão negociados com os moradores para poder cobrir a dívida gerada, dado que a falta de pagamento destes foi uma situação temporária por questões burocráticas, que foi falado com os moradores antes da entrega das unidades.

É possível ver que a Itaipu basicamente fez o papel de gestor em todos os estágios, desde o momento da projeção do conjunto, a forma de acessar e a gestão de manter os serviços públicos, até o momento de negociar as dívidas herdadas pelo uso dos serviços que não foram pagos. Esta situação também influencia na percepção do lugar dos moradores, dado que até o momento, o fato de morar em um conjunto habitacional não gera despesas, mas são conscientes de que isso não será permanente e que os custos podem ser altos no futuro.

Jacobs (2009) aponta que os conjuntos habitacionais constituem espaços especiais dentro da cidade, já que causam uma interferência na estrutura da retícula urbana e que podem ser espaços com caráter totalmente diferente ao lugar onde se assentam. Neste caso, a instauração de um empreendimento da magnitude do Conjunto Habitacional San Francisco dentro de um bairro pequeno como é *Zeballos Cué*, significou um grande impacto, não só para os novos moradores do conjunto, que foram reassentados em um lugar diferente ao que eles estavam acostumados, mas também para os antigos moradores do bairro, que tiveram que aceitar a mais de 1000 novas famílias dentro de um bairro com uma dinâmica diferente. Deste modo, o desafio não é só para as pessoas que se estabelecem no novo lugar, mas também para as que recebem essa nova situação que leva a diferentes

desenvolvimentos, tanto a nível urbano, como nas relações e condutas habituais que as pessoas tinham no bairro.



Fig. 10 – Vista Conjunto Habitacional San Francisco. Fonte: Diario La Nación. Ano 2017 .

No seu livro “Os estabelecidos e os Outsiders” (2000), o sociólogo Norbert Elias analisa o comportamento de uma comunidade, onde uma população já estabelecida, teve que receber um grande número de pessoas, e nessa análise ele estuda como ambas as partes foram reagindo a esse acontecimento. Da mesma forma que aconteceu em Winston Parva, segundo os relatos de Elias, em *Zeballos Cué*, os “estabelecidos” esperavam que os “outsiders” se adaptassem às suas normas e crenças, que se submetam a suas formas de controle social e demonstrem, de modo geral, a disposição de “se enquadrar” (Elias, 2000, p. 65). Neste caso, os “outsiders” são os novos reassentados, os que vinham de *La Chacarita*, que tinham suas próprias regras de viver e de expressar-se, pois eram menos rigorosos que os grupos de posição mais alta na hierarquia de status, ou os “estabelecidos”, talvez por não terem necessidade de demonstrar e afirmar sua superioridade a outrem e também porque tinham pouca coesão entre si (Elias, 2000, p. 65). Nesse sentido, os ex-habitantes de *La Chacarita* são considerados criminosos, pois o bairro é visto como marginalizado, e para os “estabelecidos” “quem vem de lá, é um criminoso mais” (vizinho do conjunto, em entrevista feita em agosto de 2022).

Os novos moradores enfrentaram não só uma expulsão do lugar que eles consideravam lar, também tinham que enfrentar o olhar de julgamento dos novos

“velhos” vizinhos, os inúmeros protestos que fizeram para evitar que fossem morar no bairro, o fato de saber que não eram bem-vindos no lugar. Para eles não existia escolha, pois de onde estavam anteriormente, foram expulsos, e no lugar atual, eram julgados como se fossem menos pessoas, menos humanos por ter residido em um lugar como *La Chacarita*. Os “estabelecidos” faziam questão de demonstrar que o lugar deles é só no conjunto, que para isso tinham todas as comodidades e os equipamentos necessários dentro mesmo do lugar, para se movimentar só nesse espaço, não precisavam sair de lá.

Foi possível realizar algumas entrevistas a certos vizinhos do bairro. E é curioso apontar que, em um dia de trabalho de campo, foi um vizinho (A) que reparou minhas visitas diárias como uma observadora do Conjunto, e partiu dele a conversa, me perguntando o que eu acho tão interessante de um lugar com gente tão vulgar quanto eles, para fazer uma pesquisa. Naquele momento foi algo inusitado, mas a conversa continuou e o vizinho do conjunto expressou quanto segue:

Eu acho que essa obra foi só uma cadeia de coisas ruins para o bairro. Eles são todos criminosos, ladrões, ‘trombadinhas’, desde que eles vieram, nada de bom acontece aqui. As autoridades prometeram coisas boas para o bairro em compensação, mas agora só aumentou a criminalidade no bairro. Ninguém mais sai seguro de casa, ninguém mais dorme tranquilo nesse bairro. Esse lugar é um ninho de criminosos, nem civilizados são. Olha como vivem! (vizinho A)⁴⁸

Nesta fala podemos perceber que o achado por Elias em Winston Parva, também acontece em *Zeballos Cué*, pois o vizinho tem uma visão de que os novos moradores têm uma posição menor que ele, minimiza a humanidade dos novos vizinhos e acredita que ele é mais civilizado que aqueles. Também tem a visão de que tudo piorou por conta deles. Nesse sentido, outro vizinho expressou o seguinte:

Eu esperava que pelo menos o transporte melhorasse quando eles se mudassem para cá. Mas tudo piorou. Eles não sabem ser civilizados, são esquisitos, além de porcos. Ainda são criminosos. Nada bom trouxeram para esse bairro. Só pioraram tudo. (vizinho B)*

^{48*} Neste trecho, os entrevistados são denominados A e B, porque pediram explicitamente não serem mencionados nem com nome fictício. Cabe ressaltar que todos os nomes mencionados neste trabalho foram trocados a fim de guardar a identidade dos entrevistados.

Uma vez mais, vemos que no relato, a pessoa tem uma percepção de inferioridade dos novos vizinhos e os culpam de que as coisas pioraram dentro do bairro. Essa visão que os “estabelecidos” tem poder de afetar significativamente os moradores do conjunto, da mesma forma que Elias (2000) descobriu em Winston Parva que essa imagem de inferioridade foi capaz de penetrar até mesmo na autoimagem do grupo estigmatizado e isso pode ser capaz já que os “estabelecidos” possuem uma coesão social, enquanto os “outsiders” não tem tal coesão e as redes de apoio se dissolvem, sendo assim maior a força dos primeiros.

4.2 – As apropriações de espaços pelos moradores no conjunto.

Depois de quase quatro anos de ser habitada, com uma pandemia e muitas lutas e obstáculos no meio, os habitantes do Conjunto San Francisco são capazes de demonstrar as diferentes formas de apropriação no espaço, e tais formas foram possíveis de se perceber mediante o trabalho etnográfico que foi realizado através de visitas feitas no lugar, observando como as pessoas utilizam os espaços, fazendo entrevistas e acompanhando os moradores em alguns momentos do seu dia a dia. As visitas de campo foram realizadas em dois momentos diferentes, o primeiro conjunto de visitas foi feito entre janeiro e fevereiro de 2022 e a segundo entre agosto e setembro do mesmo ano.

Inicialmente, não existia nenhum contato dentro do conjunto que fizesse de mediador para poder me introduzir para a pesquisa de campo. Sendo assim, o primeiro contato foi com um órgão público que facilitou a entrada no conjunto. Dito órgão foi o Ministério da Infância e Adolescência, que fez uma aproximação com as diferentes famílias que formam parte de um projeto de ajuda às famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Uma vez feita essa primeira aproximação, cada família foi apresentando os outros vizinhos e amigos que estavam dispostos a colaborar com a pesquisa, assim também outros vizinhos foram se aproximando de forma voluntária para contar suas experiências ao saber o fim do trabalho. Com o contato feito e a colaboração dos moradores, foi possível realizar a pesquisa de campo tanto de forma direta, com as entrevistas e as visitas nos diferentes lugares do conjunto, quanto de forma indireta, nas observações e informações coletadas.

Neste capítulo, busca-se descrever e reconhecer os processos de conformação e a apropriação de espaço físico por parte dos moradores do conjunto, baseado na análise dos dados obtidos durante as visitas de campo. Dita análise foi feita separando as tipologias das edificações e as formas de apropriação que foram possíveis observar dentro do conjunto, dado que foi possível reconhecer que a tipologia do projeto também influencia a forma de apropriação, pois cada tipo de espaço apresenta uma forma diferente de demonstração de pertencimento.

No decorrer deste capítulo, cada tipo de espaço foi separando-se em subcapítulos, que tentou-se organizar desde o mais público até ao mais privado e íntimo sendo estas classificadas em espaços coletivos, semipúblicos e privados. Primeiramente, fala-se dos espaços coletivos, sendo estas as praças, e como o uso foi mudando com respeito às situações que aconteceram no conjunto, depois se analisam as calçadas, que cumprem um papel fundamental na cultura paraguaia. Os espaços semipúblicos são representados pelos halls de acesso às moradias, onde a relação com a vizinhança tem grande influência. E os espaços privados são as moradias unifamiliares e os apartamentos, tendo os térreos uma característica diferente pela possibilidade de se estender e conseguir abarcar um jardim.

É muito interessante analisar a relação entre os espaços e os moradores, já que é possível visibilizar neles como as pessoas vão se identificando com o lugar e quanto que sentem que o lugar representa o seu lar. Também é importante perceber como as pessoas usam os espaços públicos e áreas de lazer, pois, segundo Ferreira et al (1985), estes lugares são ótimos parâmetros para medir a relação tanto entre moradores em si quanto à relação dos moradores com o lugar habitado.

Nesse sentido, nos primeiros momentos de visita ao conjunto já foi possível apreciar diferentes formas de apropriação, e, onde mais perceptível foi essa relação entre lugar, a relação com vizinhos e a própria relação com o lugar de moradia, foi nos halls de acesso, já que umas demonstravam muita apropriação, por serem cuidadas e bem embelezadas, outras se encontravam fechadas com grades e chaves, onde só podia entrar quem tivesse a chave, e outras se encontravam em total abandono e descuido. Assim, pode-se dizer que nesses espaços se reflete a situação do relacionamento entre os três elementos, lugar, vizinhos e o sentimento particular.

No que se refere à coletividade no conjunto, o sentimento de comunidade e de coesão social é uma carência, já que não conseguem se organizar sequer para poder realizar diferentes atividades. Existe união entre amigos, mas a associação entre vizinhos para poder trabalhar por um bem comum é difícil de observar. Isso também se reflete no espaço, já que, no projeto inicial, existem lugares determinados para uso e cuidado comum, como os jardins, que se encontram no final das quadras de moradia unifamiliar e nas frentes dos blocos, mas esses espaços não são utilizados com o fim projetado, pelo contrário, foram ocupados e apropriados de forma exclusiva.

A seguir, busca-se descrever e analisar de forma pontual cada um desses espaços, a influência das pessoas no lugar, a criação dos espaços, a utilização e modificação dos espaços programados por parte dos habitantes e como o sentimento de lar pode-se verificar através dessas ações. Se busca também fazer uma comparação com as formas de apropriação levantadas por Trotta (2019) nos Conjuntos Ismael Silva - Zé Kéti da cidade de Rio de Janeiro, tentando entender quais são as semelhanças e diferenças e como isso pode trazer uma nova perspectiva de análise sobre as práticas e situações que acontecem em outros lugares geográficos, mas que convergem em alguns pontos, já que se trata de comportamentos humanos.

4.2.1 – As praças: da demonstração de insegurança à reapropriação do espaço comum.

Jane Jacobs (2011, p. 69) aponta que os parques e as praças têm um grande impacto dentro de um bairro e da cidade, mas que podem ser espaços mortos e impopulares que representam áreas desperdiçadas ou de riscos e de oportunidades para vandalismo e criminalização; ou ter tanta vida que constituem elementos maravilhosos dos bairros, um trunfo econômico para a vizinhança e, com o tempo, podem tornar-se áreas mais apreciadas e valorizadas. Assim também, ela destaca que, longe de transformar qualquer virtude inerente ao entorno e longe de promover as vizinhanças, são os próprios parques e praças de bairro, direta e drasticamente, afetados pela maneira como a vizinhança interfere neles.



Fig. 11– Localização de praças e espaços verdes planejados no Conjunto Habitacional San Francisco. Plano base: SENAVIDAT. Ano 2015.

Nesse sentido, foi possível identificar algumas situações que verificam essa influência do lugar nas pessoas e vice-versa. Como foi apresentado antes e conforme pode-se verificar na figura 11, no Conjunto San Francisco foram projetadas uma praça internas no meio de cada quarteirão de blocos de edifícios, os quais foram integralmente construídos – no total são sete praças. Também se previu espaços verdes tipo jardim no final de cada quarteirão de unidades unifamiliares, mas estes espaços não são utilizados de acordo ao planejado devido a que a construção das unidades não foi conforme ao projeto, por um lado, e por outro, os espaços restantes foram “*muito pequenos para servir de jardim*” (Cesar, 38) e foram tomados por vizinhos como extensão do jardim ou quintal próprio.

O uso que a população dá para a praça, foi mudando um pouco no tempo. Na visita feita nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, duas das sete praças estavam sujas, apresentavam aspecto de abandono e não eram frequentadas por ninguém. Em contrapartida, as restantes cinco praças tinham aspecto de serem usadas frequentemente, estavam limpas e até tinham algumas crianças brincando com supervisão dos responsáveis.



Fig. 12 – Acessos ao Conjunto Habitacional San Francisco e localização de praças tomadas pelo micro tráfico. Elaboração própria. Fonte: Google Earth. Ano 2022

Nas entrevistas, os vizinhos alegaram que as duas praças deixaram de ser cuidadas e utilizadas já que criminosos o utilizavam como pontos de tráfico de que pequeno porte e consumo de drogas. Ditas praças são as que se localizam perto das entradas principais do conjunto (Fig. 12), o que facilita e agiliza a fuga dos delinquentes.

O lugar é lindo para as crianças, os brinquedos também. A praça do lado contrário à igreja, de manhã não tem quase sol porque os prédios tapam tudo. Para as crianças brincarem lá é ideal isso. Mas a gente não vai lá, a gente não deixa as crianças irem lá, porque é ponto de viciado, de criminoso [...]. Por isso que a gente não cuida também deste espaço. Para que que vamos nos organizar? Para deixar um lugar mais confortável pros criminosos? Não, não vamos fazer isso. (Carla, 38 anos, em entrevista feita em janeiro de 2022)

Dita situação não aconteciam nas outras praças, porque, segundo os entrevistados, por um lado é mais difícil fugir desde os outros pontos do conjunto, e por outro, o lado oeste do conjunto lida com uma vila militar, o que faz com que os delinquentes tenham mais cuidado para frequentar essas áreas.

Segundo Carla, que tem 5 filhos – dois deles pequenos – e uma sobrinha de quem toma conta, não permite que as crianças brinquem nessas praças, já que ela vê que pessoas realizam venda de drogas e consomem nesses espaços. Ela alegou que não quer que as crianças tenham contato com essas situações, porque, se bem

essa situação só se ocasionava nas horas da tarde, perto da noite e noite, ela tinha medo de que pudessem presenciar dita situação.

Ela também falou que não permite às crianças irem às outras praças, por não ficar mais dentro do controle dela, dado que as janelas do fundo do apartamento têm vista à praça, onde ela pode olhar enquanto as crianças estão brincando, no caso dela não estar acompanhando-as. Assim, as crianças só têm permissão de brincar no hall ou na calçada do prédio.

Dona Josefa, de 29 anos, que tem 4 filhos e mora em uma das moradias unifamiliares, coincidiu no seu relato com Carla. Ela relata que vê, desde o pátio dela, os bandidos entrarem no conjunto, “como se fosse que é casa deles, fazem o que eles querem, ninguém fala nada”, e que se dirigem às praças e ficam por horas. Ela fala que esse é o motivo principal pelo qual ela não frequenta as praças, já que quer evitar que os filhos esbarrem com esse tipo de situações, e que tem medo, dado que um dos filhos está na pré-adolescência e já tem curiosidade sobre essas questões.

Eu só os vi de tardezinha, quase entrando a noite, mas eu não tenho certeza da frequência que eles vêm, se é sempre no mesmo horário, prefiro evitar essas situações. Ainda mais que meu filho mais velho está naquela idade rebelde, sabe? Ele está muito exposto aqui. Isto não acontecia no meu bairro – *La Chacarita* – porque lá a gente se cuidava entre vizinhos, juntos não permitíamos entrar esse tipo de criminoso. (Josefa, 29 anos, em entrevista feita em janeiro de 2022)

Outros relatos tomados em fevereiro referente a ditas praças, apontavam a essa situação de insegurança e visitantes indesejáveis. Consultados pela ação policial, tanto Josefa quanto a Carla, falaram que é nula, que, segundo alguns relatos de moradores, a polícia local recebe propina por parte dos traficantes para não serem perseguidos, por isso que eles andam pelo conjunto sem medo e fazem as coisas à vontade. Relatam que quando a polícia é chamada, eles nunca aparecem ou que quando aparecem, os criminosos já foram embora. Sobre outros tipos de atos criminosos, os entrevistados falaram que existem furtos de coisas deixadas do lado de fora da casa principalmente à noite; acontecem brigas com armas brancas entre vizinhos, mas por assuntos pessoais; assaltos e outros perigos, não são muito comuns ou recorrentes.

Esses relatos e situações foram obtidas e observadas no primeiro corte de visitas, mas no segundo período de visitas, a situação referente às praças mudou bastante. Neste momento foi observada uma reapropriação do espaço, já que as praças foram novamente frequentadas por crianças acompanhadas de responsáveis.

Dona Julia contou que se realizaram atividades para solicitar à municipalidade a limpeza do espaço, ações como cortar a grama, tirar os arbustos, jogar o lixo que foi acumulado, mas não receberam resposta.

A gente se organizou e pediu pros nossos referentes pedirem ajuda, mas nunca ninguém veio. Aí a gente falou entre vizinhos mesmo e aos poucos fomos fazendo um lugar decente de novo, para as crianças. Estava cheio de restos de droga e vidro. A gente quis fazer isso porque é nosso lugar, não é lugar de bandido, é lugar de criança, da família. A gente não podia permitir eles tomarem nosso lugar, lugar das crianças. A gente se impôs, era o jeito (Julia, 31 anos, em entrevista feita em agosto)

Dona Carla foi entrevistada de novo nesse segundo corte de visitas, e expressou que no momento em que viu a vizinhança se movimentar para recuperar a praça ficou em dúvida, já que, na percepção dela, iam só dar um lugar mais confortável para os criminosos, mas que ajudou com o fim de poder ter um lugar seguro para as crianças de casa. Com o tempo viu que deu certo, pois os bandidos não estavam mais frequentando a praça como ponto de venda, mas agora estavam em qualquer lugar do conjunto: calçadas, jardins e corredores.

Ela expressa que por um lado foi bom poder recuperar as praças, porque assim as crianças têm aonde ir para brincar, um lugar seguro onde, agora, sempre tem uma mãe ou alguém responsável para olhar e cuidar das crianças enquanto estão brincando. Mas a situação da criminalidade no conjunto piorou, porque antigamente dava para identificar as zonas perigosas e era possível tentar evitar esses lugares. A criminalidade tinha pontos exclusivos, segundo ela, e agora esses pontos se espalharam e não é possível identificar os horários e lugares onde podem esbarrar com os bandidos. Assim, para ela, é difícil evitar que as crianças tenham contato com a situação.

Sobre esse ponto, dita situação foi palpável nas visitas feitas. Durante o primeiro momento de visitas, feitas entre janeiro e fevereiro, era evidente o abandono das praças onde os vizinhos identificavam como zonas de perigo ou

criminalidade. Os lugares estavam sem presença de crianças ou adultos, ficavam sujos e sem cuidados. Pessoalmente, nesses momentos não foi presenciado nenhum tipo de situação ou evento que aponte à criminalidade, não foi observada a presença de bandidos, pessoas consumidoras de drogas ou realizando atividades ilícitas como vendas. Mas foi possível observar no espaço o que os vizinhos expressavam.

Muito diferente foi o caso do segundo momento de visitas, que aconteceu entre agosto e setembro, onde as praças estavam totalmente reapropriadas, com uma quantidade razoável de crianças brincando nas praças e adultos acompanhando-as. Foi possível observar que os brinquedos se encontravam em bom estado, plantas cuidadas, quadra de chão de terra e grama com evidências de ser constantemente utilizada. Em contrapartida, também foi presenciado momentos em que jovens se encontravam consumindo drogas em horas da manhã, à luz do dia, nas calçadas e jardins abertos do conjunto, situação que despertou um sentimento de desconforto e insegurança. Estas mudanças podem ser observadas na Fig. 13, onde se percebe as diferenças nos usos entre um momento e outro, com diferença de tempo nas visitas.

Pode-se pressupor que a pandemia foi um fato que contribuiu para que as áreas públicas como as praças tenham sido invadidas e apropriadas por consumidores de drogas ou delinquentes, já que não existia uma concorrência de pessoas que façam com que os primeiros se sintam observados e/ou ameaçados, deixando eles a vontade. Nesse sentido, não existiam os “olhos da rua” dos que a Jane Jacobs fala, para dar mais segurança às praças, mesmo que as janelas dos apartamentos se encontrassem com vista às praças, não acontecia o fenômeno dos olhos da rua. Assim, uma vez que a situação foi se normalizando e que as pessoas voltaram a se apropriar dos lugares, os consumidores e delinquentes foram se mobilizando nos outros lugares do conjunto para continuar realizando suas atividades.



Fig. 13 – Reapropriação de praças. Esquerda: Fotografia tomada no mês de fevereiro, onde a praça se encontrava descuidada e abandonada. Direita: Fotografia tomada no mês de setembro, com a praça cheia de crianças e evidências do uso do lugar. Acervo pessoal.

Como foi visto antes, Vidal e Pol (2005) apontam que a apropriação por ação/transformação pode-se dar mediante a ação cotidiana, o que se refere a realizar atos tão comuns em um espaço específico como andar e sentar-se no lugar, usar o espaço em si. A apropriação por ações cotidianas se dá através da dotação de vitalidade de um espaço, do uso diário e da capacidade de fazer que esse lugar seja um espaço que faz parte da cotidianidade das pessoas.

Dentro do Conjunto San Francisco, aconteceu o fenômeno de reapropriação do espaço por meio da ação cotidiana, já que as práticas sociais comuns de frequentar o lugar e realizar atos tão simples como voltar a usar o espaço, demonstrou o ato de apropriação, nesse caso reapropriação, já que com essa ação, os bandidos abandonaram o lugar e os vizinhos e crianças voltaram a usar o espaço para o que foi programado, uma praça com parque infantil.

4.2.2 – As calçadas: da funcionalidade ao lugar dos rituais da sociabilidade

Funcionalmente, as calçadas, que são chamadas formalmente de passeios destinados ao uso público, servem para possibilitar a passagem das pessoas e fazem a ligação e transição entre a rua, que tem um caráter totalmente público, e a casa, de caráter privado e individual. Jane Jacobs (2011) aponta que as ruas e calçadas são os órgãos vitais de uma cidade, e que é nesses lugares que se gera o sentimento de segurança ou insegurança na cidade. Nas palavras de Vogel e Mello, a rua e a calçada têm grande influência sobre a convivência entre as pessoas, são palcos que não podem ser separados na análise, operam juntos de igual maneira, para dar espaço à sociabilidade:

Estas não são apenas porções designadas do espaço social, mas categorias de uma classificação sofisticada e de alta capacidade operativa. Tais elementos se juntam como se fossem substantivos, adjetivos, conjunções e preposições. São componentes potenciais de um enunciado. Convertem-se nele sempre que haja uma predicação, um ato, um fazer. (Vogel e Mello, 2012, p. 296)

Portanto, a calçada é tão importante quanto a casa e a rua, já que esse espaço dá lugar à possibilidade de que aconteçam diferentes situações no contexto social. Dito isso, as calçadas - e as ruas - têm também uma dimensão social e ritual, já que são palcos e lugares onde se desenvolvem os ritos da sociabilidade (Vogel e Mello, 2012, p. 300), põem o morador em contato permanente com as pessoas e os eventos do seu universo social mais imediato. (Ferreira dos Santos et al. 1980, p. 81)

Quando nos referimos a rituais, não nos referimos à religiosidade ou mágica, nem aos fenômenos presentes nas formações destas, de maneira geral, os ritos referem-se às outras diversas expressões na organização da sociedade. Esta linha de raciocínio se deve a que o rito representa um processo protocolar para a realização do evento, por tanto se cria uma espécie de drama que tem uma relevância no conjunto de significados que compreende o rito e aos próprios envolvidos nele. Dito por Turner:

Entendo por ritual uma conduta formal prescrita em ocasiões não dominadas pela rotina tecnológica [...]. O símbolo é a menor unidade de ritual que ainda mantém as propriedades específicas da conduta ritual. [...]. Um "símbolo" é uma coisa que, por consenso geral, é pensado para

tipificar naturalmente ou representar ou lembrar algo, seja por posse de qualidades análogas ou por associação de fato ou pensamento. Os símbolos que observei no campo eram empiricamente objetos, atividades, relacionamentos, eventos, gestos e unidades espaciais em um contexto ritual (Turner, V. 1967, p. 21)

Assim, em cada cultura e sociedade pode-se encontrar distintas formas de rituais, representadas por ações cotidianas que demonstram uma importância e singularidade, que às vezes, tem significados só para os envolvidos no ato. No caso da cultura paraguaia, existem ritos que fazem parte do cotidiano das pessoas, como o consumo do *tereré* e mate – este último chamado de chimarrão no sul do Brasil – . O *tereré*, assim como o Turner (1967, p. 21) menciona, representa o símbolo do rito, pois é em torno desse objeto/evento que as pessoas realizam um “ritual”.

Os momentos do *tereré* e o mate podem se considerar rituais, pois são momentos que se escolhem para manter e reforçar o convívio social, é o momento em que as famílias comunicam os eventos importantes, expõem os sentimentos e consertam as pequenas brigas entre eles. O momento do *tereré* com os vizinhos é o momento de se atualizar dos eventos que acontecem ao redor também. Dito ritual tem horários, o mate é sempre nos primeiros horários do dia, antes do café da manhã, e nos últimos momentos da noite, antes do jantar, normalmente é mais privado, fica entre a família. Já o *tereré* é mais social, tem lugar, na manhã, entre o café da manhã e o almoço, e na tarde, entre o almoço e o café da tarde, nesses momentos se desenvolvem as trocas, são momentos em que podem se unir e encontrar pessoas de diferentes famílias para compartilhar o momento.

O *tereré* é um elemento social que faz parte do convívio das famílias paraguaias, e também se desenvolve em um espaço. É o momento que a vizinha pega a cadeira e se encontra com outros vizinhos para compartilhar o *tereré*, se atualizar das coisas acontecidas com as outras famílias, desabafar sobre os problemas diários e até se organizar para diferentes propósitos. É o momento de encontro, troca e reforço de vizinhança e amizade. Dentro do conjunto, não existe um lugar exclusivo onde esses encontros acontecem, são sempre lugares aleatórios onde as pessoas se sentem cómodas para sentar e conversar enquanto trocam uma *guampa* – conhecida como cuia em português – de *tereré* e conversam.

Dona Teresa (61) conta que a hora do *tereré* para ela é sagrada, mas que ela não consegue tomar sozinha, que sempre busca companhia para isso. Ela conta que na antiga casa, em *La Chacarita*, as vizinhas sabiam que a partir das 10 da manhã já podiam chegar na casa dela, que ela já tinha preparado o *tereré* para tomar e conversar. O pátio dela era o ponto de encontro, já que, enquanto elas tomavam o *tereré* e falavam das coisas, ela descascava a mandioca, que era para o almoço, e limpava o pátio da casa. Ela expôs que isso não acontece mais na nova moradia, já que não tem mais pátio, porque mora em apartamento e que as vizinhas não são mais as mesmas.

Dona Teresa conta que demorou a se acostumar à nova moradia pois teve que mudar completamente a rotina, teve que buscar a forma de adaptar seu “horário sagrado” e as pessoas com quem ia partilhar esse momento, dado que não tinha mais o pátio como ponto de encontro e a vizinhança mudou. Ela comenta que em um princípio não sabia como fazer, que sentia falta da rotina com as vizinhas e o momento de partilha com elas, mas que elas já não estavam. Assim, um dia tomou coragem, pegou a cadeira e o equipamento de *tereré* e saiu ao hall para tentar falar com os novos vizinhos, a quem ela não conhecia. Não adiantou muito, ela fala, pois as pessoas não quiseram compartilhar o momento com ela. Mas dias depois viu que na calçada, alguns vizinhos saíam timidamente e levavam seus instrumentos para se deleitar e refrescar com a bebida. Ela se uniu a eles e desde então, vizinhos compartilham o *tereré* na calçada dos blocos.

Durante as visitas feitas, foi possível detectar diferentes pontos de encontros para dita atividade, a maioria deles encontram-se frente aos apartamentos térreos que foram estendidos ou adaptados a comércio. Com o fim de criar mais cordialidade com as pessoas, os donos dos comércios saem nas calçadas e compartilham umas rondas de *tereré* com os vizinhos, assim também chamam a atenção de possíveis compradores e clientes.

Nas visitas, foi possível perceber que as frentes dos apartamentos térreos e as calçadas são utilizadas como pontos de encontro em diferentes momentos do dia, sendo representada a apropriação de diferentes formas, efêmeras ou permanentes, já que em alguns casos os usuários constroem mesas e cadeiras fixas, para maior conforto (Fig. 14).



Legenda:

● Crianças e jovens brincando / jogando

● Permanência, Churrascos e tereré

Fig. 14 - Principais atividades observadas no Conjunto San Francisco. Elaboração própria. Fonte: Google Earth. Ano 2022

O morador do apartamento onde se encontra o equipamento da Fig. 15 é Seu José, que aceitou de boa vontade à entrevista. Consultado pela pequena intervenção que ele fez, expôs que a ideia originalmente foi uma brincadeira feita por um vizinho, morador do terceiro andar, que descia para compartilhar o *tereré* com ele, ou umas cervejas os finais de semana, e que sempre reclamava que tinha que subir e descer com as cadeiras.

Ele sempre brincava: “ôh José, não pode ter umas cadeiras fixas aqui não? É chato ter que subir e descer com as cadeiras sempre!” Então eu pensei que seria bom ter umas aí. Para a galera sentar-se também, ficar descansando, relaxando, e não se preocupar em deixar aí ou subir depois. (José, 53 anos, em entrevista feita em agosto)



Fig. 15 - Equipamento fixo construído pelo dono do apartamento. Acervo próprio. Ano 2022

Seu José comentou que, nos finais de semana, este lugar enche de crianças e jovens, já que a família se reúne e que é nesse ponto que eles compartilham. Mas também lamentou que ultimamente jovens usam esse lugar para consumir drogas, em momentos que ele não se encontra em casa, já que estes deixam rastros e ele vê ao voltar. Expressou que isso o deixa bem desanimado, dado que a ideia inicial do espaço era de compartilhar entre vizinhos e família, um lugar confortável e convidativo para passar um bom momento, mas que estas pessoas estão dando um uso que ele não planejou.

Quando eu saio de casa, ao voltar sempre encontro restos de coisas queimadas, cigarro e sujeira. Os vizinhos já falaram para mim que são esses delinquentes que vendem e consomem drogas aqui, na frente da minha casa, onde eu construí isso aqui para compartilhar com meus seres queridos, e agora usam para coisas ruins. Até tive que botar grade na minha janela por medo. Não gosto. Mas não posso fazer nada. (José, 53 anos, entrevista feita em agosto de 2022)

Enquanto a lugares efêmeros, os entrevistados apontaram que nos finais de semana, as famílias sempre aproveitam para se reunir, chamam os vizinhos e fazem

churrascos nas calçadas, saem dos apartamentos e colocam cadeiras, mesas e uma churrasqueira. Uma vez acabado o almoço e o encontro, as coisas são desmontadas e cada um vai para sua casa.

Nesse sentido, dentro do conjunto não existe lei ou pessoa que impeça a realização de eventos nas calçadas, já que não existe síndico ou cuidador do condomínio. Então, preza-se pelo bom senso e a boa vontade das famílias e vizinhos que realizam essas atividades, a fim de deixar tudo limpo e não incomodar aos outros moradores. Segundo o relato dos entrevistados, sempre acontecem os churrascos e encontros, mas são poucas as vezes que alguém reclama. Às vezes o encontro acaba em briga e problemas entre os presentes ou com outro vizinho incomodado, mas ninguém intervém.

É interessante observar que situação semelhante foi observada nos Conjuntos Ismael Silva – Zé Ketí, onde os moradores foram criando espaços dentro dos espaços programados para poder realizar atividades de partilha momentânea, como churrascos, escolhendo os fundos dos condomínios, os espaços entre os blocos ou as entrantes dos blocos de formato H. No caso do Ismael Silva – Zé Ketí, os moradores optaram pela apropriação em lugares mais íntimos antes que as próprias calçadas voltadas à rua-estacionamento. (Trotta, 2019, p. 93)

Pelo observado nas visitas no Conjunto San Francisco, a calçada desempenha um papel muito importante no convívio e partilha entre vizinhos e família, as diversas maneiras de ocupação destas áreas vivas do espaço urbano criam uma ambiência que os moradores associam a um modo de vida de cadeira na rua, o lugar onde se realiza o ritual da sociabilidade (Ferreira dos Santos et al, 1980, p. 51), usando como símbolo o *tereré*, onde as pessoas expõem seus pensamentos, sentimentos e mal-estares, onde se comunicam e se informam sobre as questões que tem a ver com eles e com os vizinhos, onde se organizam para alguma questão, o momento que aproveitam para sair do apartamento e “*respirar ar livre*” (Dona Teresa), para deixar as crianças brincarem enquanto eles estão para vigiar e cuidar (Fig. 16).



Fig. 16 – Uso e apropriação da calçada. Acervo próprio. Ano 2022

E fora do momento do *tereré*, serve para as famílias também se juntarem, brincar e para compartilhar. Serve também para compartilhar uma cerveja entre os amigos, e fazer um churrasco. Mesmo se apresentando situações de insegurança e desconforto, as pessoas buscam se apropriar do espaço e criar lugares para poder compartilhar e realizar os rituais de sociabilidade representados das mais variadas formas.

4.2.3 – Extensões, puxadinhos e jardins: da necessidade de se estabelecer à apropriação de espaço

No conjunto, foram entregues 112 moradias unifamiliares, casas térreas localizadas dentro de um terreno de 128 m² cada uma, e comportada de dois quartos, sala, cozinha e um banheiro. Sobrando assim, uma porção de terreno que serve como quintal da casa.

Ferreira dos Santos et al, (1985, p. 49) fazem uma descrição da casa no bairro Catumbi, que bem pode descrever as casas do Paraguai também, por conseguinte, as Unidades unifamiliares do Conjunto San Francisco. Segundo os autores, a casa separa entre a privacidade do quintal e a parte pública da rua. A casa não é pública, mas, junto com a calçada, fazem a transição entre o mais público até o mais privado. Assim, o quintal serve como um palco de atividades privadas, que separa a cotidianidade íntima do público, mas que tem conexão com este – a rua – pois, desde o quintal pode-se observar a rua, mas desde a rua não se observa o quintal, e assim também, deve só ter vista para o próprio quintal, pois deve dar privacidade para as outras pessoas também, já que representa a relativa invisibilidade. São fronteiras que unem e separam ao mesmo tempo (Ferreira dos Santos et al, 1985, p. 49).

Deste modo, o quintal torna-se a área mais privada da moradia, que serve para o serviço doméstico, pois nesse lugar se realizam as atividades de limpeza, lavagem de roupas, secagem, criação das crianças enquanto não tem idade suficiente para ir para a rua, criação de animais domésticos, galinhas e até plantação de árvores frutíferas e hortaliças, serve também para quarto de despejo. E, em outros momentos, o lugar se presta para encontros familiares íntimos (Vogel e Melo, 2015, p. 298).

No Conjunto San Francisco foi possível observar que essa intimidade doméstica do quintal que Vogel e Mello mencionam, também acontece. Pois o quintal das moradias demonstra a parte mais íntima dos habitantes do lugar.

Mas também, se observou que muitos optaram por estender suas moradias para construir algum tipo de cômodo novo no lugar. A maioria das casas já

passaram por algum tipo de modificação, sendo alguns, inclusive, impossíveis de reconhecer a construção original que foi entregue.



Fig. 17– Extensão das Unidades Unifamiliares e os jardins. Acervo próprio. Ano 2022

O fato de serem casas com pátio fez com que a transição de moradia e adaptação ao novo lugar fosse menos agressiva, segundo a fala dos entrevistados. Isso acontece em vista de que, para alguns, se mudar de uma casa térrea com pátio maior para uma um apartamento sem pátio, “seria traumático”, nas palavras de Dona Maria, que morava em *La Chacarita* com os 5 filhos, duas noras e 3 netos. Ela conta que aceitou ir morar no conjunto só porque prometeram que iam dar pra ela uma das moradias unifamiliares, pois ela não iria aceitar um apartamento, primeiro por não ter pátio, segundo porque não iria satisfazer às necessidades que ela e a família tem, por serem numerosos.

Dona Maria foi selecionada para morar em uma das moradias que ela exigiu, e foi com a família completa, sem deixar nenhum integrante. Ela era ciente de que a nova moradia não iria satisfazer todas as necessidades da família, primeiramente pela quantidade de cômodos que a casa oferecia, que não condizia com o número de habitantes, e segundo, porque eles moravam em um terreno bem maior, criando galinhas e porcos e plantavam algumas hortaliças, tudo para o consumo pessoal e para pequenas vendas aos vizinhos. Ela comenta que arriscou ir porque o filho mais

novo tem necessidades especiais, deveria cuidar dele, e que, como as enchentes estavam cada vez mais recorrentes, dificultava ainda mais o bom cuidado dele.

Chegando ao conjunto, Dona Maria conta que a extensão da casa foi por necessidade, já que o espaço inicial era muito pequeno para a quantidade de pessoas que iriam morar no lugar. Ela conta que a primeira coisa que ela fez foi construir um quarto e um banheiro a mais, já que um banheiro só seria insuficiente para 11 pessoas. Fez uma cobertura na área externa livre e a transformou em cozinha, a antiga cozinha se transformou em um corredor de passagem para outros quartos. Ela alega que a cozinha nova tinha que ser no exterior da casa, já que ela não faz comida no fogão a gás, senão no fogo a lenha. Dona Maria também sabia que não podia ter animais no conjunto, mas, segundo as palavras dela, está tão apegada à vida que tinha anteriormente que ainda assim tenta criar algumas galinhas e enquanto ninguém reclama ou pede para não os ter, ela aproveita.

A casa da Dona Maria hoje conta com quatro quartos, dois banheiros e uma cozinha externa, e um pequeno salão comercial que aluga para a sobrinha conforme o plano esquemático da Fig. 18. Na casa dela não existe mais quintal próprio, o que corresponde ao terreno concedido, já que todo espaço livre já foi ocupado e construído, mas por erros na construção das habitações, uma porção de terreno sobrou entre o dela e o do vizinho. Da mesma forma que acontece com as galinhas, a família se apropriou da porção de terra, que era destinada a jardim aberto segundo o plano, fazendo uma extensão do próprio pátio, enquanto ninguém faça uma reclamação dessa situação. Segundo ela, no momento que alguém reclamar de ambas as situações (as galinhas e a apropriação da parcela de terra que não a correspondem) ela irá abandonar essas ações.

Nessa porção de terra que ela ocupou e que não a corresponde, ela cria as galinhas, cultiva plantas de tomate, hortaliças de consumo próprio como alecrim, orégano, cebolinha de folha, também algumas plantinhas florais como margaridas, azaléas e açucenas.

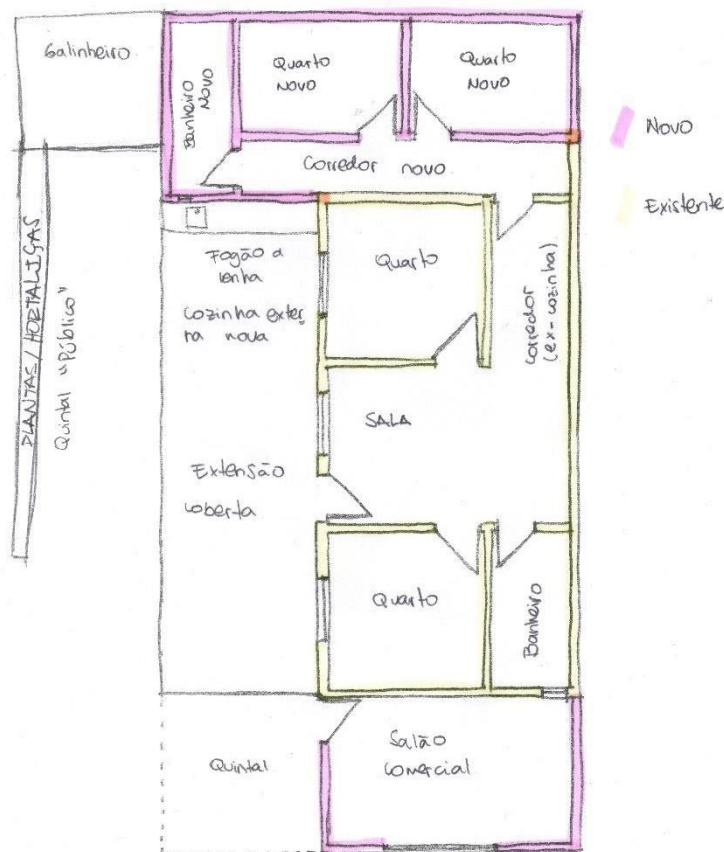


Fig. 18 – Plano esquemático da extensão da casa de Dona Maria. Produção própria. Ano 2022

O fato de ser uma moradia unifamiliar térrea, traz a lembrança da forma de habitar da antiga moradia, com as diferentes particularidades que cada um traz consigo, mas que acompanham a cada um. Assim, a transição para a nova moradia foi menos impactante para os novos moradores do conjunto, pois alguns costumes ainda foram resgatados, como o *tererê* no pátio, a limpeza diária do lugar, ter o próprio espaço privado para poder realizar as atividades diárias.

Outro relato foi o do Seu Carlos, que se identifica como amante das plantas e do seu jardim. Ele comenta que a possibilidade de ter um jardim, poder cuidar das plantas, fazer crescer a área verde da casa e mantê-la é o que o motiva a continuar no conjunto, pois na casa anterior, em *La Chacarita*, ele tinha um jardim cuidado, mas que, com cada enchente, tudo se perdia e tinha que começar de novo, o que era desgastante e desanimador para ele. Mas agora, a situação das enchentes já não acontece e ele pode plantar e cultivar as flores que ele mais gosta.



Fig. 19 – Extensão das Unidades Unifamiliares e os jardins. Acervo próprio. Ano 2022

Ele comenta que trouxe várias mudas de plantas da casa anterior, de *La Chacarita*, que ele tinha plantado em vasos para poder carregá-las consigo cada vez que fugia das águas, mas que as plantas maiores ele não conseguia fazer vingar por conta das enchentes. Assim, com a nova moradia e um pátio onde plantar, agora, Seu Carlos consegue ter o momento diário dele com as suas plantas.

No jardim, Seu Carlos cultiva diferentes tipos de plantas, mas admite que as que mais gosta são das plantas medicinais ou de cheiros, que pode usar nas comidas ou no *tereré*, para aliviar algum tipo de mal-estar. Ele comenta também que, muitas vezes, o jardim dele é motivo para as vizinhas frequentar a casa, já que todos sabem que ele gosta de plantas e recebe com carinho as mudas que as vizinhas trazem para ele poder plantar e cuidar:

A maioria das pessoas aqui sabem que eu amo plantas, vire e mexe tem alguma vizinha trazendo alguma plantinha para mim. Eu adoro quando isso acontece, porque sou conhecido como o velho das plantas. Assim também as pessoas me pedem mudinhas, eu dou sem problemas porque se dou, outras plantas voltam pra mim, e assim também é útil para as outras pessoas. (Seu Carlos, 62, em entrevista feita em setembro de 2022)

Dito por Vidal e Pol (2005), o apego a um lugar se dá através de duas formas: por ação e por identificação, onde a ação são as transformações do espaço e a identificação são as memórias e o sentido afetivo que se tem pelo lugar. Neste sentido, ambas situações acontecem, em ambos os relatos, já que a nova moradia passa por uma transformação, não só física enquanto à estrutura, onde os novos

moradores constroem puxadinhos e novos cômodos, mas também pela transformação na própria arrumação dentro da construção, onde vão impregnando a personalidade de cada um. Enquanto a identificação se manifesta através da possibilidade de realizar aquelas atividades que efetuavam diariamente no lar, e na criação e consolidação de aquelas ações com as quais cada um se sente representado.

Dado que Tuan (1983) alega que é a mistura de várias coisas, como sons, cheiros e imagens, que fazem que uma pessoa relacione o lugar com os sentimentos, pode-se dizer que a atividade de semear plantas com cheiros na nova moradia, remete a aqueles lugares que as pessoas consideravam lar e consolidam essa imagem na nova moradia.

Nas visitas feitas foi possível constatar que, igual ao acontecido nas unidades unifamiliares, na maioria dos apartamentos térreos se realizaram algum tipo de intervenção ou modificação. Assim, foi possível observar que, na maioria dos casos, os moradores optaram por estender as moradias, dado que a disposição dos blocos e o formato da construção permitiu essa possibilidade.

As intervenções mais comuns que foram observadas foram as de abrir os apartamentos e criar uma ampliação, seja na parte dos fundos ou na frente, dependendo da disposição do apartamento em que foram alocados, abrindo as pequenas sacadas que foram planejadas e criando uma extensão dos espaços internos do apartamento. Desta forma, eles criam uma prolongação da sala ao exterior. Foi possível observar que, ao criar essa conexão com o exterior, os moradores também tendem a delimitar o espaço que eles consideram do seu domínio, e essas divisões são realizadas por diferentes meios e formas, seja com muros, grades ou utilizando plantas.

Ferreira dos Santos et al (1985, p. 48) apontam que as calçadas pertencem às casas, mas isso não significa que sejam parte das mesmas no que se refere à propriedade em termos jurídicos, e que os usos circunstanciais delas podem contrastar com o caráter público que elas possam representar. Assim, pode-se dizer que, mesmo sendo um lugar público, muitas vezes, as calçadas são lugares de uso quase que exclusivo dos moradores das casas contíguas a ditos lugares. Sugerem

também que quanto mais portas se abrem para a calçada, tanto mais completamente o espaço público é passível de apropriação pela casa (Ferreira dos Santos et al, 1980, p. 54). Este apontamento foi possível identificar no espaço dentro do Conjunto, já que os moradores dos apartamentos de frente para a rua foram se estendendo para a calçada e os espaços públicos destinados a jardins comuns e áreas verdes, abrindo portas e estendendo as sacadas.



Fig. 20 – Extensão dos apartamentos térreos e dos jardins. Acervo próprio. Ano 2022

Entre as regras do Conjunto existe uma onde se trata sobre as construções em lugares que possam afetar os outros condôminos. Segundo essa regra, qualquer tipo de intervenção que afete espaços comuns, deve ser de comum acordo entre os moradores do bloco. Segundo Dona Nilda (48), nunca houve tal acordo entre os vizinhos e moradores dos diferentes apartamentos, pois muitos deles nem aparecem nas reuniões, que antigamente faziam, para tratar temas referentes à organização dos blocos. Segundo ela, a mesma foi escolhida como representante do bloco onde ela mora, por voto dos vizinhos, mas que é muito difícil organizar uma reunião e tentar apontar acordos com as pessoas, já que estes não cumprem. Também, ela comenta que ninguém toma conta das áreas comuns do conjunto, e que cada

apartamento térreo começou a cuidar do espaço da frente, então se sentiram com autoridade de tomar o espaço como seu.

No caso da Dona Nilda, ela mora em um apartamento térreo, de frente para a rua, o que faz com que tenha o espaço destinado para jardim comum na frente. Ela realizou várias modificações no apartamento, abrindo portas e o quebra-sóis ou *brise-soleil*⁴⁹, construindo uma cobertura em parte do terreno, concretizando o chão e gradeando o espaço que ela considera sua propriedade, o que seria o jardim comunitário.

Em outras ocasiões, as pessoas realizam extensões mais sutis, com menos impacto no que refere à estrutura e formato da edificação original, como modificar o *brise-soleil* do prédio para abrir uma porta que conecta a área de serviço com a área externa do bloco, e assim poder ter uma saída direta, sem necessidade de ter que passar pelo hall de acesso do bloco. (Fig. 20 e 21)



Fig. 21 – Modificação feita no quebra-sol de um bloco, abrindo uma porta para o exterior do prédio. Acervo próprio. Ano 2022

Mas também existem casos de apropriação e extensão dos apartamentos que permeiam a parte pública e servem de espaços de resguardo para os outros

⁴⁹ Expressão francesa que se refere a um dispositivo arquitetônico utilizado para impedir a incidência direta de radiação solar nos interiores de um edifício, de forma a evitar aí a manifestação de um calor excessivo.

moradores, como é o caso visto da Fig. 22, cuja dona não quis prestar entrevista, mas os vizinhos contaram que ela fez a cobertura para poder trabalhar, já que de quinta a domingo ela vende churrasquinho e cachorro quente com o carrinho, e usa o lugar para proteger seus pertences durante o dia, o que é possível perceber a simples vista, já que o carrinho fica no lugar.

Essa ação de construir uma cobertura para poder trabalhar, cria um lugar que se presta para diferentes formas de uso desse espaço, ora como um lugar de encontro para poder comer e beber quando a venda está funcionando, ora como lugar de abrigo em momentos de sol ou chuva intensa.



Fig. 22 – Extensão dos apartamentos térreos e os jardins. Ações que permeiam o público. Acervo próprio. Ano 2022

Também é possível observar outros tipos de demonstrações de apropriação do espaço no mesmo exemplo. A dona de casa construiu também uma cobertura na frente do apartamento, se apropriando – ao igual que Dona Nilda e outros tantos – da área comum da frente do bloco, cultivando plantas e criando um jardim exclusivo. É notório também que o dito por Vogel e Mello se cumpre nesta situação, já que as portas foram abertas para a área pública e os moradores foram se apropriando desse espaço fazendo com que o lugar passe a parecer mais de domínio privado antes que público.

Outro exemplo de apropriação podemos ver no caso da Fig. 23, que parte do mesmo princípio de que o exemplo anterior, enquanto a permeiar o espaço público, mas neste caso, o fechamento do espaço se transforma em um bar que funciona de noite e durante o dia se encontra com acesso restrito, já que toda a área é gradeada e se deixa livre só nas horas de uso do bar.



Fig. 23 – Extensão dos apartamentos térreos e a criação do bar. Acervo próprio. Ano 2022

Os moradores do bloco onde esse bar se encontra, têm opiniões divididas sobre o funcionamento do mesmo, já que alguns acreditam que é muito bom, dado que, graças a isso, existe uma grande movimentação de gente na rua, animação e uma quantidade razoável de pessoas, o que dá a sensação de segurança durante a noite, principalmente para as pessoas que chegam tarde em casa, depois do trabalho. Já outros alegam que justamente por esses motivos que estão contra: a quantidade de movimentação, barulho e pessoas, não permitem um bom descanso, e acreditam que mesmo tendo pessoas na rua, acontecem os assaltos.

Jane Jacobs (2011) também defendeu que o que faz que uma rua seja segura é a quantidade de olhares que ela possa ter. O fato de ter uma quantidade de olhares em uma rua, pode garantir a segurança dela. Pois, consciente ou inconscientemente, as pessoas buscam contribuir para o controle da rua, para a segurança e o bem-estar

dos vizinhos. Neste caso, baseando-nos na teoria da Jane Jacobs, o bar poderia ser um ponto no bairro que contribui para a sensação de segurança na rua.

A laje também se encontra presente no Conjunto San Francisco, como se pode apreciar nas Figuras 24 e 25. Neste caso, um acordo entre vizinhos permitiu que a área útil da moradia seja maior, com a construção de acréscimos sobre pilotis, já que a laje foi construída não só na parte da frente do apartamento, mas também na parte de trás. Assim, ambas as famílias se veem beneficiadas com o significativo aumento da área da moradia. Esta situação também foi observada nos trabalhos feitos por Andrade e Leitão (2006), no Conjunto Habitacional Dom Jaime Câmara.



Fig. 24 – Extensão dos apartamentos mediante a construção de laje na parte da frente. Acervo próprio. Ano 2022

É interessante apontar que nos Conjuntos Ismael Silva – Zé Ketí aconteciam situações diferentes às achadas no Conjunto San Francisco, no que respeita aos jardins, já que, nos condomínios do Rio de Janeiro, os jardins se encontram em lugares comuns, existe uma organização entre os vizinhos para tentar cuidar deles entre todos, existe uma ajuda mútua para garantir a sobrevivência desse lugar e, ditos lugares, são respeitados como lugares comuns, ninguém se apropria do lugar como espaço privado, de controle exclusivo dos moradores de um só apartamento,

como acontece no de Assunção. Em relação às extensões de áreas úteis dos apartamentos, na pesquisa feita por Trotta (2019) não foram observadas nenhum tipo de extensão das moradias ou construções além do planejado no projeto original.



Fig. 25 – Extensão dos apartamentos mediante a construção de laje e cobertura na parte dos fundos. Acervo próprio. Ano 2022

4.2.4 – Halls de entrada e apartamentos: uma vitrine da individualidade.

No Conjunto San Francisco existe a deficiência no que respeita à organização vicinal e comunitária, pois, como foi mencionado, não existe síndico, pessoa ou órgão que cuide que as regras condominiais sejam respeitadas. Assim, a convivência no conjunto se dá mais pelo bom senso e a boa predisposição dos moradores. Tal quesito afeta diretamente a apropriação do espaço, já que, querendo ou não, cada morador tem uma cota de influência sobre quanto pode – ou não – afetar ao vizinho, e vice-versa.

Nesse sentido, regras como ouvir música a alto volume, deixar objetos em áreas comuns, realizar atividades dentro do apartamento, entre outros, cabem mais no bom senso das pessoas que do cuidado de um intermediário. E assim, os vizinhos, por pedido – ou pressão – realizam ditas atividades, tentando manter a linha de respeito, havendo de vez em quando pessoas que não colaboram, mas na maioria dos casos, se mantem a ordem.

Mas nem sempre tudo é paz e harmonia, nas entrevistas realizadas, muitos reclamaram que foi um processo de “erros e acertos”, pois as pessoas foram se adaptando uns aos outros com o tempo, e foram adaptando também os limites de cada situação. Também alegaram que sempre tem alguns que dão mais trabalhos que os outros, mas que sempre tentam respeitar porque tem muitas crianças e idosos nos blocos. Outros apontaram que os dias mais difíceis sempre são os finais de semana, que é quando as pessoas respeitam menos, e acreditam que o consumo de álcool é responsável dessa situação.

Ao serem consultados sobre como se sentem na nova moradia, muitos reclamaram que não sentem liberdade, já que existem muitas restrições e não se sentem à vontade completamente. Os entrevistados afirmam que a situação atual se contrapõe totalmente à antiga forma de morar, dado que no bairro anterior, em *La Chacarita*, eles moravam em casas com quintal, afastados dos outros vizinhos, e que, ações como escutar música por exemplo, ou fazer pequenos encontros em casa, arrastar a cadeira no chão ou deixar as crianças pular, não incomodava ninguém. Situação que agora não acontece, dado que, pelo fato de morar em apartamentos, qualquer tipo de barulho pode incomodar os vizinhos. Mas, ao mesmo tempo que

eles manifestam que não podem realizar essas atividades, também reclamam se alguém as realiza.

Nesse sentido, os moradores manifestaram que não sentem plena autonomia e que isso atrapalha a sensação de sentir-se em casa, que, para eles, isso se representa em poder realizar as atividades que sempre realizaram sem serem perturbados por ninguém e vice-versa.

Como foi dito por Relph (2012) e Vidal e Pol (2015), um lar se constrói com ações cotidianas, com a liberdade de poder realizá-las. Também, isso se reforça por Norberg-Schulz (1980), dado que ele afirma que no lar se expressa o que as pessoas consideram próprio e único de cada um, o lar é onde cada um pode ser um mesmo constitui o pequeno mundo pessoal. Então, as pessoas criam o lar com coisas cotidianas que vão se repetindo, mas, mesmo sendo repetidas e cotidianas, as pessoas as consideram como algo próprio e único. Sendo assim, os moradores de San Francisco expõem que esse pequeno mundo pessoal não pode ser criado ou pode demorar para ser estabelecido, já que as ações cotidianas que eles consideram únicos e próprios não podem ser manifestadas com autonomia e liberdade.

O que eu acho mais desconfortável é o fato de eu não poder usar a casa como eu quisesse. Eu não posso deixar que meus filhos pulem na sala ou brinquem com cadeiras e mesas, porque se fizer muito barulho, a vizinha de baixo já reclama. E eles são crianças, sabe? Eles precisam brincar. [...] Música e festinha aqui em casa então, nem pensar! Os vizinhos jamais vão deixar. Por isso que eu sinto saudades da 'minha casa', lá não tinha esse tipo de problemas. (Evelyn, 29 anos, em entrevista realizada em setembro de 2022)

Percebemos que, nesta fala, a entrevistada ainda se refere à anterior moradia como se ainda estivesse morando lá, o apego continua na antiga casa, pois ela associa a forma de morar com o conceito que tem de lar. A falta de liberdade de poder se manifestar, expressar a cotidianidade dentro do apartamento, se mostrar ela mesma, faz com que ainda não possa criar completamente essa afeição com o lugar.

Outro ponto que foi bastante mencionado pelos entrevistados foi o contato com a rua e o quintal, que atualmente já não existem, já que estão morando em apartamentos. Eles contam que isso era uma atividade que trazia contato com os vizinhos, que faziam se sentirem seguros porque sempre tinha alguém da rua com as portas abertas também, tinha crianças brincando na rua, senhoras sentadas na

calçada, tomando *tereré*. Agora isso não existe mais, pois o formato em apartamento não permite esse tipo de atividade.

Primeiramente, meus vizinhos já não são os mesmos de antes, então não posso confiar neles e deixar meus filhos sem supervisão. Segundo, aqui não tem mais o pátio ou a rua para que eu possa sair ou olhar para eles enquanto eu faço minhas coisas aqui em casa. Eu tenho que separar um momento do dia para descer com eles ou na praça ou na rua, porque não posso deixá-los sozinhos. Esse contato que eu tinha com meus vizinhos na porta de casa, meus amigos, agora não tem mais, aqui isso é impossível. (Gloria, 27 anos, em entrevista feita em fevereiro de 2022)

É notável que nos Conjuntos Ismael Silva – Zé Kéti, os relatos das pessoas entrevistadas por Trotta (2019) são muito semelhantes com as do San Francisco, já que a experiência anterior das pessoas, em ambas as situações, foi muito parecida. No caso dos conjuntos do Rio de Janeiro, os moradores provinham, maioritariamente, de favelas e morros, onde moravam em casas e se sentiam à vontade para realizar as suas atividades sem se incomodar nem incomodar ninguém. No caso de *La Chacarita*, os moradores têm as mesmas experiências, se encontravam em lotes com casa e quintal, onde tinham contato com a rua e podiam realizar seus rituais de sociabilidade, como Vogel e Mello mencionam.



Fig. 26 – Uso do apartamento como área de trabalho. Acervo próprio. Ano 2022

Mas para outros, o sentido de liberdade pode-se expressar de outras formas. Dona Clara fala que hoje ela se sente muito mais confortável na casa que ela mora, porque ninguém perturba ela, já não precisa fugir das águas e pode realizar o trabalho dela sem problemas em casa. Dona Clara se dedica a catar e separar lixo para depois vendê-lo. Ela conta que a coleção se faz dentro mesmo do conjunto, que tem muito material para aproveitar. A separação e classificação do material coletado, ela faz dentro do apartamento, no terceiro andar, usando parte da sala e a sacada como área de trabalho (Fig. 26).

O fato de serem apartamentos de paredes estruturais também afeta os moradores, já que alguns deles expressaram que tiveram intenções de transformar a área interna do apartamento para poder construir um quarto a mais ou fazer modificações nas acomodações da moradia. Mas essa questão está fora de toda possibilidade, por estarem proibidas e pela possibilidade de comprometer a estrutura da edificação.

Com a impossibilidade de realizar mudanças no espaço do apartamento, alguns moradores realizam outras intervenções no lugar, que possam trazer a sensação de pertencimento e de lar, como é o caso de Seu Damian, de 58 anos, que conta que desde que chegou ao apartamento não gostou do lugar e buscou a forma de trazer alguma lembrança da antiga casa de certa forma na nova moradia. A forma que ele achou foi a de trocar os pisos da casa, instalando os pisos que eram parecidos com os da casa antiga, e pintando as paredes da mesma cor. Assim, ele sentiu que o novo lugar o remetia ao lar onde viu os filhos e netos crescer.

Quando eu e minha mulher decidimos vir pra cá, decidimos porque já estamos ‘grandes’ (idosos) para lutar contra os alagamentos, mas doeu, sabe? Senti como se um familiar meu morresse quando abandonei minha casa. Morei lá 27 anos. Vi meus filhos e alguns netos crescerem lá. Eu não queria sair de lá, mas foi o melhor. Quando vim para cá, um apartamento sem pátio, eu me depressei, fiquei mal, queria voltar para minha casa. Mas sabia que não podia mais, que não podia perder essa oportunidade também. Aí comecei a pensar como poderia fazer. Comecei a pintar a casa e depois pensei que se o piso fosse pelo menos parecido, ia me sentir melhor. E realmente funcionou. Agora sinto que um pouco da minha casa antiga veio morar comigo e com minha esposa. (Seu Damian, 58 anos, em entrevista feita em fevereiro de 2022)

Como dito por Pallasmaa (2016) e Bachelard (1993), o lugar deve conter um significado pessoal e o espaço deve ser dotado de simbolismo para que possa acontecer a habitabilidade. E o exemplo relatado acima demonstra que, com ações

simples, o lugar pode conter uma grande carga simbólica e de significados que se relacionam com as histórias e experiências dos habitantes desse espaço.

No apartamento, cada família moradora tenta expressar como se sente dentro do Conjunto, e isso foi um fato nítido nas entrevistas realizadas, já que, quem se sentia mais identificado com o lugar, foi imprimindo de forma mais clara a personalidade de cada um no espaço. Desde a instalação de pequenos jardins na moradia, até a modificação do visual do apartamento. E muito pelo contrário, quem não se sentia ainda contente no ambiente, demonstrava poucas formas de apropriação no espaço.

As formas de apropriação também transbordam o espaço exclusivo e chegam até os halls de acesso dos apartamentos, que para alguns representa uma antessala do espaço íntimo, fazendo parte da apresentação do ambiente privado. E em ocasiões, nesses espaços se manifesta também a relação entre vizinhos do prédio ou até do mesmo andar, dado que cada andar tem 4 apartamentos. Nas visitas foi possível perceber que cada bloco tem particularidades diferentes, e dentro do mesmo, cada andar difere novamente, dado que cada hall de acesso tem diferentes características. Como foi mencionado anteriormente, alguns destes lugares se encontram fechados, gradeados e cadeados, onde só quem tiver a chave pode passar, enquanto a maioria estão livres para a circulação de qualquer pessoa.

Assim, estas áreas também são motivos de desencontros ou de ajuda mútua, dependendo do tipo de relacionamento que os vizinhos têm, já que, se são vizinhos que não tem proximidade e afinidade, estas áreas são disputadas, porque cada um acredita que tem direito de “embelezar” a frente do apartamento, o simplesmente ignoram o espaço já que não estão dispostos a fazer alguma coisa boa pelo vizinho.

Eu vou deixar esse espaço bonitinho para que meus vizinhos tenham ganhos? Não! Eles são gente ruim que não ajudam em nada. Eu não vou fazer nada por eles também não. Eu vejo como no outro bloco é tão lindo lá. Eles colocam plantinhas e pintam as paredes. Aqui não tem isso. Se eles querem que este lugar seja lindo que nem o outro bloco, deveriam ajudar também em algo. Mas eles ficam aí, esperando que todo mundo faça as coisas para eles, e eles não se esforçam em nada. (Carla, 38 anos, em entrevista feita em janeiro de 2022)

Nesta fala, podemos ver que a forma de convivência entre vizinhos afeta diretamente também no espaço, dado que, pela falta de comunicação e bom relacionamento entre os mesmos, o espaço fica descuidado e sem vida. Nesse

contexto, Machado-Martins (2016) observou o mesmo comportamento em uma ocupação popular na avenida Brasil, onde era possível perceber no espaço a qualidade do relacionamento entre vizinhos, devido ao tratamento que este recebia. Alguns entrevistados comentaram também que existem conflitos em algumas situações, quando os vizinhos deixam coisas pessoais no hall, como cadeiras, mesas, lixo, entre outros, já que isso atrapalha o bom desempenho do espaço e o livre trânsito, dado que o lugar é relativamente pequeno para ser uma área de fluxo de quatro apartamentos por andar.

Os halls são áreas de conflito para os moradores do Conjunto San Francisco, já que cada um tem uma leitura diferente de como esse espaço deve ser utilizado e/ou cuidado. Para alguns, a área comum, por ser de todos, todos devem trabalhar para mantê-lo, já outros, têm a consciência de que pode ser separado por partes e cada um cuida como se fosse propriedade privada. Mas não existe um consenso sobre como deve ser tratado dito espaço.

Mas, como foi mencionado na fala acima, também existem blocos nos que não dependem da organização de todos os moradores. Por exemplo, temos o caso de Dona Fermina (32 anos), que buscou apoio dos vizinhos do bloco para criar e embelezar os jardins internos, mas não teve resposta positiva nem ajuda direta de ninguém e, segundo o relatado, ela mesma fez por conta própria todo.

Eu sou uma pessoa que adora arrumação, eu gosto muito de ordem e coisas lindas, nas reuniões⁵⁰ todo mundo falava que ia ajudar, mas na hora da verdade, ninguém veio me ajudar, ninguém foi capaz de plantar nada comigo, nem de botar dinheiro ou alguma coisa. Meu filho que ajudou. Depois eu fiz tudo isso e pedi só que ninguém mexesse, que não destruam só, porque eu que cuido. Agora botei esses cartazes para ver se respeitam um pouco mais. (Dona Fermina, 32 anos, em entrevista feita em agosto de 2022)

Dona Fermina conseguiu criar os jardins verticais em cada andar do bloco inteiro, colocando também alguns vasos com plantinhas em todos os andares. Também colou nas paredes pequenas folhas de papel escritas para chamar a atenção dos vizinhos na hora de jogar lixo, pedindo que não o fizessem entre as plantas (Fig. 27)

⁵⁰ Reuniões feitas no começo da ocupação do Conjunto, quando foram recentemente reassentados.



Fig. 27 – Jardim em hall de acesso. Chamada feita pela moradora com uma folha de papel onde está escrito “Não jogar lixo entre as plantas”. Acervo próprio. Ano 2022

A forma de apropriação nos halls que mais foi observada é deste tipo, o paisagístico, onde os moradores entendem que o espaço pode ser visto como uma transição entre o mais público para a privacidade da moradia. Assim, foi possível observar que as pessoas vão colocando plantas e algum tipo de enfeite, como se fosse o jardim da casa, o exterior dela.



Fig. 28 - Hall de acesso utilizado como estacionamento de motos. Acervo próprio. Ano 2022

Os halls térreos tem um uso mais dinâmico, pois apresentam algumas oportunidades para se apropriar de formas diversas, por exemplo: o espaço baixo a escada, em muitas ocasiões, foi observado que foi fechado com grades e cadeado para usar como um depósito pessoal; também as pessoas usam o hall como estacionamento de motos, com o intuito de resguardá-los da intempérie e deixar mais perto da moradia, evitando furto ou algum tipo de danificação por parte de terceiros, já que no Conjunto não existe um lugar destinado para o estacionamento deste tipo de veículos (Fig. 28).

Fazendo uma análise da apropriação dos apartamentos e hall de acesso no Conjunto Ismael Silva -Zé Kéti que Trotta (2019) levantou-se e comparando-os com as situações do Conjunto San Francisco, é notória a similitude que ambos os casos apresentam, desde as reclamações dos moradores, os conflitos que podem apresentar-se com a forma de utilização dos espaços, até as carências que o projeto possui, levando a que as pessoas criem outras formas de utilização dos espaços.

Assim, em ambas as situações podemos observar que os moradores relatam que não sentem plena liberdade de poder usufruir suas moradias como eles gostariam, já que existem limitações, tanto de senso comum como de regras que influenciam no modo de habitar o lugar. Pode-se observar também que em ambos os casos existem conflitos e criação de diferentes usos dos espaços porque as pessoas possuem diferentes entendimentos de como pode ser usado o mesmo, como é a situação do uso do hall como espaço de disputa ou de uso como estacionamento de motos por não existir dentro dos Conjuntos um lugar destinado para tal fim.

Os halls de acesso permitem a possibilidade de demonstrar a apropriação através da ação, visto pela transformação, e por conseguinte, se chega a uma identificação simbólica com o espaço (Vidal e Pol, 2015), onde é possível reconhecer o sentido de pertença dos moradores. Também, por ser um lugar que gera e motiva contato entre vizinhos, os halls têm o potencial de ser um espaço mediador que promova a sociabilidade e proximidade entre os vizinhos em prol do cuidado de um lugar comum.

Considerações Finais

No decorrer deste trabalho procurou-se entender a influência da relação entre o indivíduo na vida cotidiana e como isso molda a visão do mundo e o modo de viver. Nesse sentido, foi possível compreender também que considerar as experiências das pessoas antes de chegar ao lugar de moradia analisado se faz fundamental para entender também como essa relação se cria, entendendo o habitar.

Assim, o ato de habitar refere-se não só a ocupar um espaço, mas também a criar uma relação com o espaço que contenha valores simbólicos os quais se entrelacem com as práticas cotidianas e a forma construída (Mello e Vogel, 2015), dado que o habitar é inerente à condição humana e que o indivíduo vai moldando o espaço de acordo com as diferentes experiências vivenciadas, o que demonstra a relação que se tem com o mundo.

Nesse sentido, a pesquisa documental de fatos históricos foi fundamental para poder conhecer os acontecimentos pelas quais a população analisada teve que atravessar, e assim poder compreender como essas situações também influenciam na utilização de espaços programados, na forma de se apropriar e a criação de espaços. Com tudo, na análise dos referenciais teóricos, é possível entender que a forma de apropriação também é influenciada pelas motivações e questões individuais e coletivas que resultam da visão e interpretação do lugar de onde moram. Quer dizer, para que seja possível entender a apropriação de espaço, vários fatores devem ser analisados, como um conjunto e não separadamente.

Para isso, cabe destacar que a metodologia de pesquisa de campo foi essencial, dado que a etnografia se dispõe como um mergulho na cotidianidade e intimidade dos analisados, os dados obtidos podem ser traduzidos de uma maneira mais fiel e humana. Mas também, dita metodologia demonstrou que é preciso da observação além da conversa, dado que muitas vezes, as pessoas não conseguem expressar algumas coisas, nesse sentido, a utilização de ambos os recursos levou a uma compreensão mais abrangente e consistente da realidade. A possibilidade de realizar o trabalho de campo fora do país onde se desenvolve o trabalho acadêmico,

com culturas e contextos distintos, e poder observar *in situ* as diferentes formas de apropriação do espaço, foi uma oportunidade única para poder contrastar e vivenciar os acontecimentos em ambos os países, o que levou a compreender melhor a relação dos moradores com seu atual local de moradia.

No decorrer da pesquisa foi também possível verificar que existem semelhanças entre Paraguai e Brasil no que se refere à utilização de processos, instrumentos, narrativas, etc., que se relacionam à remoção de moradias de populações economicamente desfavorecidas, com o fim de reforçar a segregação urbana, forçar o processo civilizatório ou tentar o desaparecimento destas populações da trama urbana.

Além das semelhanças no que diz respeito à história, existem também similitudes no processo de adaptação às novas moradias e apropriação do espaço. Nesse sentido foi possível observar que a questão social também tem grande influência para a apropriação de diferentes espaços dos conjuntos, isto é, enquanto melhor seja a relação entre vizinhos, é mais provável observar espaços mais cuidados, ornamentados e por conseguinte, apropriados. Também foi possível observar que os moradores sentem mais responsabilidade de cuidar e se apropriar dos espaços que se encontram sob o domínio ou influência deles ou que possa representar sua propriedade, isto verifica-se na observação de apropriação dos espaços circundantes à moradia privada e nela mesma. Mesmo que existam conflitos entre os vizinhos, estes espaços representam lugares únicos onde os habitantes podem demonstrar de maneira pública suas marcas.

Com relação a áreas mais públicas dos conjuntos habitacionais analisados, conseguiu-se observar que a apropriação por ações cotidianas leva aos lugares a terem uma identidade e que não incorra no abandono ou na utilização dos espaços para outros fins, alheios e impróprios ao programado. Nesse sentido, encontrou-se que as praças de ambos casos comparados representam essa apropriação por ação cotidiana; no caso de San Francisco houve uma recuperação do espaço onde os habitantes foram capazes de expulsar pessoas não desejadas que realizavam atos ilícitos nas praças, como é o consumo e comercialização de drogas, mediante a simples utilização diária do lugar, evitando assim que os criminosos se apoderem

do espaço; no caso de Ismael Silva – Zé Kéti, a praça cobra vida nos finais de semana, quando ela se converte em palco de pequenas festinhas realizadas no lugar.

Mas também pode-se ver que a apropriação por ações cotidianas se vem em outros lugares dos conjuntos, como são nas calçadas e os espaços livres entre blocos ou nas reentrâncias das tipologias em H. Nesse sentido a criação de espaços se faz presente também, dado que um espaço pensado para ser meramente funcional se volta cenário de atividades diárias e lugares onde se expressa o rito da sociabilidade (Mello e Vogel, 2015), sendo lugar de partilha de churrascos, *tereré* ou cerveja.

Nos casos de lugares onde a responsabilidade de cuidado não corresponde aos moradores, a apropriação não é perceptível, já que são espaços impessoais onde não se pode impregnar nenhuma marca, e é possível observar que quando o cuidado de um espaço recai nas mãos de quem pode usá-lo, a probabilidade de apropriação é muito maior, dado que os moradores passam a ser habitantes do lugar.

Morar em um conjunto habitacional, para os ex-moradores do bairro *La Chacarita* se mostra como um desafio, dado que a forma de morar em prédios de apartamentos não condiz com as formas anteriores e aos que eles estavam acostumados. Mas a possibilidade de fugir das enchentes cíclicas que deviam enfrentar foi um grande motivador para tentarem se adaptar a uma esta nova situação. Isso também foi capaz de ser observado, dado que as diferentes limitações que se desenvolvem ao morar em prédios multifamiliares pode ser um fator que impede a total apropriação do espaço. Tal situação também foi verificada no conjunto do Rio de Janeiro, cujas famílias procediam maioritariamente de favelas, onde a forma de habitar também se difere do conjunto.

Verificou-se também que no Paraguai as políticas públicas foram direcionadas aos setores mais vulneráveis muito tardiamente e que isso afetou diretamente a questão habitacional do país. Nesse sentido, pôde se observar que as políticas públicas tiveram um caráter focado na economia e nos custos, negligenciando totalmente outras dimensões, tais como o habitar e a possibilidade de construção de identidade no espaço. Assim, os programas de habitação de interesse social do Paraguai não contemplam qualidades tais como a arquitetônica e urbanística nem a necessidade de manter as redes de apoio e social das famílias

procedentes de assentamentos informais e vulneráveis. Dito isto, tais programas são planejados para se assentar em lugares onde a qualidade dos equipamentos e infraestruturas urbanas são deficitárias e de difícil acesso, majoritariamente na periferia das cidades.

San Francisco se localiza em um bairro já consolidado, portanto o seu assentamento no lugar foi visto por muitos vizinhos como uma intromissão. Isso, somado às condições nas que foi construído, – e até pelo próprio nome: Bairro San Francisco, como se fosse um bairro dentro de outro – o conjunto se fecha em si mesmo, e tem o caráter de ser uma anomalia dentro da própria trama urbana, dado que não existe nenhum ponto que possa server como canal ou costura com o restante do bairro.

Assim, com todos os dados à vista e as análises feitas, procurou-se entender como e constrói o lar e como se demonstra em este caso de estudo, sendo possível a interpretação dessa resposta mediante a observação da apropriação dos espaços em diferentes níveis: coletivo, semipúblico e privado; e com periodicidades diferentes: efêmeras e permanentes. Nesse sentido, foi possível perceber que a possibilidade de criar espaços de apropriação efêmeras para a sociabilidade tem uma grande influência nos moradores de San Francisco, dado pela mesma cultura, do rito do consumo de *tereré* com os amigos, família e vizinhança. E dita apropriação foi também levado a formas permanentes, com a construção de mesas e cadeiras em lugares públicos. Outra forma de demonstrar a sociabilidade foi o cuidado dos halls de acesso, onde os vizinhos mostram sua solidariedade para construir esses locais, ou simplesmente para manter.

É importante ressaltar que compreender como os espaços são entendidos e utilizados pelas pessoas que neles habitam é fundamental para a concepção de projetos de arquitetura que buscam satisfazer de forma real as necessidades de todos os setores da sociedade. Deste modo, a única forma possível de chegar a este entendimento é com o contato direto e a imersão na realidade das pessoas para quem se projeta. Nesse sentido, é perceptível que os projetos de habitação de interesse social não são adaptados nem pensados nas necessidades dos futuros moradores, por isso, depois de um período de tempo de pós-ocupação, vê-se as modificações

feitas no espaço, o chamado processo de favelização⁵¹ dos conjuntos (Andrade e Leitão, 2006). Apesar de ser construções rígidas que não permitem quaisquer tipos de modificações em planta o em estrutura, devido ao sistema construtivo dos conjuntos, os moradores buscam adaptar as construções às suas necessidades.

Desta forma, procurou-se responder os seguintes questionamentos: Como se caracteriza o processo de construção do lar? Como se manifesta a criação do lar? Verificou-se então, que a essa construção do lar começa desde o primeiro estabelecimento no lugar, com a adaptação do lugar às necessidades físicas, acompanhadas do processo de “lugarização”, onde vai se criando afinidade com o espaço e dotando-o de personalidade, se apropriando do lugar. E dito processo não se limita ao lugar de moradia, propriamente dita, mas também ao entorno imediato onde a pessoa sente que tem influência, controle e responsabilidade, por isso, os espaços coletivos e públicos também fazem parte dessa construção, dado que isso influi sobre a percepção de pertence no lugar.

Com relação aos lugares públicos e comunitários dos conjuntos, a sociabilidade também tem a ver com a construção do lar, dado que ela cria uma rede de confiança que estabelece o sentimento de pertence. Nesse sentido, a pouca coesão social existente nos conjuntos habitacionais observados também influencia na construção do lar, dado que a forma de viver nesses lugares, diferem das antigas moradias. Assim, as pessoas vêm alguns obstáculos para poder se realizar plenamente na moradia.

Uma reflexão feita sobre a sociabilidade foi o impacto que teve a pandemia do Covid-19 no conjunto San Francisco, dado que, por ter levado às famílias a se isolar na unidade de moradia em um tempo relativamente curto desde o momento de assentamento no mesmo, – entre as primeiras mudanças e o começo do isolamento social passaram-se 15 meses – a fluidez da formação de laços entre a vizinhança pode ter se visto obstaculizada. Nesse sentido, algumas interrogantes nascem, como por exemplo se as pessoas teriam um melhor relacionamento se não tivesse o isolamento social, ou laços seriam mais fortes entre eles, ou será que a

⁵¹ Segundo Andrade e Leitão, este termo se refere às modificações nas moradias e áreas de uso público que os moradores dos conjuntos realizam, contribuindo, frequentemente, para a degradação do ambiente construído.

questão dos pequenos traficantes poderia ser evitada se não tivesse existido o abandono das áreas coletivas, o será que mesmo assim as pessoas não iriam usar esses lugares e mesmo assim seria tomado pelos criminosos? São questionamentos que resultam da análise dos fatos acontecidos e da observação dos usos dos espaços dentro do conjunto.

A satisfação das necessidades tanto objetivas como subjetivas são fatores intrínsecos da construção total do lar. Nesse sentido, é fundamental que a pessoa se sinta segura na nova moradia, tanto física como emocionalmente. Dito isso, uns dos fatores que levam a que os moradores de San Francisco não consigam fechar completamente essa construção de lar é a incerteza, já que as comoções ocasionadas pelas remoções compulsórias e a falta de titulação das moradias, levam a que não sintam total segurança e pertencimento o lugar. Nesse sentido, a titulação dos imóveis pode dar total tranquilidade aos moradores e poder terminar a construção do lar.

Assim, pode-se resgatar alguns aprendizados para ambas as partes. A forma de apropriação dos espaços se demonstra de maneira similar entre os casos analisados e isso pode responder a que são atos da natureza humana, que busca satisfazer suas necessidades. Mas alguns pontos sobressaem dessas questões, no caso do Conjunto San Francisco podemos resgatar que as moradias unifamiliares são capazes de satisfazer completamente as necessidades de uma família numerosa, mantendo a unidade familiar e a cultura dos moradores, incluso enfrentando o processo civilizatório imposto pelo governo, como foi o caso de Dona Maria. Pode-se ver também que a sociabilidade leva a que as pessoas moradoras dos apartamentos possam igualmente satisfazer suas necessidades objetivas e de espaço.

Considerando que estes pontos são de grande importância e que contribuem para o entendimento do comportamento das pessoas que buscam satisfazer as suas necessidades, pode-se dizer que a implementação e execução de estratégias que visem a inclusão dos moradores no processo de elaboração do projeto e na possibilidade de transformar de forma autônoma as unidades onde eles habitam, pode ser um o caminho a seguir. Nesse contexto, pode-se citar o sucesso do projeto Quinta Monroy, ganhador do prêmio Pritzker em 2016, desenvolvido pelo

escritório Elemental do arquiteto Alejandro Aravena, que possibilita a transformação das unidades de moradia de forma autônoma, isto é, os moradores têm uma quantidade específica de opções variáveis para transformar a moradia de forma independente a fim de satisfazer as necessidades objetivas, isso sem precisar de assessorias técnicas ou reformulação dos projetos. Isso somente foi capaz graças ao acompanhamento e conhecimento que se teve sobre a população que morava nessa área, dado que os mesmos formaram parte de um processo de análise e colaboração conjunta desde o muito antes de se iniciar a formulação do projeto.

Por outro lado, se o projeto já pecou de não incluir as colaborações dos futuros usuários das unidades na etapa de projeção, o caminho poderia ser o acompanhamento constante de assistências técnicas que possam conduzir os crescimentos e transformações nos conjuntos, que de certa maneira, são muito necessárias, dado que o homem é dinâmico, portanto, o lugar onde se assenta tende também a mudar com o passar do tempo. Nesse sentido, cabe dizer que o processo de transformação dos conjuntos pode ser algo tão intrínseco da dinâmica das moradias de habitação social, porque estas vão se adaptando às necessidades dos seus moradores, o que o dota de vida e personalidade. Assim, uma pergunta que cabe a se fazer é: até que ponto o processo de transformação é realmente prejudicial para as dinâmicas dos conjuntos? O que nos faz pensar que os conjuntos rígidos e sem modificações são as melhores soluções para a questão habitacional? Não será a transformação dos conjuntos uma via razoável para satisfazer as necessidades dos moradores?

Dado que San Francisco já começou o processo de modificação dos espaços, esse pode ser um fio condutor para novas pesquisas, dado que pode ser acompanhado no tempo e observar as mudanças espaciais e de dinâmicas que acontecem nele, como foi o uso das praças, que em tão pouco tempo conseguiu-se observar grandes diferenças. Desta forma pode-se também preencher a lacuna de pesquisas e informações existente no Paraguai, com o fim de estudar as experiências e obter aprendizados para futuros casos.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Luciana da Silva; LEITÃO, Gerônimo Emílio de Almeida. **Transformação na Paisagem Urbana**: favelização de conjuntos habitacionais. In: Rachel Coutinho Marques da Silva. (Org.). A Cidade pelo Averso: desafios do urbanismo contemporâneo. v., p. 113-132. 1ed. Rio de Janeiro: Viana e Mosley, 2006.
- ALVES, Zélia M. M. B.; SILVA, Maria H. G. F. D. da. **Análise qualitativa de dados de entrevista**: uma proposta. Paidéia, Ribeirão Preto-SP, n. 2, p. 61-69, 1992.
- ANDRÉ, Maria E. D. A. **Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: 66-71. maio de 1983.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1993 (Coleção Tópicos).
- BONDUKI, N. **Origem da Habitação no Brasil**. Análise Social. Vol. XXIX (127), (3º), 711-732. 1994
- _____. **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, n. 1, p. 70–104, 2008.
- BRUM, Mario. **Favelas e remocionismo ontem e hoje**: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. O Social em Questão, núm. 29, janeiro-junio, 2013, pp. 179-207
- BURGOS, Marcelo Baumann. **Dos parques proletários ao Favela-Bairro**. As políticas Públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- CAMARGO, Érica Negreiros de. n: O habitar doméstico percebido e vivenciado. São Paulo. Editora: Annablume, 2010.
- CANESE, Mercedes. **¿Por qué no se defiende a los bañadenses de las inundaciones?** Disponible en: <http://canal311.com/por-que-no-se-defiende-a-los-bañadenses-de-las-inundaciones>, 2015.

– CANESE, Ricardo. CANESE, Mercedes. **La lucha por la tierra en Asunción**. La conveniencia de la defensa costera para los *Bañados*. Asunción: Comité de Iglesias-COBANADOS. 2016

– CAPDEVILA, Luc. **El macizo de la Guerra de la Triple Alianza como substrato de la identidad paraguaya**. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos. Colloques, 2009

– CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede – A Era da Informação**, vol. 1, 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

– CLAVEL, Maïté. **Elementos para uma nova reflexão sobre o habitar**. Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia, n. 38, p. 152, Niterói, 1. sem. 2015

– CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. **Sossega, moleque, agora você mora em condomínio: segregação, gestão e resistências nas novas políticas de moradia popular no Rio de Janeiro**. Curitiba: Appiris Editora, 2018.

– _____. **Os condomínios populares: um novo modelo de gestão das populações pobres no Rio de Janeiro?** XVI Encontro Anual de História. ANPUH-Rio. 2014.

– DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora)- Petrópolis, RJ. Vozes, 1994.

– ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Etnografia: Saberes E Práticas**. In Ciências Humanas: pesquisa e método. Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli (org). Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

– ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süsskind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 224

– ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Tradução Nélcio Schneider. 1895 - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

– FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio**: o dicionário da Língua Portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira – 8. ed. – Curitiba: Positivo, 2010.

– FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson e VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa**: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3ª edição. São Paulo: Projeto, 1985. P. 149

– FLORES, Ana Raquel. **Paraguay**: política laboral y habitacional, desde 1989 hasta hoy. In CLACSO & I. de la C. F. Ecuador (Eds.), Políticas de empleo y vivienda en Sudamérica (pp. 145–167). Quito. 2012. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20120413013441/gthi1-6.pdf>

– FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Apostila. Fortaleza: UEC, 2002.

– FULLILOVE, M. T. **Psychiatric implications of displacement**: Contributions from the psychology of place. The American Journal of Psychiatry. 1996.

– GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. Barcelona, Editorial Calella. 1978.

– GRACIA, M.C. **Urbanización y centralidades en Paraguay**: Segunda mitad del siglo XX. Quito, Equador. Olacchi. 2012

– GIL, Antonio Carlos. **n**. São Paulo: Atlas, 2014.

– GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

– GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro**: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013

– GUNTHER, H.; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. **Multimétodos**. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org). Temas básicos em Psicologia Ambiental. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

– HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

– _____. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

–IMAS, R., Victor J. **Derecho a la tierra, urbanización y migración**. In P. Dobrée (Ed.), *La tierra en el Paraguay: de la desigualdad al ejercicio de derechos* (pp. 179–214). Asunción, Paraguay. 2013

–_____. **La Problemática De Los Asentamientos Espontáneos de las Zonas Inundables de Asunción**. Una Propuesta De Solución. Asunción, Paraguay. QR Producciones. 1993.

–JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades** / Jane Jacobs; tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – (Coleção cidades) – 3 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

–LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

–LEFBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

–_____. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UGMG, 1971

–_____. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

–_____. **Espaço e Política Belo Horizonte**: Ed. UFMG, 2008.

–MACHADO-MARTINS, Maira. **Conflitos na moradia popular informal**: observações sobre a transformação dos ‘condomínios populares’ da avenida Brasil. In CUNHA, Neiva Vieira da; FREIRE, Leticia de Luna; MACHADO-MARTINS, Maira; VEIGA, Felipe Berocan (Org.). *Antropologia do conflito urbano: conexões Rio-Barcelona*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2016.

–_____; TROTTA, Carolina de Carvalho Gambôa. **“A produção do espaço e a construção da habitabilidade em duas formas de moradia popular”**. *Arquitextos*. São Paulo, ano 21, 241.04 habitar a moradia popular. Vitruvius. jun. 2020

–MARANDOLA JR., E. **Habitar em risco**: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. São Paulo: Blucher, 2014.

–MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

– _____. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado.** Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

–MELLO, Marco A. S.; VOGEL, Arno. Apêndice - **Lições da Rua:** o que um racionalista pode aprender no Catumbi. In: KANT DE LIMA; MELLO; FREIRE (orgs.). Pensando o Rio: Políticas Públicas, Conflitos Urbanos e Modos de Habitar. p. 289-315. Niterói: Intertexto, 2015.

–MORÍNIGO, José. Pobreza urbana y vivienda. Asunción: Comité de Iglesias. 1991

–NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci:** Towards a Phenomenology of Architecture. New York: Rizzoli. 1980.

–NUNES. Maria Julieta. Visão Panorâmica das Políticas Governamentais Voltadas à Favela. Anais da Semana PUR 2010. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

– _____. Maria Julieta. **Remoções em Foco:** Políticas Públicas para as Favelas Cariocas em Tempo de Megaeventos. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, VI, 2012, São Paulo. Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social.

–PALLASMAA, Juhani. **Habitar.** Tradução de Àlex Giménez Imiralzadu. Editorial Gustavo Gili (GG), Barcelona, 2016.

–PERDIGÃO, Ana Kláudia de Almeida Viana; BRUNA, Gilda Collet. **O papel do projeto de arquitetura na produção da moradia.** In: PPLA 2010: SEMINÁRIO POLÍTICA E PLANEJAMENTO, 2, 2010. Curitiba: Ambiens, 2010.

– _____. OLIVEIRA, Leonice Farias; MENEZES, Tainá Marçal dos Santos. **O modo de habitar amazônico:** os conflitos espaciais entre a produção informal e a produção formal de moradia na Vila da Barca, Belém, Pará, Brasil. In: 4ºCIHEL – Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono. A cidade habitada. Portugal: Universidade Beira Interior, 2017.

–PEREIRA, Hugo. **Urbanismo excluyente versus resistencia en el espacio popular construido em Asunción.** Revista del Área de Estudios Urbanos. UBA. (pp. 91-120). Quid 16 N°9. 2018

–PESTANA, Marco Marques. **Remoções de favelas no Rio de Janeiro**: empresários, Estado e movimento de favelados: 1957 – 1973. 367 p Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

–PIRES, Álvaro. **Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais**. In: Poupart J.; Deslauriers JP.; Groulx LH.; Laperrière A.; Mayer R.; Pires A. (org). A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

–POL, E. **La apropiación del espacio**. In: IÑIGUEZ, L.; POL, Cognición, representación y apropiación del espacio. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, Monografies Psico/Socio/Ambientals, v. 9, 1996.

–RATINOFF, Luis. **La Urbanización en América Latina**: el caso de Paraguay, CPES, vol. I, Asunción. 1995.

–RAPOPORT, Amos. **Vivienda y cultura**. Barcelona: Editorial Gili S.A., 1969.

–RELPH, Edward. **Reflexões sobre a emergência e essência de lugar**. In: MARANDOLA JR. et al. Qual o espaço do lugar? Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

–_____. **Place and Placelessness**. Londres: Pion, 1976.

–RIBEIRO, Cláudia Regina Vial. **A dimensão simbólica na Arquitetura**: Parâmetros intangíveis do espaço concreto. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

–ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **Etnografia**: saberes e práticas. IN: Iluminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre, RS. N. 21. 2008.

–RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2001. 72p

–ROLNIK, Raquel. **Informe de la Relatora Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado y sobre el derecho de no discriminación a este respecto**. Publicación de la Asamblea General de la ONU. Diciembre, 2013.

–RYBCZYNSKI, Witold. **Casa, pequena história de uma ideia**. São Paulo: Editora Record, 1996.

–SANTOS, Carlos Nelson et al, (org.). **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 1. ed. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, 1980. 152 p.

–SEGAUD, Marion. **Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

–SENNETT, R. **Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

–SICLARI, P. **Plan Nacional de Hábitat y Vivienda del Paraguay, (PLANHAVI) desde la mirada chilena**. In T. Bolívar, M. Rodríguez, & J. Erazo (Eds.), *Ciudades en construcción permanente* (1ra ed., pp. 179–231). Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala CLACSO Universidad Central de Venezuela Universidad Politécnica Salesiana. 2015.

–SOUCHAUD, Sylvain. VAZQUEZ, Fabricio. **Modalidades del poblamiento actual en el Paraguay: Lo que nos enseña la pequeña ciudad de Curuguaty**. Xii Encuentro De Geógrafos De América Latina. Montevideo, Uruguay. 2009

–_____. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Assunção: UNFPA ADEPO, 2007.

–SOUZA, K. A. **Identidade territorial: a importância da apropriação urbana na coesão socioespacial de Madureira**. In: Conferência Internacional Ressensibilizando Cidades. ambiências urbanas e sentidos, 2019, RIO DE JANEIRO. Ressensibilizando Cidades. ambiências urbanas e sentidos: Anais da Conferência Internacional 2019 / Resensitizing Cities. urban ambiances and senses: Proceedings of the International Conference 2019. v. 1. p. 22-27. RIO DE JANEIRO: FAU/ UFRJ, 2019.

–SOUZA, M.L. **Lugar e (re[s])significação especial**. In: SOUZA, M.L. Os Conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013. p.111-134.

–TROTТА, Carolina. **Habitar para além da habitação: práticas cotidianas nas áreas de uso comum no conjunto Ismael Silva-Zé Ketí do Programa Minha Casa Minha Vida**. Dissertação de Mestrado

PPGARq/PUC-Rio, sob orientação de Maíra Machado-Martins. Rio de Janeiro, 2019.

–TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

–TURNER, Victor W. **En La selva de los símbolos**. Madrid: Siglo XXI. 1967

–VAZQUEZ, Fabrizio. **Ciudades intermedias y sustentabilidad urbana en Paraguay**. In F. Dane (Ed.), El Desafío del Desarrollo Sustentable en América Latina (pp. 223–243). Río de Janeiro, Brasil: Konrad Adenauer. 2013. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_36621-1522-4-30.pdf?140120190157

–VIDAL M. T.; POL U E. **La Apropiación Del Espacio**: una propuesta teórica para comprender La vinculación entre las personas y los lugares. In: Anuario de Psicología. Vol. 36, nº 3, pp 281-297, 2005. Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/anuariopsicologia/article/viewFile/61819/81003> Acesso em: setembro 2022.

–VILLAGRA, L. **Historia y Actualidad del Neoliberalismo en Paraguay**. In CLACSO & I. S. BASE (Eds.), Neoliberalismo en América Latina. Crisis, tendencias y alternativas (1st ed., pp. 85–102). Asunción, Paraguay: CLACSO. 2015. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

–VIEIRA DA CUNHA, Neiva; FREIRE, Leticia de Luna; MACHADO-MARTINS, Maíra; VEIGA, Felipe Berocan (orgs.). **Antropologia do conflito urbano: conexões Rio-Barcelona**. 296 p. Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, LeMetro, 2016

–VUYK, Cecilia. **Subimperialismo brasileiro y dependencia paraguaya**: análisis de la situación actual. CLACSO: Buenos Aires. 2013.

–_____. **Ribera del río, desarrollo de la ciudad**: Proyectos en disputa. Asunción: CEPAG. 2014

–YAMPEY, Mario. **El proceso de Urbanización en Paraguay**. Seminario sobre problemas de Urbanización en América Latina. Santiago, Chile. 1959.

–ZAVATTIERO, G. **Transformaciones urbanas, segregación social y déficit habitacional.** ¿una relación sincrónica en América Latina y Paraguay? Estudios Paraguayos, XXXIV, 117–153. 2016.

–ZEVI, Bruno. Saber ver a arquitetura. Tradução: Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Martins de Oliveira. 5ª edição. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

Jornais

–ABC Color. Bañadenses tienen techo, pero necesitan trabajo 15/01/2016. <https://www.abc.com.py/especiales/fin-de-semana/la-colina-de-los-banadenses-1444692.html>

–ABC Color. Bañadenses sitiaron municipalidad de Asunción y destruyeron bienes. 10/09/2014.<https://www.abc.com.py/edicion-impresa/locales/banadenses-sitieron-municipalidad-de-asuncion-y-destruyeron-bienes-1284712.html>

Documentos e Informes

–Equipo Arquidiocesano de Pastoral Social (EAPS). Lucha y tierra urbana em Asunción. Asunción, 1986.

–HABITAT III. Informe Nacional para la Tercera Conferencia De Las Naciones Unidas Sobre la Vivienda y el Desarrollo Urbano Sostenible. 2016. Disponible em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/National-Report-LAC-Paraguay-Spanish.pdf>

–Secretaría Nacional de la Vivienda y el Hábitat (SENAVITAT). Barrio San Francisco - Plan de Desarrollo Social. Informe Final Resultados del Censo. Asunción, Paraguay [Archivo PDF]. 2016. <https://www.senavitat.gov.py/proyectosanfrancisco/wp-content/uploads/sites/10/2016/06/Informe-final-del-censo-Proyecto-San-Francisco.pdf>

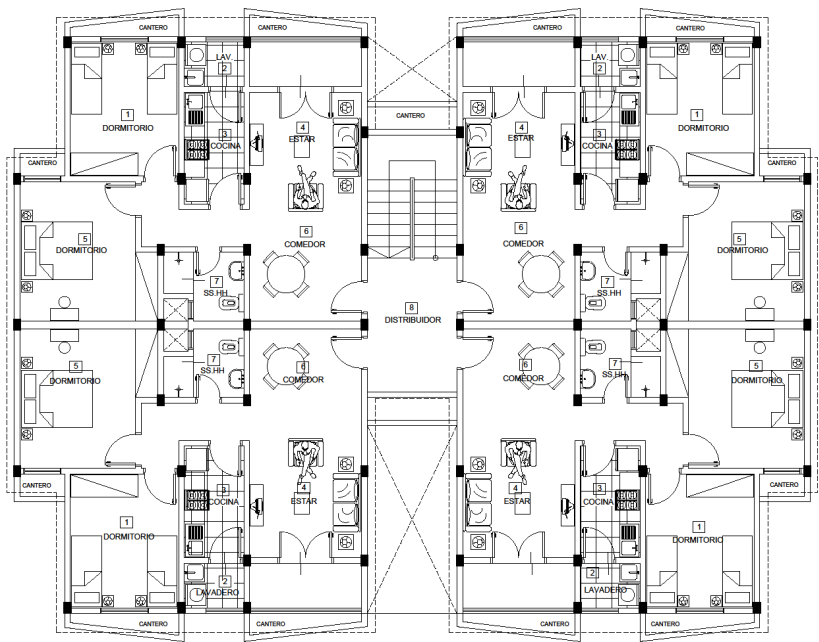
–SERPAJ-Paraguay “Entre la represión y el engaño. La lucha constante de los bañadenses”. 2009. Disponible en: <http://www.serpajpy.org.py/p=3194>

Anexos

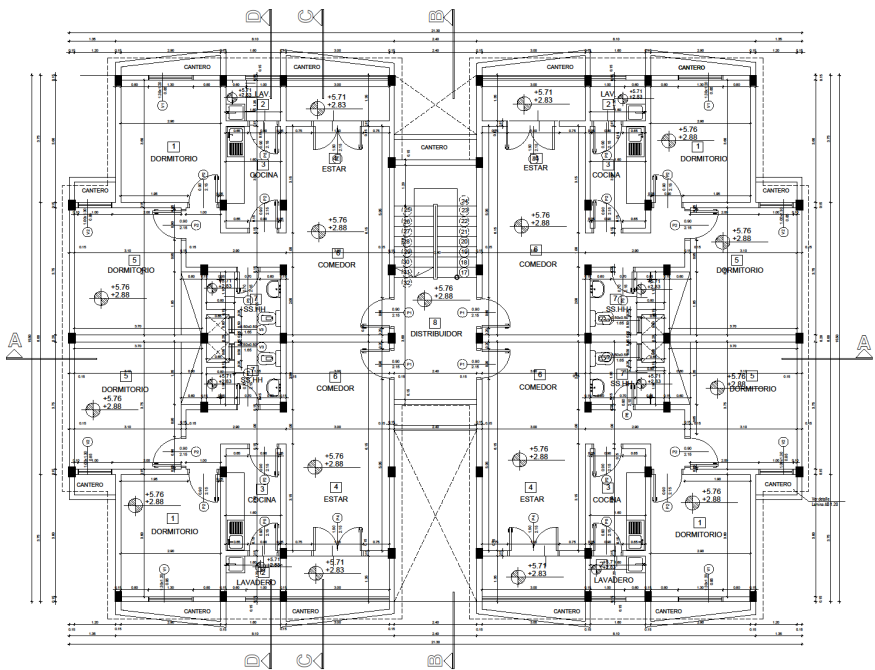
1- Lista de pessoas entrevistadas por ordem de aparição no texto

- Cesar, 38 anos, entrevista feita em fevereiro de 2022
- Carla, 38 anos, entrevista feita em janeiro e agosto de 2022
- Josefa, 29 anos, entrevista feita em janeiro de 2022
- Julia, 33 anos, entrevista feita em janeiro e agosto de 2022
- Teresa, 61 anos, entrevista feita em agosto de 2022
- José, 53 anos, entrevista feita em agosto de 2022
- Maria, 69 anos, entrevista feita em janeiro e agosto de 2022
- Carlos, 62 anos, entrevista feita em setembro de 2022
- Nilda, 48 anos, entrevista feita em fevereiro e setembro de 2022
- Evelyn, 29 anos, entrevista realizada em setembro de 2022
- Gloria, 27 anos, entrevista feita em fevereiro de 2022
- Damian, de 58 anos, entrevista feita em fevereiro de 2022
- Fermina, 32 anos, entrevista feita em agosto de 2022

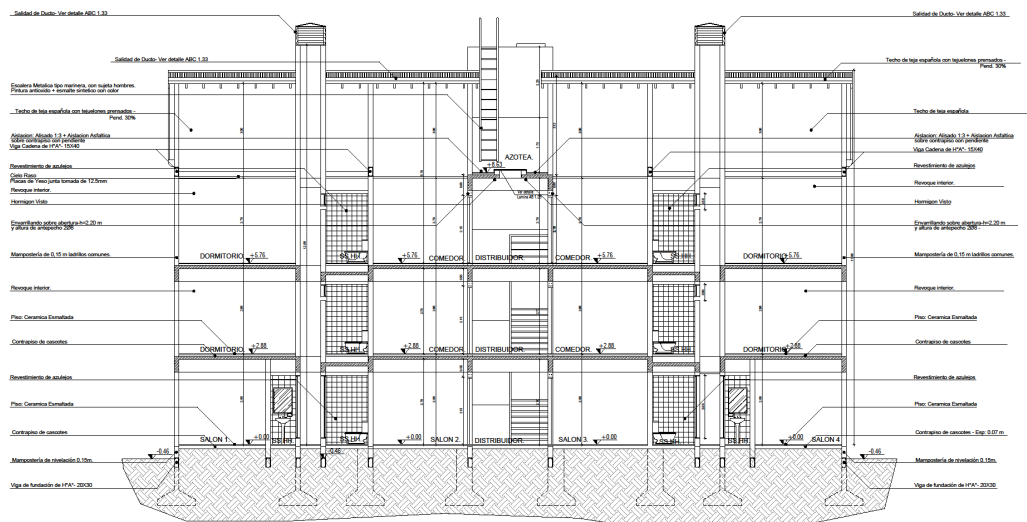
2- Planos do Conjunto Habitacional San Francisco



PLANTA TIPO EQUIPADA
NIVEL +2.83
+5.76



PLANTA TIPO ACOTADA
NIVEL +2.88
+5.76



CORTE A-A

ESC: 1/50

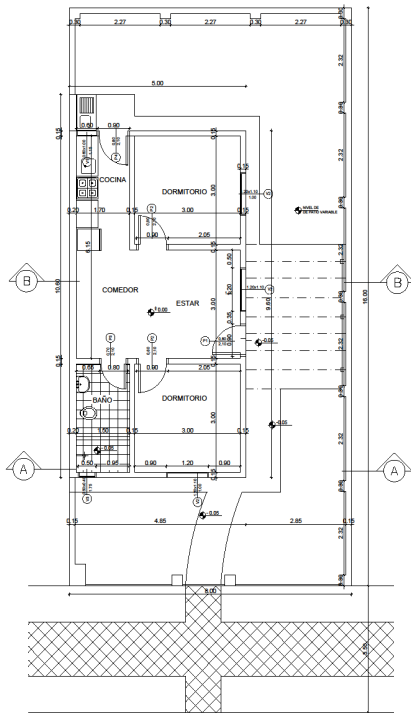


FACHADA FRONTAL

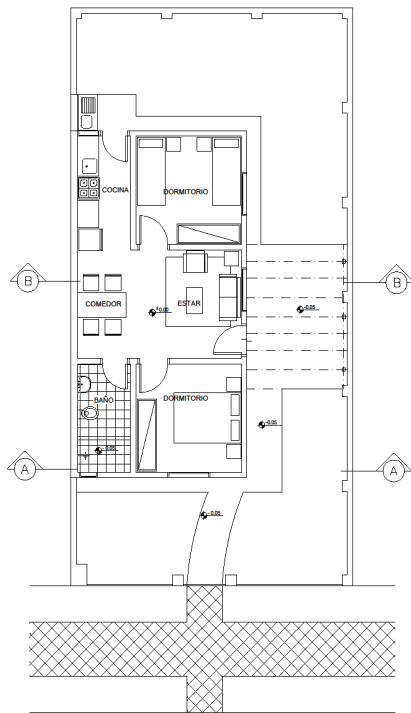
ESC: 1/50

Planos Apartamentos Blocos Tipo 2, com comercio no térreo.

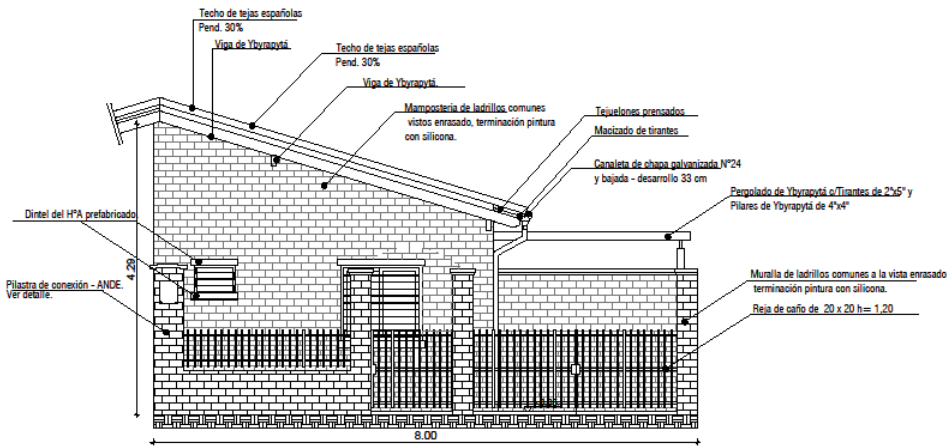
Fonte: MUVH. 2022



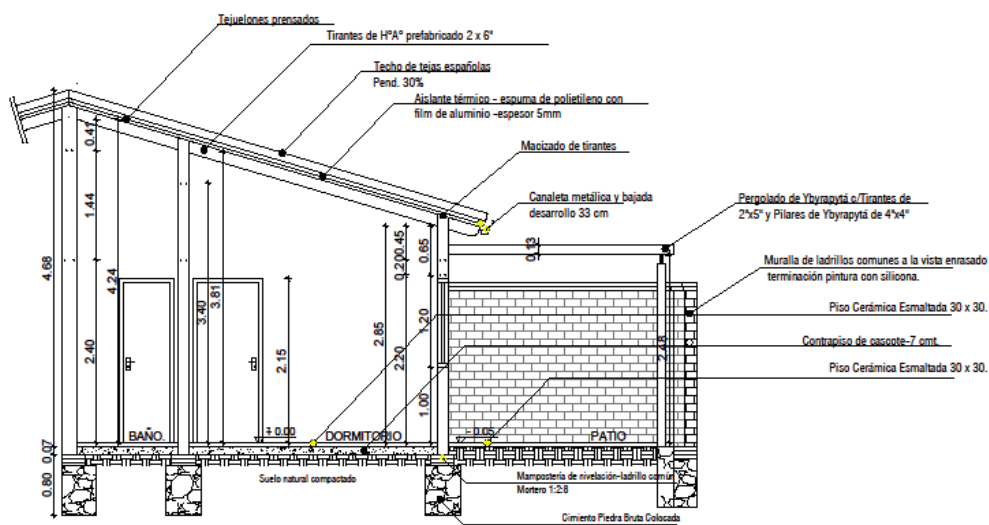
PLANTA ACOTADA
ESC. 1:50
TIPOLOGÍA
VIVIENDAS 2 DORMITORIOS - Área: 48.00 m²



PLANTA EQUIPADA
ESC. 1:50
TIPOLOGÍA
VIVIENDAS 2 DORMITORIOS - Área: 48.00 m²



FACHADA FRONTAL.
ESC. 1:50
TIPOLOGÍA
VIVIENDAS 2 DORMITORIOS - Área: 48.00 m²



CORTE A - A
ESC. 1:30

TIPOLOGÍA
VIVIENDAS 2 DORMITORIOS - Area: 48.00 m2

Planos Moradia unifamiliar.

Fonte MUVH. 2022